

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ (UTFPR)
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO (DALIC)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DE LINGUAGENS (PPGEL)

WAGNER DE ALCÂNTARA ARAGÃO

**OCUPANDO LATIFÚNDIOS DA COMUNICAÇÃO:
O CONTRADISCURSO DO MST À MÍDIA HEGEMÔNICA**

DISSERTAÇÃO

Curitiba
2018

WAGNER DE ALCÂNTARA ARAGÃO

**OCUPANDO LATIFÚNDIOS DA COMUNICAÇÃO:
O CONTRADISCURSO DO MST À MÍDIA HEGEMÔNICA**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do grau de mestre em Estudos de Linguagens, do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens (PPGEL), Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).

Orientadora: Professora Doutora Nívea Rohling

Coorientadora: Professora Doutora Maurini de Souza

Curitiba

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

A659o Aragão, Wagner de Alcântara
2018 Ocupando latifúndios da comunicação : o contradiscurso
do MST à mídia hegemônica / Wagner de Alcântara Aragão.-
2018.
152 f.: il.; 30 cm.

Disponível também via World Wide Web.

Texto em português com resumo em inglês.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Tecnológica
Federal do Paraná. Programa de Pós-graduação em Estudos de
Linguagens. Área de Concentração: Linguagem e Tecnologia,
Curitiba, 2018.

Bibliografia: f. 140-149.

1. Movimento dos Trabalhadores sem Terra (Brasil) -
Estudo de casos. 2. Bakhtin, M. M. - (Mikhail Mikhailovich),
1895-1975. 3. Análise do discurso. 4. Análise do diálogo. 5.
Inovações tecnológicas - Aspectos sociais. 6. Comunicação de
massa - Aspectos sociais. 7. Redes sociais. 8. Linguagem e
línguas - Tecnologia. 9. Linguagem e línguas - Dissertações.
I. Rohling, Nivea, orient. II. Souza, Maurini de, coorient.
III. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Programa de
Pós-graduação em Estudos de Linguagens. IV. Título.

CDD: Ed. 22 - 400

Biblioteca Central do Câmpus Curitiba - UTFPR
Bibliotecária: Luiza Aquemi Matsumoto CRB-9/794

FOLHA DE APROVAÇÃO

Esta dissertação foi apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de MESTRE EM ESTUDOS DE LINGUAGENS, área de concentração Linguagem e Tecnologia, linha de pesquisa Multiletramentos, Discurso e Processos de Produção de Sentido, do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens (PPGEL), Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). O candidato foi arguido pela banca examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a banca examinadora considerou o trabalho_____.

Curitiba, 23 de fevereiro de 2018

Prof^a. Dr^a. Paula Ávila Nunes
Coordenadora do PPGEL/UTFPR

Banca Examinadora:

Prof^a. Dr^a. Nívea Rohling (orientadora) | Instituição: UTFPR

Prof^a. Dr^a. Maurini de Souza (coorientadora) | Instituição: UTFPR

Prof^a. Dr^a. Clóris Porto Torquato | Instituição: UEPG

Prof. Dr. Marcelo Fernando de Lima | Instituição: UTFPR

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é fruto de uma extensa e prazerosa trajetória de vida, que começa no nascer, chega até o momento desta conclusão e terminará sabe Deus onde e quando. De modo que, direta e indiretamente, todas as pessoas, episódios, eventos, instituições, momentos, tudo o vivido até aqui de alguma forma contribuiu para a conclusão deste trabalho. É evidente, porém, que há personagens merecedoras, neste instante, de um agradecimento nominal.

Começo por agradecer à minha companheira Lindrielli Rocha Lemos, que acompanhou de perto a metade final do desenrolar desta pesquisa. Por ser inspiração à minha vida, pela compreensão, pelo apoio, o mais profundo muito obrigado, com carinho, afeto e amor, lhe dedico.

Merecedora de todos os agradecimentos possíveis é a professora Nívea Rohling, que foi uma orientadora na mais plena concepção do termo. Mestre, guia, que apontou as falhas sugerindo os consertos; indicou os acertos acenando o caminho da continuidade; cobrou quando o ritmo afrouxou; aliviou quando a sobrecarga era iminente. Coorientadora, a professora Maurini de Souza foi precisa nas observações, na indicação de leituras; de entusiasmo contagiante, tornou a tarefa menos árdua. Às duas, um muito obrigado.

De rápida passagem no processo, mas decisiva, foi a professora Nelita Bortolotto, que, na condição de debatedora na exposição que fiz do projeto no Teclis (o Seminário de Tecnologia e Linguagem do PPGEL/UTFPR), teceu comentários norteadores. Expandiram o horizonte também as indicações e considerações dos avaliadores da banca de qualificação, a professora Clóris Porto Torquato e professor Marcelo Fernando de Lima. A ela e ele, um muito obrigado especial.

Também não posso deixar de mencionar os colegas de turma, parceiros de aspirações e angústias no processo. Os debates em sala, as trocas de mensagem em redes sociais, as conversas no café, a cumplicidade nos eventos, tudo isso foi ingrediente para este trabalho. Aos professores do PPGEL, em particular àqueles com os quais tive aulas – Roberlei Alves Bertucci, Paula Ávila Nunes e Maria de Lourdes Rossi Remenche – igualmente um muito obrigado!

A escolha do mestrado, da linha de pesquisa e do objeto de estudo devo às luzes que me lançaram, em oportunidades distintas, Benedito Pires Trindade, colega de profissão, com quem trabalhei por quase oito anos e aprendi, e continuo a aprender muito; e o professor Zeno Crocetti. Em um bate-papo quando nos encontramos em São Paulo, Benedito fez com que conseguisse pensar numa pesquisa que tivesse como cerne os interesses populares. Em conversa com Zeno em Curitiba, compreendi especificidades da pesquisa acadêmica. Ao Benedito e ao Zeno, um muito obrigado!

Finalizo esta seção de agradecimentos destacando os familiares mais próximos. Minha mãe, Vera Lúcia de Alcântara Aragão, e meu pai, Valmiro Oliveira Aragão, que não mediram esforços

nem cuidados em minha educação e de minhas irmãs. Ambos não tiveram oportunidade de concluir os estudos, no entanto continuam fornecendo ensinamentos de uma sabedoria ímpar. Minhas irmãs, Érika de Alcântara Aragão e Gabriela de Alcântara, pelo companheirismo que carregamos desde à infância. Meus sobrinhos, Tainá Aragão dos Santos, 12 anos, e Ian Aragão dos Santos, 10 anos, pelo carinho, afeto e amor recíprocos.

Às forças divinas que asseguraram saúde, lucidez, paz e estar cercado de pessoas especiais, uma gratidão eterna!

*“(...) aquele Brasil do orgulho de sua gente está sendo entregue, está sendo pisoteado, está sendo engolido pelas potências estrangeiras que controlam os grandes grupos econômicos. E as nossas elites estão aí, **bobalhooonas, espertalhoonas, desumanas...**” (BRIZOLA, 2008 [1980-1990])*

RESUMO

ALCÂNTARA ARAGÃO, Wagner de. Ocupando latifúndios da comunicação: o contradiscurso do MST à mídia hegemônica. 2018. 160 f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagens). Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens (PPGEL), Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Curitiba, 2018.

Esta pesquisa tem o objetivo de analisar e compreender como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), mobilizando novas tecnologias informacionais, constrói um contradiscurso ao discurso da mídia hegemônica sobre o próprio Movimento, suas lutas e formas de atuação. Por meio da Análise Dialógica do Discurso, são estudados enunciados do MST em seus perfis nas seguintes redes sociais de comunicação interativa: *twitter*, *facebook* e *youtube*. Interdisciplinar – ao abordar a relação entre linguagem e tecnologia -, esta pesquisa envolve referencial teórico em pelos menos três áreas de conhecimento: Estudos de Linguagens, Comunicação Social e Novas Tecnologias Informacionais/Comunicacionais. Em Estudos de Linguagens, a ancoragem teórica está nos estudos do Círculo de Bakhtin. Além de obras de integrantes do “Círculo” - Bakhtin (2016 [1952-1953], 2015 [1929], 2014 [1924-1970], 2003 [1979] e 1993 [1965]; Bakhtin/Volochínov (2006 [1929]); e Volochínov (2013 [1920-1930] – também comentadores (tais como Faraco, 2009; Amorim, 2006 e 2006; e Brait, 2006, entre outros) estão entre as obras basilares. No campo da Comunicação Social, estão Abramo (2014 [1988] e 1997), Intervezes (2015 e 2011), Kellner (2001) e Lima (2006 e 2004). Por sua vez, em Novas Tecnologia Informacionais/Comunicacionais, buscamos referências sobretudo em Lemos (2008 e 2002), Castells (2013, 2005 [2000] e 2003), Canclini (2007) e Martín-Barbero (2013, 2005 e 2004). Como metodologia fundamental, optou-se pela pesquisa qualitativa interpretativista, mediante estudo de caso. A fim de se obter uma maior compreensão do caso a ser estudado, esta pesquisa lançou mão ainda de outros três recursos metodológicos complementares: entrevista dialógica (foram realizadas duas – com representantes do Setor de Comunicação do MST e com um casal de acampados do Movimento), observação in loco (do trabalho no Setor de Comunicação) e textos oficiais (disponíveis nos canais de comunicação do Movimento na internet) sobre as bandeiras de luta e estratégias de atuação do MST. Para a geração dos dados, foram identificadas três cadeias enunciativas, isto é, conjuntos de enunciados relacionados a três fatos ou temas motivadores de enunciação do Movimento. Essas cadeias enunciativas são: i) uma constituída de enunciados produzidos a partir de um evento disparador (no caso, a invasão da Escola Nacional Florestan Fernandes, em novembro de 2016, por agentes policiais); ii) outra formada por enunciações em que o MST tematiza, de modo explícito e crítico, a atuação da mídia empresarial hegemônica; iii) e

uma terceira constituída de enunciações em que o MST discursa sobre a vida social (falando de si, de suas lutas, seu modus operandi, e nesse dizer se opõe à mídia hegemônica. Dessas cadeias enunciativas, foram recortados um total de 218 postagens. Constatou-se que, sim, o MST se utiliza das novas tecnologias informacionais/comunicacionais para construir narrativas e discursos de oposição àquele da mídia hegemônica. E que, entre as regularidades constatadas na análise, destacam-se o enquadramento de discursos de outrem, para a construção do próprio; relações dialógicas com interlocutores no mesmo campo político ideológico; a ocorrência da palavra slogan, isto é, expressões que o MST adota que passam a circular e são assumidas por interlocutores do auditório social da arena discursiva da qual o Movimento é partícipe; e o vocabulário da praça pública migrado para o ciberespaço.

Palavras-chaves: Análise Dialógica do Discurso. Linguagem e Tecnologia. Círculo de Bakhtin. Novas Tecnologias Informacionais/Comunicacionais. Redes Sociais. MST.

ABSTRACT

ALCÂNTARA ARAGÃO, Wagner de. Occupying latifundia of communication: the counterdiscourse of MST to hegemonic media. 2018. 160 f. Dissertation (Master in Language Studies). Postgraduate Program in Language Studies (PPGEL), Federal Technological University of Paraná (UTFPR). Curitiba, 2018.

This research aims at analyzing and understanding how the Landless Rural Workers Movement (MST), mobilizing new information technologies, frames a counterdiscourse to the hegemonic media's discourse on the Movement itself, its struggles and ways of acting. Through the Dialogical Analysis of the Discourse, MST statements are studied in their profiles in the following social networks of interactive communication: twitter, facebook and youtube. Interdisciplinary - when approaching the relationship between language and technology -, this research involves theoretical reference in at least three areas of knowledge: Language Studies, Social Communication and New informational/ communicational Technologies. In Language Studies, the theoretical anchorage is in the studies of Bakhtin's Circle. In addition to works by members of the "Circle" - Bakhtin (2016 [1952-1953], 2015 [1929], 2014 [1924-1970], 2003 [1979] and 1993 [1965]; Bakhtin / Volochínov (2006 [1929]) , and Abramo (2014), in the field of Social Communication, are Abramo (2014), and Volochínov (2013 [1920-1930] - also commentators (such as Faraco, 2009, Amorim, 2006 and 2006 and Brait, 2006) (2008 and 2002), Castells (2007), Intervezes (2015 and 2011), Kellner (2001) and Lima (2006 and 2004). In turn, in New Informational/Communicational Technology, we sought references mainly in Lemos (2008 and 2002), Castells (2013, 2005 [2000] and 2003), Canclini (2007) and Martín-Barbero (2013, 2005 and 2004). As the fundamental methodology, we chose the qualitative interpretivist research, through a case study. In order to obtain a better understanding of the case to be studied, this research also provided three additional methodological resources: a dialogical interview (two meetings were held - with representatives from the MST Communication Sector and a couple of camped from the Movement) , onsite observation (of work in the Communication Sector) and official texts (available in the Communication channels of the Movement on the Internet) about the struggle flags and strategies of the MST. For the generation of data, three enunciative chains were identified, that is, sets of statements related to three facts or themes motivating the enunciation of the Movement. These enunciative chains are: i) one consisting of statements produced from a triggering event (in this case, the invasion of the Florestan Fernandes National School in November 2016 by police officers); ii) another one formed by enunciations in which the MST thematizes, in an explicit and critical way, the performance of the hegemonic business media; iii) and a third one consisting of enunciations in which the MST discourses on

social life (speaking of itself, its struggles, its modus operandi, and in that saying it opposes the hegemonic media.) From these enunciative chains, a total of 218 posts were cut. It was observed that the MST uses the new informational / communicational technologies to construct narratives and discourses of opposition to that of the hegemonic media, and that, among the regularities observed in the analysis, the framing of speeches of others, for the construction of his own, dialogical relations with interlocutors in the same ideological political field, the occurrence of the slogan, that is, expressions that the MST adopts that circulate and are assumed by interlocutors of the social audience of the discursive arena of which the Movement is participant, and the vocabulary of the public square migrated to cyberspace. It was found that, yes, the MST uses the new informational / communicational technologies to construct narratives and discourses of opposition to that of the hegemonic media. And that, among the regularities observed in the analysis, the framing of other people's discourses, for the construction of the own one, stand out; dialogical relations with interlocutors in the same ideological political field; the occurrence of the word slogan, that is, expressions that the MST adopts that start circulating and are assumed by interlocutors of the social audience of the discursive arena of which the Movement is a participant; and the vocabulary of the public square migrated into cyberspace.

Keywords: Dialogical Analysis of Speech. Language and Technology. Bakhtin Circle. New Informational/Communicational Technologies. Social media. MST.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Empresas de tecnologias da informação como as maiores do planeta.....	41
Figura 2 – Tuíte do MST que busca provar a invasão da ENFF.....	81
Figura 3 – Tuíte de Lula em solidariedade ao MST.....	83
Figura 4 – Discurso do ator Wagner Moura.....	85
Figura 5 – Tuíte em diálogo com o “Fantástico”.....	88
Figura 6 – Contradiscurso à narrativa do “Fantástico”.....	88
Figura 7 – Enunciado sobre a luta contra a mídia hegemônica.....	94
Figura 8 – Enunciações contra a demonização do MST.....	96
Figura 9 – A luta pela democratização da comunicação, central contra o golpe.....	101
Figura 10 – Senadora Gleisi defende o MST.....	102
Figura 11 – Nota de solidariedade à Venezuela.....	103
Figura 12 – Sobre curso de comunicação popular.....	104
Figura 13 – Vídeo de terceiro interlocutor (Intervozes) reenquadrado.....	109
Figura 14 – Sobre o “Manchetômetro”.....	110
Figura 15 – Contra o discurso da mídia hegemônica.....	112
Figura 16 – Convocação para tuitação <i>#CulturaDaReformaAgrária</i>	115
Figura 17 – Expositoras da Feira da Reforma Agrária.....	117
Figura 18 – Participantes da Feira da Reforma Agrária.....	118
Figura 19 – “Huuuuuuuu... E essa delícia”.....	119
Figura 20 – A moqueca.....	120
Figura 21 – O acarajé da dona Maria.....	121
Figura 22 – Postagem do vídeo com Chico Buarque.....	124

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Contraposição “novas” versus “velhas” mídias: aspectos conceituais.....	44
Quadro 2 – Critérios para geração de dados.....	56
Quadro 3 – Cadeias enunciativas e quantidade de enunciados analisados.....	58
Quadro 4 - Veículos de comunicação do MST.....	69
Quadro 5 – Invasão da Escola Nacional Florestan Fernandes noticiada por portais.....	77
Quadro 6 – Notícia da invasão policial na Escola Nacional Florestan Fernandes feita pelo MST...77	
Quadro 7 – Retuítes do MST sobre a invasão da Escola Nacional Florestan Fernandes.....	86
Quadro 8 – Enunciados do MST no <i>facebook</i> , selecionados.....	98
Quadro 9 – Tuitaços dos quais o MST participou entre março e julho de 2016.....	108
Quadro 10 – Alguns tuítes do MST no tuitaço <i>#CulturaDaReformaAgrária</i>	116
Quadro 11 – Vídeos mais assistidos do canal do MST no <i>youtube</i>	128

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	07
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	14
2.1 A CONCEPÇÃO DE LINGUAGEM DO CÍRCULO DE BAKHTIN.....	14
2.2 COMUNICAÇÃO, OLIGOPÓLIO E MÍDIA ALTERNATIVA.....	28
2.3 NOVAS TECNOLOGIAS INFORMACIONAIS.....	36
2.4 SOBRE “NOVAS” VERSUS “VELHAS” MÍDIAS.....	42
3 METODOLOGIA DA PESQUISA.....	47
3.1 DESCRIÇÃO DOS DADOS DA PESQUISA.....	53
4 O CRONOTOPO DOS DISCURSOS DO MST.....	60
4.1 A GRANDE TEMPORALIDADE DO MST.....	60
4.2 AS TECNOLOGIAS MOBILIZADAS PELO MST NA PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO DOS DISCURSOS.....	66
5 O CONTRADISCURSO DO MST: REENQUADRAMENTOS E RELAÇÕES DIALÓGICAS.....	73
5.1 CONTRADISCURSO AO DA IMPRENSA HEGEMÔNICA, PELO <i>TWITTER</i>	74
5.2 A MÍDIA HEGEMÔNICA COMO OBJETO DE DISCURSO.....	92
5.2.1 No <i>facebook</i> , o superdestinatário dos enunciados.....	93
5.2.2 O tuitaço como cronotopo do encontro.....	105
5.3 O MST: NARRATIVAS DE RESISTÊNCIA.....	113
5.3.1 Um tuitaço contra “aquilo-de-que-já-se-falou”.....	113
5.3.2 As enunciações multissemióticas no <i>youtube</i>	122
5.3.2.1 A “voz” de Chico Buarque: enquadramento e valoração.....	124
5.3.2.2 Por vozes outras: a exotopia do MST.....	127
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	133
REFERÊNCIAS.....	142
ANEXOS.....	150

1. INTRODUÇÃO

“Ocupando latifúndios da comunicação: o contradiscurso do MST à mídia hegemônica” é uma pesquisa de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens (PPGEL), da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), na área de concentração de “linguagem e tecnologia” e na linha de pesquisa de “multiletramentos, discurso e processos de produção de sentido”. Está vinculada também ao Grupo de Pesquisas em Linguística Aplicada (Grupla¹), da mesma instituição e programa.

Trata-se aqui de um trabalho interdisciplinar, a envolver as áreas de Linguística Aplicada, mais especificamente de Estudos de Linguagens, a partir da Análise de Discurso; e de Comunicação Social, com ênfase em comunicação popular e imprensa/mídia alternativa. Essa interdisciplinaridade proporcionada pelos referidos programa e grupo de estudos, aliada aos interesses de pesquisa deste acadêmico, motivou a realização de um trabalho que envolvesse as áreas do conhecimento citadas e tivesse como objeto um ator social de significativas contribuições para a coletividade – no caso, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (doravante MST).

Há também uma motivação de cunho essencialmente pessoal. Com a formação em Comunicação Social/Bacharelado em Jornalismo, e atuação como jornalista, milito no campo da democratização das comunicações. Em 2009, participei da I Conferência Nacional de Comunicação, como delegado representante do poder público (Estado do Paraná); em 2017, constituí uma rede multiplataforma de notícias (Rede Macuco), com linha editorial que se contrapõe àquela dos grandes meios de comunicação privados (a mídia hegemônica). Acima de tudo, enxergo o MST como um movimento de extrema relevância para a vida econômica, política e social nacional, inclusive quando o assunto é a necessidade de democratização das comunicações no Brasil. Faço minhas as palavras de Carter (2010, p. 28), quem considera o MST “o maior e mais proeminente movimento social da América Latina”.

Já o contexto do período de desenvolvimento desta pesquisa foi norteador da delimitação do tema. Esse contexto é constituído de uma conjuntura política, social e

1 O GRUPLA é vinculado à UTFPR e liderado pelas professoras doutoras Maria de Lourdes Rossi Remenche e Nívea Rohling. Está em atividade desde 2013. Conforme descrição no Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil - Plataforma Lattes, o Grupla "desenvolve investigação no campo da pesquisa e extensão universitária na área de Linguística Aplicada. Para tanto, parte-se de uma concepção interacionista de linguagem e de sujeito sócio-historicamente situado. Os interesses de pesquisa e extensão organizam-se nos seguintes eixos: a) formação de professores de língua portuguesa; b) estudos dos letramentos; c) estudos de gêneros discursivos/textuais; d) estudos do discurso; e) leitura, literatura, produção e análise linguística". Disponível em: <<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupos/4531493677997149>>. Acesso em 29/08/2017.

econômica turbulenta, de acentuada crise, no Brasil, especificamente. É uma conjuntura também marcada por um acirramento de debates entre as diversas correntes de pensamento, entre as diversas instâncias de poder, entre os divergentes interesses dos mais variados segmentos da sociedade. Tal acirramento de debates ocorre, todavia, muito além de foros convencionais.

Mais que em encontros e audiências públicas *in loco*, ou em manifestações de rua; ou via meios de comunicação convencionais de massa (jornais, revistas e canais de rádio e televisão), essa arena discursiva² tem se desenvolvido de forma intensa no ciberespaço³. Em especial, nas chamadas redes sociais digitais⁴. Além disso, o debate se caracteriza muito mais por uma disputa entre discursos e narrativas. O cerne das discussões não está nos acontecimentos e episódios factuais, sim sobre as versões – as narrativas, os discursos - em torno de tais episódios.

Caracteriza ainda esse contexto a impressão de que o ciberespaço ampliou e democratizou a produção e o compartilhamento de conteúdo informacional e, por consequência, o acesso a tal conteúdo. De fato, o advento de tecnologias que possibilitaram o surgimento de novas mídias fez expandir as possibilidades de se estar presente e ser ouvido nesse debate acirrado de que falamos. Há ainda, entretanto, uma série de obstáculos para que os atores sociais participem dessa arena discursiva em igualdade de condições.

As tecnologias que viabilizaram a criação de novas mídias digitais têm a internet como suporte básico. A internet, por sua vez, é uma plataforma de uso comum relativamente recente. O que conhecemos hoje como internet é uma evolução de um embrião gestado no pós Segunda Guerra Mundial, no meio militar estadunidense, e que na sequência se estabelece também no meio acadêmico (POE, 2011). A partir dos anos 1990 é que a internet rompe as fronteiras da inteligência militar e da academia e passa a ser de uso da sociedade em geral. Mais precisamente, segundo Briggs e Burke (2006, p. 300), “entre setembro de 1993 e março de 1994, quando (...) se tornou a rede das redes, aberta a todos”. Passadas mais de duas décadas, a massificação do acesso à internet, entretanto, ainda não se completou. No Brasil, por exemplo, até 2013 menos da metade dos domicílios contava com conexão à rede mundial

2 Espaço de debates e disputas marcado fundamentalmente pelo embate discursivo, menos pelo embate de fatos. Baseamo-nos essencialmente em Bakhtin/Volochínov (2006 [1929]), para a inteligibilidade do conceito, aprofundado no referencial teórico desta pesquisa, mais adiante.

3 Baseamo-nos sobretudo em Lévy (1999) na adoção desse conceito. Entendemos “ciberespaço” como o ambiente, ou ambientes, de relações sociais, que se dão em esfera virtual, isto é, aquela sustentada pela plataforma midiática internet.

4 Seguimos o conceito de “redes sociais” trazido por Recuero (2011), qual seja o de redes de interação social, isto é, de comunicação ente indivíduos, mediadas por computador, via internet, no ciberespaço.

de computadores. Hoje (2017), a maior parte dos domicílios já dispõe de algum instrumento de acesso, mas essa distribuição reproduz a desigualdade social característica da sociedade brasileira⁵.

De qualquer forma, o ciberespaço, como observa Galli (2010, p.151), “introduz um conceito de descentralização da informação e do poder de comunicar”, o que propicia a qualquer indivíduo maiores possibilidades e autonomia para se comunicar socialmente. Com acesso ao ambiente virtual, não é mais preciso ter o próprio jornal impresso, ou emissora de rádio e televisão, para difundir conteúdo informacional, artístico – ou qual for seja - a um grande número de pessoas. A comunicação virtual, “por não se limitar apenas aos donos de jornais e emissoras” (GALLI, 2010, p. 152), dá vez e voz a atores sociais historicamente à margem (quando não excluídos) dos meios de comunicação de massa. Tais atores passam a contar com instrumentos para se expressar e se comunicar diretamente com a sociedade, dispensando a intermediação de jornais, revistas e emissoras de rádio e televisão tradicionais, privados.

Assim observa igualmente Martín-Barbero (2005, p. 59), para quem o que ele chama de tecnologias comunicacionais ou redes de informática deixaram de ser espaço apenas de circulação de capital, finanças, para se tornarem também “um lugar de encontro das multidões e comunidades marginalizadas”. Castells (2013), na mesma linha, destaca que essas mudanças impactam a “estrutura social” na qual movimentos sociais se constituem, conforme veremos de forma mais aprofundada no capítulo 2 (referencial teórico).

Tudo isso é sobremaneira significativo porque, em especial no Brasil, jornais, revistas e emissoras de rádio e televisão são de propriedade de poucos - porém grandes - grupos privados. Há um evidente oligopólio empresarial no setor, conforme assinala Lima (2004), o que torna o poder de comunicar algo ainda mais centralizado:

O padrão universal de concentração da propriedade e a presença dos *global players* encontram no Brasil um ambiente historicamente acolhedor. Nossos *mass media* se estabeleceram oligopolisticamente. O rádio e a televisão (...) constituem um sistema organizado em torno de poucas redes sobre as quais não existe nenhuma regulamentação legal. (LIMA, 2004, p. 99)

Dessa forma, e como não poderia ser diferente, nessa mídia oligopolizada predominam

5 De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) 2015, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o percentual de domicílios no Brasil com acesso à internet evoluiu da seguinte maneira nos últimos anos: 2013: 48%; 2014: 54,9%; e 2015: 57,8%. Dos 39,3 milhões de domicílios com internet, 63,9% situavam-se na zona urbana e 21,2% na zona rural. Disponível em <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv99054.pdf>>. Acesso em 29/08/2017.

os fatos (e/ou suas versões) sob o ponto de vista do poder (econômico, político) detentor desses meios. É evidente que os interesses de tal poder econômico quase nunca convergem com os interesses dos segmentos sociais colocados à margem dessa elite. Contrapontos a fatos e versões veiculados por esse poder midiático, quando aparecem, são periféricos. Questionadores desse poder são prejudicados, demonizados – isso quando não ignorados, ou “mandados para a Sibéria” (BRIZOLA, 1993), uma metáfora ao fato de que os opositores ao oligopólio midiático são escanteados, “colocados na geladeira” pelo referido poder.

Marques de Melo (2011, p. 85) afirma que a “(...) a engrenagem midiática busca ajustar-se, atrelando-se, organicamente, aos interesses das camadas hegemônicas”, e lembra que, historicamente, o Estado brasileiro ausentou-se de sua responsabilidade de regular o setor de modo a evitar oligopólios e a democratizar os meios de comunicação, embora na atual Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 1988, tal combate e regulamentação estejam previstos⁶. Avaliação ainda mais contundente faz Intervezes (2015):

A concentração da propriedade, a grande presença de grupos familiares, a vinculação às elites políticas locais e, ainda, o “toma lá, dá cá” entre governos, políticos e empresas, entre outros fatores, arquitetaram um sistema que limita a liberdade de expressão da maioria da população e que é incapaz de garantir diversidade de conteúdo e pluralidade dos atores envolvidos na produção e circulação de comunicação. (INTERVOZES, 2015, p. 21)

O MST⁷ é um exemplo de segmento social recorrentemente hostilizado pelos veículos de mídia de propriedade das grandes empresas privadas. Conforme aponta Intervezes (2011, p. 57)⁸, o Movimento é corriqueiramente apresentado na mídia “como referência para baderna, violência ou relações de prevaricação com o poder público”. Tejera (2013) recorda que desde as primeiras mobilizações que deram origem ao MST, já havia uma certa hostilidade de parte da grande imprensa empresarial para com os trabalhadores mobilizados. Por isso, desde sua constituição como movimento social legalmente organizado (em 1984), o MST se preocupa em se comunicar diretamente com seu público; tão logo nasceu, a

6 O artigo 220 da Constituição, em seu parágrafo 5º, diz, textualmente: “Os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio”.

7 Mais adiante, uma subseção detalha a trajetória do MST e aborda seu histórico de atuação na área de Comunicação Social. Por ora, antecipamos que o movimento foi constituído nos anos 1980, com o intuito de lutar pela reforma agrária e políticas públicas derivadas, de fomento à agricultura familiar.

8 O estudo do Intervezes (coletivo que reúne militantes na área de comunicação) que chega a essa conclusão consistiu na análise de 301 reportagens que citaram o MST, entre 10 de fevereiro e 17 de julho de 2010 (período da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que investigou o Movimento). Foram analisadas matérias jornalísticas publicadas pelos jornais Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo e O Globo; pelas revistas Veja, Época e Carta Capital; e veiculadas pelos telejornais Jornal Nacional, da Rede Globo, e Jornal da Record, da Rede Record.

organização tratou de criar publicações internas (BARBOSA, 2013).

Já a partir dos anos 2000, com a internet se estabelecendo na sociedade, o MST aprimora sua política comunicacional (BARBOSA, 2013), lançando mão de ferramentas como site, e, posteriormente, inserindo-se nas redes sociais digitais (*twitter, facebook, youtube, flickr* e, mais recentemente, *instagram*⁹). Por meio dessas mídias exclusivas do ciberespaço, o MST gera e compartilha conteúdo informacional¹⁰ de modo a apresentar sua versão, sua posição valorativa diante dos acontecimentos e da conjuntura social, política e econômica, dispensando mediadores - isto é, sem precisar dos veículos de comunicação privados para se comunicar com seu público e a sociedade em geral. Ainda que desde sua origem o MST tenha se voltado à Comunicação Social, é a partir do advento de tecnologias comunicacionais do ciberespaço que o Movimento se estabelece também como uma organização que busca se comunicar diretamente não mais apenas com seu público interno, mas com a sociedade de forma geral, sem intermediários.

Embora reconheçamos que a internet não seja universalmente acessível, e também que os espaços no ambiente virtual cada vez mais sejam objeto de oligopólio privado (conglomerados de provedores, aplicativos, canais digitais etc), o ciberespaço permite que atores como o MST exponham seu discurso, seus posicionamentos valorativos, suas versões sobre os fatos de forma mais abrangente que em tempos de exclusividade dos meios de comunicação de massa convencionais.

Diante desse contexto – meios de comunicação de massa oligopolizados, atores sociais hostilizados por essa mídia hegemônica e novas tecnologias informacionais oferecendo a possibilidade de maior equilíbrio nessa relação – identificamos a atuação do MST no ciberespaço como uma rica fonte para **Análise Dialógica do Discurso**, interdisciplinar, contemplando as áreas do conhecimento já mencionadas. De modo que estabelecemos como **objeto de estudo** enunciados¹¹ - os discursos¹² - do Movimento, integrantes de determinadas cadeias enunciativas, e que foram gerados, produzidos e/ou compartilhados no ciberespaço,

9 Optamos pelo itálico, por se tratarem de palavras estrangeiras, e pelo início em letras minúsculas quando nos referirmos à plataforma/aplicativo/mídia. Em letra maiúscula, quando nos referirmos ao nome da corporação detentora da plataforma (por exemplo: o Facebook, proprietário das mídias *facebook, instagram, whatsapp*; o Google, proprietário do buscador *google*, do provedor de *gmail*, do youtube, e assim por diante, da mesma forma que nos referimos à Globo (ou qualquer outra empresa do ramo) como detentora de mídias jornal, rádio e televisão, em inicial minúscula).

10 Nesta pesquisa, o conteúdo informacional produzido pelo MST é compreendido como produção discursiva segundo a concepção bakhtiniana de linguagem.

11 Consideraremos o conceito de “enunciado” sob a ótica bakhtiniana. No referencial teórico discutiremos esse conceito de modo aprofundado.

12 Também trabalharemos com o conceito bakhtiniano de “discurso”, a ser abordado igualmente no escopo teórico.

por meio das novas tecnologias informacionais. Tanto as cadeias enunciativas elegidas, como os critérios para escolha dos discursos objetos de análise, estão detalhados no capítulo de metodologia; desde já, adiantamos que traremos análise de enunciados do MST em seus perfis no *twitter*, *facebook* e *youtube*, que são as três primeiras redes sociais digitais das quais o Movimento se apropriou, e usa com regularidade¹³.

Sendo assim, o **objetivo geral** da pesquisa é **analisar e compreender como o MST - utilizando-se das novas tecnologias informacionais disponíveis no ciberespaço - constrói um contradiscurso às enunciações da mídia hegemônica**. Nessa pesquisa, entendemos contradiscurso como um discurso-resposta de oposição, de resistência, de refutação aos discursos produzidos pela mídia tradicional. Esse discurso-resposta, muitas vezes, é materializado por meio de enunciados em que o Movimento se declara explicitamente contra o posicionamento das grandes empresas de comunicação. Por mídia hegemônica, entendemos os meios de comunicação de massa de propriedade de grandes empresas privadas, comerciais. Em outras palavras, analisamos como, a partir do uso de seus canais digitais de Comunicação Social, o MST produz tal contradiscurso a fim de furar o bloqueio que historicamente o Movimento enfrenta do oligopólio dos veículos de comunicação de propriedade privada - a chamada “velha mídia” ou, como classificam lideranças do próprio MST, “a mídia burguesa”¹⁴.

Para que alcancemos o objetivo geral, estabelecemos alguns **objetivos específicos**, a saber: i) identificar e descrever os instrumentos de comunicação social mantidos pelo Movimento, nas mais diversas plataformas; ii) identificar e descrever os perfis mantidos pelo MST em redes sociais digitais; iii) analisar os enunciados, de modo a identificar discurso(s)/vozes que apontem para um discurso de resistência e/ou oposição ao da mídia empresarial hegemônica.

Cabe ainda neste capítulo introdutório esclarecer eventual questionamento: por que optamos, para a definição do objeto de análise, pelo critério das cadeias enunciativas, e não como ponto de partida as tecnologias informacionais? Seguimos esse percurso porque entendemos que as cadeias enunciativas é que são constituídas e motivadoras do embate discursivo a que nos referimos, e não a tecnologia informacional. Esta é a ferramenta, o suporte para a materialização dos discursos. As cadeias enunciativas é que são constituintes dos discursos produzidos; emolduram-nos. Como explica Bakhtin (2010),

13 Os critérios para essa escolha estão explicados no capítulo de metodologia da pesquisa.

14 Em seus enunciados – notícias no site, postagens em redes sociais, artigos de lideranças do movimento – o MST se refere aos veículos de comunicação dos grandes grupos privados como “mídia burguesa”.

Todo enunciado (...) tem por, assim dizer, um princípio absoluto e um fim absoluto: antes de seu início, os enunciados de outros; depois de seu término, os enunciados responsivos de outros (ou ao menos uma compreensão ativamente responsiva silenciosa do outro ou, por último, uma ação responsiva baseada nessa compreensão”. (BAKHTIN, 2010, p. 29)

Dissemos que o MST, enquanto movimento social que luta contra o latifúndio da terra, enfrenta nessa jornada o “latifúndio” da mídia empresarial comercial – um oligopólio representante mais dos interesses do poder econômico e político, menos dos interesses populares. Identificamos que o ciberespaço se viabilizou como um terreno de construção de um contraponto à mídia hegemônica. Devemos ponderar, no entanto, que – conforme assinala Melo (2010) - o ambiente virtual, embora democratize a comunicação e expressão, não é por si só suficiente para assegurar audiência ao conteúdo gerado, produzido e/ou compartilhado. O ambiente virtual, por ele próprio, não garante que mensagens de pontos de vista historicamente omitidos, distorcidos ou pouco esclarecidos; que os pontos de vista dos discriminados alcancem penetração e repercussão capazes de equilibrar o debate. “(...) No ciberespaço, o discurso dos excluídos (as ideias do lado B) só aparece em sites (...) de iniciativa pessoal e/ou institucional” (MELO, 2010, p. 168).

Diante desse cenário, como o MST lança mão das tecnologias informacionais do ciberespaço para engendrar um contradiscurso às enunciações da mídia oligopolizada? Como discursivamente o MST busca romper com o latifúndio midiático e se comunicar com seus interlocutores privilegiados, a saber, os integrantes, sua militância, profissionais de mídia, analistas, a sociedade em geral? Os discursos do MST construídos em suas mídias digitais são direcionados a todos esses interlocutores, ou há uns e outros de forma mais direta ou prioritária? Quando o discurso do Movimento se dá no ciberespaço (mídias digitais), se lhe são agregadas regularidades típicas desse ambiente? São questionamentos norteadores desta investigação.

Outras perguntas emergiram sobre o tema da pesquisa: que vozes o movimento ecoa em seus enunciados? As vozes de seus representantes mais eminentes? As vozes dos acampados e assentados? As vozes dos militantes e simpatizantes? Ou um discurso essencialmente institucional, ainda que esse discurso sintetize as vozes dos integrantes e militantes do Movimento? De que tratam tais enunciados? Com quem “dialogam”, a quem respondem? O MST consegue, de fato, superar as “muralhas da linguagem” de que fala Giannotti (2009 [2004])?

Metodologicamente, optamos pela pesquisa qualitativa interpretativista, por meio de estudo de casos. Como recursos metodológico auxiliares, incluímos entrevista dialógica, com representantes do Setor de Comunicação do MST e com casal de acampados do Movimento; observação *in loco* do processo de produção de conteúdo (portanto, de enunciações) pelo Setor de Comunicação, e leitura de textos que mostram posicionamento oficial do MST sobre suas lutas, formas de atuação e questões da vida nacional. No capítulo de metodologia, todas essas escolhas assumidas são descritas e justificadas.

Teoricamente, ao propor-se como Análise Dialógica do Discurso, esta pesquisa se fundamenta na concepção de linguagem do Círculo de Bakhtin. No capítulo seguinte a este, detalhamos o escopo teórico que embasa a pesquisa aqui apresentada. Na sequência, explicitamos as escolhas e recortes metodológicos. O capítulo 4, por sua vez, discorre sobre o cronotopo¹⁵ do MST – historicidade, formação, desenvolvimento da organização, política comunicacional. Depois, partimos para as análises, seguidas das considerações finais deste trabalho.

15 Conceito bakhtiniano a ser tratado no referencial teórico.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Esta pesquisa tem os escritos do Círculo de Bakhtin¹⁶ como base epistemológica. Ou seja, é a partir da concepção bakhtiniana de linguagem que estudamos os enunciados do MST em suas mídias digitais para analisar e compreender o contradiscurso nelas construído pelo Movimento, em contraposição às enunciações da mídia hegemônica. Trazemos também para o nosso balizamento teórico estudos no campo da Comunicação Social, em especial sobre mídias alternativas; e ainda referenciais relacionados às novas tecnologias informacionais. Sobre estas últimas, por sinal, inteligibilidades acerca de terminologias e conceitos afins serão arquitetadas neste capítulo, mais adiante.

2.1 A concepção de linguagem do Círculo de Bakhtin

Como dissemos, a concepção bakhtiniana de linguagem é a ancoragem teórica da análise que desenvolvemos nesta pesquisa. Dessa concepção, damos ênfase, neste capítulo, àqueles conceitos primordiais para a realização da referida análise, de um modo geral. Durante a análise propriamente dita, eventualmente trazemos aspectos outros, específicos a cada situação, e o detalhamento teórico desses aspectos estão presentes concomitantemente à análise.

De início, ressaltamos que **linguagem** – sob a ótica bakhtiniana - é muito mais que a representação do mundo ou do pensamento humano, por meio de signos. Tampouco é mero instrumento de comunicação interpessoal e de comunicação social. Linguagem não é tão somente uma ferramenta, uma estrutura, um instrumento de ação e interação humana e social. A linguagem é, em verdade, a própria viabilização, materialização dessa ação e interação humana e social.

Além de permitir que a ação e a interação humana e social efetivamente ocorra, a linguagem só é propriamente linguagem no processo de ação e interação dos indivíduos. Isto é, a linguagem só se realiza como tal na vida vivida dos indivíduos; é preciso que ela exista no

16 Conforme contextualiza Faraco (2009, p. 13), o Círculo de Bakhtin foi o nome dado a um grupo de intelectuais que se reuniu regularmente entre os anos de 1919 e 1929, “primeiro em Nevel e Vitebsk, depois em São Petersburgo (à época rebatizada de Leningrado), [na Rússia], (...) um grupo multidisciplinar”. A paixão pela filosofia e pela linguagem era o que unia esses intelectuais, das mais variadas formações. Mikail Bakhtin, Valetin N. Volochínov e Pavel Medved são os nomes de maior repercussão, mas diversos outros intelectuais russos participavam das reuniões também. Diante da dificuldade de se identificar a autoria dos textos produzidos por esse grupo de estudos, convencionou-se, nessas situações, a creditá-la ao Círculo.

mundo da vida, inserida em um determinado contexto histórico, social, político, econômico. É ao mesmo tempo fruto e retroalimentadora de uma determinada conjuntura social, política, econômica e histórica; não só de uma determinada conjuntura, como de toda uma historicidade social, política, econômica e cultural da vida em sociedade; do mundo da vida, como dissemos.

Linguagem não é algo que se dá “fora” dessa conjuntura, das relações sociais - dessa vida vivida que mencionamos. Como já observamos, a linguagem existe como tal nas ações e interações humanas, e não - conforme frisam Bakhtin/Volochínov (2006 [1929]) - meramente por razões da composição biológica (fisiológicas, psicológicas, neuropsíquicas etc) do ser humano:

Não tomamos a língua como um sistema de categorias gramaticais abstratas; tomamos a língua ideologicamente preenchida, a língua enquanto cosmovisão e até como uma opinião concreta que assegura um *maximum* de compreensão mútua em todos os campos da vida ideológica. Por isso a língua única exprime as forças da unificação verbo ideológica concreta e da centralização que ocorre numa relação indissolúvel com os processos de centralização sociopolítica e cultural. (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2006 [1929], p. 40)

Importante assinalar que Bakhtin/Volochínov (2006 [1929]) não negam a relação entre pensamento (atividade mental) e linguagem, nem entre linguagem e comunicação. Ao contrário. O que ocorre, todavia, é que

não somente a atividade mental é expressa exteriormente com a ajuda do signo (assim como nos expressamos para os outros por palavras, mímica ou qualquer outro meio) mas, ainda, que para o próprio indivíduo, ela [atividade mental] só existe sob a forma de signos (...) toda atividade mental é exprimível, isto é, constitui uma expressão potencial. Todo pensamento, toda emoção, todo movimento voluntário são exprimíveis. (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2006 [1929], p. 52)

Portanto, ainda para Bakhtin/Volochínov (2006 [1929], p. 72), a linguagem se configura também como elemento constituinte da comunicação porque está além das esferas “física, fisiológica e psíquica”, e presente na “esfera única da relação social”. Isto é, dá-se pela interação verbal - fenômeno social, e não estrutural, da língua. E o que é comunicação se não um processo decorrente das relações sociais, da vida vivida dos indivíduos em sociedade?

Uma série de aspectos integra essa concepção bakhtiniana de linguagem. Começamos citando o fato de que, nas relações humanas e interações sociais, a linguagem existe como tal por meio de **enunciados**. É pelos enunciados que temos, de fato, a língua, a linguagem. Cada

enunciado, por sua vez, é constituído de um ou mais **discurso(s)/vozes sociais**. Os enunciados são carregados de ideologias e vozes, evidências da natureza **socioideológica** da linguagem, como assinala a concepção bakhtiniana. São evidências ainda de que a linguagem é inevitavelmente **dialógica**, e dialogismo aqui não no seu sentido estreito, de diálogo face a face, ou de troca imediata de mensagens – e isso está detalhado mais à frente.

Como adiantamos, de acordo com a perspectiva bakhtiniana a linguagem se materializa por meio de enunciados. As ações e interações humanas e sociais (a comunicação, por exemplo) ocorrem por meio da produção de enunciações. Conforme conclui Volochínov (2013 [1920-1930], p. 158), “*a essência efetiva da linguagem está representada pelo fato social da interação verbal, que é realizada por uma ou mais enunciações*” (grifo original). E os enunciados são constituídos por palavras, orações, entre outras formas de expressão (inclusive de diferentes materialidades semióticas). Não são, porém, palavras, orações, composições semióticas pronunciadas, escritas ou geradas isoladamente, ou mecânicas, soltas, dispersas num vácuo social. São, isso sim, construtoras de enunciações/discursos, carregadas de entonação e ideologias constituintes, pois, do enunciado propriamente dito.

É o enunciado que possibilita a interação sociodiscursiva nas relações humanas, em diferentes esferas da atividade da vida em sociedade. Bakhtin (2016 [1952-1953], p. 28) define o enunciado “como a *real unidade* da comunicação discursiva” (grifo original), diferentemente da oração, unidade da língua. O enunciado assume tal definição porque “o discurso só pode existir de fato na forma de enunciados concretos de determinados falantes, sujeitos do discurso”. Acrescenta o mesmo autor: “Os limites de cada enunciado concreto como unidade de comunicação discursiva são definidos pela alternância dos sujeitos do discurso, ou seja, pela alternância dos falantes” (BAKHTIN, 2016 [1952-1953], p. 29).

Enunciado é, portanto, ainda de acordo com a mesma referência, o modo pelo qual a língua se materializa no campo da vida vivida, ou seja, deixa de ser um objeto abstrato e se torna, enfim, algo efetivo, real. Volochínov (2013 [1920-1930], p.171-172) explica que cada enunciação é composta de duas partes – “*uma verbal e outra não verbal*” (grifo original). A **parte não verbal** tem a ver com a dimensão social em que uma palavra é manifesta, e é a partir dessa dimensão social que se pode inferir o significado de uma determinada palavra. Compõem a parte não verbal o espaço e tempo em que se situa a enunciação; o objeto ou tema de que trata a enunciação; e ainda a valoração, isto é, a atitude dos interlocutores diante da enunciação expressa.

A **parte verbal**, por sua vez, constitui-se - ainda segundo Volochínov (2013 [1920-

1930], p.173-174) – da entonação da enunciação, da seleção das palavras que compõem tal enunciação e a disposição dessas palavras. Ao analisarmos enunciados do MST em redes sociais de comunicação interativa, marcadas pela linguagem multissemiótica, consideramos não só as palavras escritas, mas também fotografias, ilustrações, *frames*¹⁷ como elementos que são intencionalmente selecionados e dispostos pelo falante em sua enunciação.

Pela entonação de um enunciado e ainda pelos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais selecionados pelo enunciador é possível localizar a cadeia enunciativa da qual emergem o discurso/vozes materializados na referida enunciação. Portanto, o discurso/enunciado transforma palavras, frases, falas originalmente soltas, abstratas, em uma palavra com significado concreto, possibilitando de fato a comunicação – a interação social - entre os interlocutores. Temos a **indissociável relação entre enunciado e discurso**, a ponto de podermos entendê-los como praticamente sinônimos. “O discurso sempre está fundido em forma de enunciado pertencente a um determinado sujeito do discurso, e fora dessa forma não pode existir”. (BAKHTIN, 2003 [1979], p. 274).

Bakhtin (2016 [1952-1953], p. 11) anota que “todos os diversos campos da atividade humana estão ligados ao uso da linguagem”, e que os enunciados vão ao mesmo tempo refletir e refratar essas interações sociais, da vida vivida:

[Os enunciados] refletem as condições específicas e as finalidades de cada referido campo [de atividade humana] não só por seu conteúdo (temático) e pelo estilo da linguagem, ou seja, pela seleção dos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua, mas, acima de tudo, por sua construção composicional. Todos esses três elementos - o conteúdo temático, o estilo, a construção composicional - estão indissolivelmente ligados no conjunto do enunciado e são igualmente determinados pela especificidade de um campo de comunicação. (BAKHTIN, 2016 [1952-1953], p. 12)

A **natureza dialógica da linguagem** se evidencia, conforme aponta Bakhtin (2003 [1979], p. 270), pelo discurso/enunciado. Enquanto fala e oração são unidades abstratas, descontextualizadas da vida real do falante, o enunciado é uma unidade a qual, além de carregada da inerente ideologia presente no discurso como já citamos, é responsiva, e gera resposta; não surge do nada, mas do que já foi dito e vivido no mundo:

(...) todo falante é por si mesmo um respondente em maior ou menor grau: porque ele não é o primeiro falante, o primeiro a ter violado o silêncio do universo, e pressupõe não só a existência do sistema da língua que usa mas também de alguns

17 Imagem fixa de uma produção audiovisual; em enunciações na internet, é como estaticamente um vídeo “aparece” em uma postagem.

enunciados antecedentes - seus e alheios - com os quais o enunciado entra nessas ou naquelas relações (...) Cada enunciado é um elo na corrente complexamente organizada de outros enunciados. (BAKHTIN, 2003 [1979], p. 272)

As “tonalidades ideológicas”, das quais o “enunciado é pleno”, de que vai falar Bakhtin (2016 [1952-1953], p. 59), devem ser levadas em conta, porque sem considerá-las “é impossível entender até o fim o estilo de um enunciado” (idem, p. 59). As **tonalidades ideológicas** são fruto das opções lexicais, da entonação, da ideologia constituinte de um determinado enunciado; por tais tonalidades podemos inferir com qual enunciado outro, ou com qual interlocutor, um determinado enunciado interage, responde, ou de quem/do qual espera resposta, posicionamento; provoca reação resposta.

Isso ocorre porque “a expressão do enunciado, em maior ou menor grau, exprime a relação do falante com os enunciados do outro, e não só a relação com os objetos do seu enunciado” (BAKHTIN, 2016 [1952-1953], p. 58). Quando o MST se pronuncia, no *twitter*, sobre reforma agrária, não expõe apenas uma relação sua com o tema “reforma agrária”. Expõe isso e também a relação sua – e de seu respectivo enunciado – com outros interlocutores. Expõe a relação sua com o que já foi dito (por grandes veículos de comunicação, ou por figuras públicas, ou por documentos oficiais etc) sobre “reforma agrária”; a relação do MST com uma ampla cadeia enunciativa em torno de tal assunto.

Reiteramos que essas relações dialógicas, ou o dialogismo, vão muito além do conceito estreito de diálogo – troca de falas entre um ou mais interlocutores. O **dialogismo** na ótica bakhtiniana é compreendido como a **essência da linguagem**. Linguagem só o é como tal porque é dialógica.

As relações dialógicas da linguagem dizem respeito às marcas (opções lexicais, recursos fraseológicos, gramaticais) de vozes, discursos, enunciados outros, em um determinado enunciado. Referem-se a possíveis respostas, ou previsíveis reações, concordantes ou dissonantes, ao enunciado em questão. Como salienta Bakhtin (2016 [1952-1953], p. 103), “(...) as relações dialógicas são bem mais amplas que o discurso dialógico no sentido restrito. Entre as obras discursivas profundamente monológicas sempre estão presentes relações dialógicas”.

São relações dialógicas no sentido de que todo enunciado, de alguma forma, conversa – dialoga – com enunciados outros, com o que já foi dito no mundo, ou com o que poderá ser dito (inclusive como resposta ao enunciado primeiro). Toda fala é fruto de falas outras e

espera falas futura. Como Bakhtin (2014¹⁸) afirma,

(...) todo discurso concreto (enunciação) encontra aquele objeto para o qual está voltado sempre, por assim dizer, já desacreditado, contestado, avaliado, envolvido por sua névoa escura ou, pelo contrário, iluminado pelos discursos de outrem que já falaram sobre ele. (BAKHTIN, 2014 [1924-1970], p. 86)

É o que Volochínov (2013 [1920-1930], p. 163) denomina “intercâmbio de enunciações (...), a forma mais natural da linguagem”. Cada enunciação – uma palestra, um discurso oficial proferido, uma conferência, conforme exemplifica o autor, e podemos acrescentar mencionando uma postagem em rede social – é dirigida a ouvintes, “atentos (...), que não são uma massa indistinta, inerte, imóvel, de pessoas que o seguem com indiferença. Ao contrário, diante do orador está um interlocutor vivo”.

Sendo assim, o enunciado de um falante é inevitavelmente endereçado a outros falantes (e aos enunciados desses falantes). Volochínov (2013, [1920-1930], p. 157) sentencia: “[cada enunciação] é sempre orientada para o outro, até um ouvinte, inclusive quando este não existe como pessoa real”. Ou, como sublinha Bakhtin (2016 [1952-1953], p.62), “um traço essencial (constitutivo) do enunciado é a possibilidade de seu direcionamento a alguém, de seu endereçamento”. E ainda, em outras palavras,

Ao construir meu enunciado, procuro defini-lo de maneira ativa; por outro lado, procuro antecipá-lo, e essa resposta antecipável exerce, por sua vez, uma ativa influência sobre o meu enunciado (dou resposta pronta às objeções que prevejo, apelo para toda sorte de subterfúgios, etc) (BAKHTIN, 2016 [1952-1953], p. 63)

Está aqui, portanto, uma fundamental questão para esta pesquisa: a quem se dirige o MST em seus enunciados? Qual, pois, o auditório social? Como se dá a relação dialógica com esse auditório? Sobre quem ou que (objeto para o qual se volta o enunciado) são também essas enunciações? Que evidências disso podem ser inferidas em seus discursos? Podemos dizer que seus interlocutores vão além daqueles imediatos, conforme explica Bakhtin (2016 [1952-1953], p. 104). Segundo o filósofo da linguagem, “o autor do enunciado propõe, com maior ou menor consciência, um supradestinatário superior”. Será sobremaneira importante identificar esse “supradestinatário” a quem o MST se dirige (ou a quem procura responder, ou responde) em seus enunciados.

Ao buscar construir um contradiscurso àquele predominante, veiculado pela mídia

18 De acordo com a “Nota da edição russa”, os textos que compõem a presente referência bibliográfica foram escritos por Bakhtin em diferentes épocas. Há textos desde 1924 aos anos 70 do século XX.

hegemônica, um determinado enunciado do MST, por exemplo, trará traços de resposta a esse discurso dominante. E, mais além: tal enunciado terá tonalidades, entonações, força valorativa, discursos que antevêm possíveis reações, respostas a esse contradiscurso, de modo a neutralizar possíveis vulnerabilidades desse contradiscurso. Ou seja, é a evidência do dialogismo da linguagem, uma vez que o enunciado referido age como resposta a enunciações outras e como provocador de reações-responsivas de enunciados de terceiros sequer ainda ditos.

Bakhtin (2016 [1952-1953]) fala da intenção do falante, constitutiva de seus enunciados produzidos:

Em cada enunciado – da réplica monovocal do cotidiano às grandes e complexas obras de ciência ou de literatura – abrangemos, interpretamos, sentimos a intenção discursiva ou a vontade de produzir sentido por parte do falante, que determina a tonalidade do enunciado, o seu volume e as suas fronteiras. (BAKHTIN, 2016 [1952-1953])

Vemos, diante do exposto até aqui, que os enunciados/discursos se configuram na materialização da linguagem, por isso são elementos essenciais para a existência dela, linguagem. Essa imprescindibilidade pode ser reforçada com Faraco (2009); este autor ressalva que, para o pensamento bakhtiniano, linguagem não é um elemento abstrato, desconectado da vida em sociedade, de modo que os estudos de linguagem (nos quais esta pesquisa se inclui) não podem desconsiderar o contexto sócio-histórico-ideológico em que a linguagem está inserida (e acrescentamos: em que o enunciado/discurso está inserido). Assinala o autor que, sob o prisma bakhtiniano,

A língua é (...) um fato social, cuja existência se funda nas necessidades de comunicação. Bakhtin (...) valoriza justamente a fala, a enunciação, e afirma sua natureza social, não individual: a fala está indissolivelmente ligada às condições de comunicação, que, por sua vez, estão sempre ligadas às estruturas sociais. (FARACO, 2009, p. 14)

Se – estamos a nos referir a Bakhtin (2016 [1952-1953]) - qualquer atividade humana, da mais elementar à mais complexa, está ligada ao uso da linguagem; e que esta se materializa na forma de enunciados/discursos, temos uma incontável quantidade de esferas de produção de discursos. Tais **esferas discursivas** são os diversos campos das várias atividades da vida humana, dos segmentos da sociedade, nas quais são gerados enunciados/discursos com certas regularidades (discursivas, estilísticas, lexicais). Dessa ampla gama de esferas discursivas vão

se constituir, pois, os **gêneros do discurso**, atrelados à atividade humana, ou ao grupo social, em que seus respectivos enunciados se manifestam. Tais gêneros do discurso vão se caracterizar pelas condições específicas, peculiares de cada campo da atividade humana (de cada esfera discursiva) - uma conversa familiar, um texto acadêmico, um site de notícias, um inquérito policial, uma palestra motivacional, um discurso de campanha eleitoral, uma consulta médica etc.

Logo, o estilo da linguagem - a seleção dos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua, entre outros – tende a atender as especificidades da esfera discursiva em que o enunciado é produzido. Como afirma Bakhtin (2014 [1924-1970, p. 96), “[Elementos da língua] adquirem o perfume específico dos gêneros dados: eles se adéquam aos pontos de vista específicos, às atitudes, às formas de pensamento, às nuances e às entonações desses gêneros”.

A partir dessa premissa, ao nos propormos a analisar enunciados do MST em mídias digitais devemos identificar em que gênero(s) do discurso(s) esses enunciados estão situados, materializados. Trata-se, como se sabe, de um movimento social com bandeiras de luta (reforma agrária, democratização das comunicações, defesa da agricultura familiar) inerentes ao campo político-ideológico progressista, de esquerda, campo esse, pois, com suas características discursivas e enunciativas próprias. A essas características próprias lhe são agregadas regularidades inerentes ao ciberespaço, conforme já questionamos na introdução desta pesquisa? Está aí, pois, uma questão investigada durante o processo de análise para esta pesquisa.

Segundo Bakhtin (2016 [1952-1953], p. 38), a “vontade discursiva do falante se realiza antes de tudo na *escolha de certo gênero de discurso*” (grifo original). E que essa escolha é baseada pela “especificidade de um dado campo de comunicação discursiva”. Ou seja, a opção que o MST assume em se manifestar, por exemplo, por meio de uma nota oficial em seu site, ou por meio de um vídeo institucional em seu canal no *youtube*, além de impactada pelas especificidades desses espaços, denota suas intenções, sua “vontade discursiva”:

Os gêneros do discurso organizam o nosso discurso quase da mesma forma que o organizam as formas gramaticais (sintáticas) (...) As formas do gênero, nas quais moldamos o nosso discurso, diferem substancialmente, é claro, das formas da língua no sentido da sua estabilidade e da sua coerção (normatividade) para o falante. (BAKHTIN, 2016 [1952-1953], p. 39)

Na sequência, Bakhtin (2016 [1952-1953], p. 41) vai ressaltar que um mesmo falante pode ser de veras experto em determinado gênero do discurso, mas não ter a mesma maestria ao lidar com outros gêneros. “Muitas pessoas que dominam magnificamente uma língua sentem amiúde total impotência em alguns campos da comunicação, justo porque não dominam na prática as formas do gênero desses campos”. É algo passível de ser verificado no decorrer dessa pesquisa: se há essa variação de habilidade por parte do MST, afinal a incapacidade de se manifestar por um ou outro gênero pode acarretar prejuízos à inteligibilidade do enunciado e seu discurso manifestos.

Pelas características inerentes aos enunciados e aos gêneros do discurso, conforme abordamos até o momento, faz-se necessário discutir a natureza socioideológica da linguagem de que tratam os estudos do Círculo de Bakhtin. Lembremos que Bakhtin/Volochínov (2006 [1929], p. 36) enfatizam que “a palavra [constituente do enunciado, carregada de discurso] é fenômeno ideológico por excelência”. Por essa razão, a enunciação não pode ser considerada produto apenas de uma estrutura biológico-orgânica, fruto da estrutura fisiológica e neuropsíquica do ser humano:

(...) o ato da fala (...) ou, mais exatamente, seu produto, a enunciação, não pode de forma alguma ser considerado como individual no sentido estrito do termo; não pode ser explicado a partir das condições psicofisiológicas do sujeito falante. **A enunciação é de natureza social.** (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2006 [1929], p. 113, grifo nosso)

Especificamente Volochínov (2013 [1920-1930], p. 77) enfatiza o caráter ideológico da palavra, a qual, por essa razão, não pode ser analisada isoladamente, descontextualizada, “como fenômeno puramente linguístico”, porque assim a palavra nada expressa, nada diz, nada transmite.

A palavra na vida, com toda evidência, não se centra em si mesma. Surge da situação extraverbal da vida e conserva com ela o vínculo mais estreito. E mais, a vida completa diretamente a palavra, que não pode ser separada da vida sem que perca seu sentido. (VOLOCHÍNOV, 2013 [1920-1930], p. 77)

Portanto, cada palavra, cada elemento semiótico – uma fotografia, um vídeo, um gráfico, uma charge – que compõe um enunciado do MST, seja qual o veículo de materialização (o site, o perfil na rede social, o canal de vídeos na internet) precisa de ser compreendida a partir do mundo que emerge, a partir do mundo para qual converge. Porque, ainda como diz Volochínov (2013 [1920-1930], p. 79), “uma enunciação da vida real (...)”

compõe-se de dois sentidos: 1) de uma parte realizada verbalmente e 2) do subentendido”. Por “subentendido não se compreenda aquilo que se quer dizer sem que seja explicitamente dito; o subentendido é, não raro, explícito, mas para tanto se faz necessária a compreensão do extraverbal, do entorno, do contexto, da conjuntura da enunciação em que a palavra habita”. É o **etinema** de que fala o próprio Volochínov (2013 [1920-1930], p. 80):

(...) cada enunciação da vida cotidiana é um etinema socialmente objetivo. É uma espécie de palavra-chave que somente conhecem os que pertencem ao mesmo horizonte social (...) À medida que se amplia o horizonte geral e do grupo social que lhe corresponde, os aspectos subentendidos se tornam cada vez mais constantes. (VOLOCHÍNOV, 2013 [1920-1930], p. 80)

Por essa razão, ou seja, para que compreendamos o horizonte social do MST – enunciador cujos discursos são objetos de estudo nesta pesquisa - é que reservamos, neste trabalho, um capítulo que recorre ao **cronotopo** do Movimento. Resgatamos, então, o espaço-tempo em que surge; a conjuntura, os contextos durante sua evolução (expansão, intensificação das lutas), e a política comunicacional da organização.

Bakhtin (2014 [1924-1970], p. 211) chama de cronotopo “a interligação fundamental das relações temporais e espaciais, artisticamente assimiladas em literatura”, mas, evidentemente, podemos migrar esse conceito para outros gêneros do discurso. Originado nas ciências matemáticas, conforme pontua o próprio autor - “foi introduzido e fundamentado na teoria da relatividade (Einstein)” -, é marcado pela “indissolubilidade de espaço e tempo”. Ao analisarmos discursos do MST em mídias digitais temos, pois, o dever de identificarmos o cronotopo das enunciações produzidas pelo Movimento, e também compreendermos o cronotopo da própria constituição e trajetória do MST.

Ainda Bakhtin (2014 [1924-1970], p. 223) trata especificamente do “**cronotopo dos encontros**” no romance, isto é, o encontro de diversos personagens em um mesmo período cronológico. As mídias no ciberespaço – em particular nas redes sociais nas quais o MST se manifesta produzindo enunciados – estão marcadas por “cronotopos de encontros”. Vejamos, por exemplo, os tuitos (protestos na rede social *twitter*), atos dos quais o MST participa, e cujas postagens por ele produzidas constam da análise desta pesquisa, trazida mais adiante. Os tuitos são o encontro de diversos atores sociais (movimentos sociais, intelectuais, artistas, manifestantes anônimos etc). O espaço e o tempo em que a enunciação é manifesta são os mesmos, indissolúveis: em um determinado instante do dia, naquele ambiente do ciberespaço (o *twitter*), vai ao ar a enunciação. Entretanto, cada ator social – isto é, cada interlocutor

daquela tuitaço – se encontra em ambientes variados (uns no escritório, outros em casa, alguns na rua; em cidades, países diversos). Não raro também, os períodos cronológicos da produção daquela enunciação são diferentes – pelo fuso horário de onde os interlocutores se manifestam ou, o que é mais curioso, porque ferramentas tecnológicas (aplicativos) permitem que uma postagem (enunciação) feita em determinado momento seja programada (agendada) para ser veiculada (manifesta) em outro.

O cronotopo do MST nos dá subsídios, então, para entender o que o MST fala, isto é, o que (discursivamente) enuncia; entender quem (que enunciador institucional é esse, o MST) fala, de onde fala, desde quando fala. E, como já dissemos, é imprescindível também identificar para quem fala. Tudo isso constitui, pois, o “**auditório social**” de que trata Volochínov (2013 [1920-1930], p. 92), o qual vai nortear nuances da enunciação: “O tom principal do estilo de uma enunciação se determina, desta maneira, em função da pessoa de quem se trata e em que relação se encontra com o falante: se é superior, inferior ou igual a este na escala da hierarquia social”. É o extraverbal a definir especificidades de cada cadeia enunciativa, e das enunciações em particular a constituir tal cadeia.

Essa relação entre o auditório social e as enunciações evidencia a natureza social da linguagem que vai dar a esta a propriedade de ser eminentemente ideológica. Importante ponderar que, como Rohling (2009) e Faraco (2009) ressaltam, o conceito de **ideologia** em Bakhtin é bem mais amplo que aquele corrente no senso comum. A ideologia em Bakhtin não é algo negativo, limitado a posicionamentos sectários nos campos político-partidário ou econômico. A ideologia está relacionada às diversas atividades humanas das quais cada indivíduo participa, está inserido; está relacionada às bases sociais às quais os indivíduos estão vinculados, ou nas quais se relacionam.

Ideologia, para o Círculo de Bakhtin, refere-se ao conjunto de ideias, posicionamentos, marcas, características de um determinado grupo social, ou de uma atividade humana da vida em sociedade:

Nos textos do Círculo, a palavra ideologia é usada, em geral, para designar o universo dos produtos do “espírito humano”, aquilo que algumas vezes é chamado por outros autores de cultura imaterial ou produção espiritual (talvez como herança de um pensamento idealista); e, igualmente, de formas de consciência social (num vocabulário de sabor mais materialista). Ideologia é o nome que o Círculo costuma dar, então, para o universo que engloba a arte, a ciência, a filosofia, o direito, a religião, a ética, a política, ou seja, todas as manifestações superestruturais (para usar certa terminologia de tradição marxista). (FARACO, 2009, p. 46)

Em seguida, Faraco (2009, p.47) explica que, “(...) para eles [integrantes do Círculo], não existe enunciado não ideológico” e que “qualquer enunciado se dá na esfera de uma das ideologias (isto é, no interior de uma das áreas da atividade intelectual humana)”. Bakhtin/Volochínov (2006 [1929], p. 36) afirmam que “a palavra é ideológica por excelência”. Logo, enunciados do MST – que emergem tanto da atuação da organização (um movimento social, a representar e defender os interesses dos trabalhadores rurais) como do espaço de materialização desse enunciado (no caso aqui em estudo, o campo da comunicação, via mídias digitais) – vão representar as ideologias de tais atividades, atuações. Ainda de acordo com Faraco (2009, p. 47), os apontamentos do Círculo de Bakhtin dão conta de que os enunciados expressam “sempre uma posição avaliativa (isto é, não há enunciado neutro; a própria retórica da neutralidade é também uma posição axiológica)”.

Evidência da natureza socioideológica da linguagem apresenta também Volochínov (2013 [1920-1930]) que, ao resgatar a história da linguagem, identifica seu surgimento e sua evolução como decorrentes da necessidade humana de interação socioeconômica, sobretudo:

A linguagem não aparece na sociedade humana por ação do sobrenatural, nem como “invenção” consciente e meditada (...) A aparição da linguagem articulada não foi provocada pela necessidade de comunicação social (...) É preciso buscar a origem da linguagem (...) nas condições peculiares do trabalho na vida da humanidade primitiva (...) A linguagem (...) é produto da atividade humana coletiva e reflete em todos os seus elementos tanto a organização econômica como sociopolítica da sociedade em que gerou. (VOLOCHÍNOV, 2013, [1920-1930]. p. 134; 137 e 141)

Por essa razão é que toda palavra tem orientação social, diz Volochínov (2013, [1920-1930], p. 149). Toda palavra é determinada pelos participantes do acontecimento. “A interação entre os participantes desse acontecimento dá forma à enunciação”, afirmação que vai ao encontro do caráter dialógico da linguagem, e da relevância do auditório social e respectivas arenas discursivas abordados aqui anteriormente. “Essa dependência da enunciação às circunstâncias concretas em que ocorre tem para nosso exame um significado de extrema importância.” (VOLOCHÍNOV, 2013, [1920-1930]. p. 149). Reafirmamos, assim, a imprescindibilidade de localizarmos no tempo e espaço, no contexto, os enunciados do MST objetos de análise, para logarmos êxito em nosso estudo. Porque esse pano de fundo é que fornece subsídios necessários para que infirmos, compreendamos os discursos materializados pelo Movimento.

É o que vai nos possibilitar identificar a “parte não verbal, a parte subentendida” (VOLOCHÍNOV, 2013 [1920-1930], p. 170) da enunciação, porque, como vimos, segundo o

referido autor cada enunciação se compõe de uma parte verbal e extraverbal, sendo esta a situação em que se materializa o enunciado. Por situação, entenda-se o espaço e o tempo em que se dá a enunciação propriamente dita; “o 'onde' e o 'quando'; o objeto ou tema de que trata a enunciação – 'aquilo de que' se fala; e a atitude dos falantes face ao que ocorre – a valoração” (idem, p. 172).

Como dissemos na introdução desta dissertação, o momento social, político e econômico em que se desenvolve esta pesquisa é marcado por renhidos debates, travados sobretudo no ciberespaço. Esses debates conflituosos, tensos, têm notadamente uma **arena discursiva** como instância de ocorrência, afinal os embates giram muito menos em torno de fatos e acontecimentos, e muito mais em torno de discursos acerca de fatos, acontecimentos, posicionamentos. Reproduzem a histórica luta de classes, e, como afirmam Bakhtin/Volochínov (2006 [1929], p. 47), “o signo se torna a arena onde se desenvolve a luta de classes”.

Podemos entender arena discursiva como as diversas instâncias de embates discursivos, os quais se dão, pois, entre interlocutores, por meio de seus discursos – de suas “palavras”. Estas são a própria manifestação da luta de classes em uma sociedade dada. Dessa forma, “cada palavra se apresenta como uma arena em miniatura onde se entrecruzam e lutam os valores sociais de orientação contraditória. A palavra revela-se, no momento de sua expressão, como produto de interação viva das forças sociais” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2006 [1929], p. 67).

Esta pesquisa, ao analisar enunciados do MST em seus perfis em redes sociais, lida, portanto, com enunciações e discursos que se materializam no ciberespaço. Este é, pois, o ambiente da materialização das enunciações analisadas, todavia não necessariamente a arena discursiva em si está unicamente no ciberespaço. Para o ciberespaço são levados embates de arenas discursivas diversas – uma sessão do Congresso Nacional, uma marcha de protesto na capital federal, uma ação de ocupação de uma fazenda, o noticiário da televisão. Tais arenas discursivas também refletem regularidades de esferas discursivas próprias. Uma citada sessão no Congresso se constitui numa esfera discursiva, com regularidades linguísticas típicas do ambiente parlamentar; a esfera discursiva de uma ação de ocupação de um latifúndio, por sua vez, carrega regularidades linguísticas outras, e assim por diante. Essas regularidades diversas podem se manifestar na arena discursiva do ciberespaço, o qual, por sua vez, pode ser entendido também como uma esfera discursiva (afinal, forma-se por regularidades linguísticas particulares a esse ambiente).

A arena discursiva tem relação direta com a situação episódica, e essa situação é que “dá forma a enunciação (...) A situação e os participantes mais imediatos determinam a forma e o estilo ocasionais da enunciação” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2006 [1929]. p. 118). A arena discursiva vai ser composta por um conjunto de interlocutores participantes direta ou indiretamente, regularmente ou esporadicamente, e esses interlocutores vão compor o auditório social de que já tratamos. Logo, tanto a arena discursiva como o auditório social são elementos a constituir a “situação social mais imediata, o meio social mais amplo” que “determinam completamente (...) a estrutura da enunciação” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2006 [1929], p. 117).

As classes sociais de uma determinada sociedade (uma nação, por exemplo), mesmo diferentes entre si, “servem-se de uma só e mesma língua” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2006, [1929], p. 47). Em consequência disso, continua o autor, “em todo signo ideológico confrontam-se índices de valor contraditório”. As classes sociais representadas pelo MST são distintas daquelas representadas pela mídia empresarial hegemônica. Ao discurso da mídia oligopolizada (porta-voz, portanto, da classe social por essa mídia representada), o MST discursivamente se opõe, no debate, construindo um contradiscurso. A língua (**no sentido de idioma**) em que ambos os discursos se materializam é a mesma; o valor dos signos expressos em tais discursos, todavia, divergem-se, contradizem-se – as línguas sociais são distintas.

A arena é discursiva porque o debate se engendra pelos discursos, carregados de discursos outros, vozes variadas, ideologias das mais diferentes esferas discursivas de onde se produzem os enunciados, sendo estes a unidade de comunicação discursiva. Ora, os enunciados do MST produzidos nessa situação carregam significados próprios do momento, da situação específica; carregam subentendidos decorrentes da situação propriamente dita. Isso precisa de ser fortemente levado em conta na análise discursiva aqui desenvolvida.

Também como explicamos no capítulo introdutório desta dissertação, a pesquisa é interdisciplinar e, da Linguística Aplicada e Estudos de Linguagens, transita por outros campos epistemológicos como o da Comunicação Social e o das Tecnologias Informacionais e Comunicacionais. Fundamental, portanto, tecermos arcabouço teórico em torno dessas áreas, para uma precisa contextualização dos referenciais que sustentam a análise.

2.2 Comunicação, oligopólio e mídia alternativa

Como explicado na introdução, esta dissertação se insere essencialmente na área de

Estudos de Linguagens; multidisciplinar, trafega por outros campos do conhecimento, relacionados ao de Comunicação. Imprescindível, assim, demarcamos o escopo teórico, nesses campos, a nortear este trabalho.

Conforme salienta Martín-Barbero (2013, p.28), “(...) a comunicação se tornou (...) questão de mediações mais que de meios, questão de cultura e, portanto, não só de conhecimentos mas de reconhecimentos”. Dessa citação, inferimos que o essencial no processo comunicacional está muito além do intercâmbio de informações. Tampouco é no aparato – isto é, nas ferramentas (se jornal, se revista, se rádio, se televisão, se internet) – que está o cerne desse processo.

Comunicar-se é, de fato, intercambiar informação e conhecimento, por meio de instrumentos com essa função social (os meios de comunicação). Porém, comunicar-se é acima de tudo se fazer presente, visível; é efetivamente estar inserido no conjunto de ações e inter-relações humanas e sociais da vida vivida, para ser reconhecido como integrante dessa vida em sociedade. Percebemos que a concepção de comunicação que Martín-Barbero (2013) converge para a concepção bakhtiniana de linguagem, na medida em que, como vimos, para os estudos do Círculo de Bakhtin a linguagem é a plena viabilização desse processo de ação e inter-relação humana e social – e é ela própria, a linguagem, parte desse processo.

Desse modo, mais do que informar (levar informação, conhecimento) a comunicação é a forma com a qual os atores sociais conquistam reconhecimento na coletividade. Se um determinado ator social não encontra a mediação necessária à obtenção desse reconhecimento na coletividade, esse ator tem sua constituição, sua identidade fragilizada, quando não questionada, posta em xeque. É como enfatiza Canclini (2007, p. 31): “as teorias comunicacionais nos lembram que a conexão e a desconexão com os outros são parte da nossa constituição como sujeitos individuais e coletivos. Portanto, o espaço inter é decisivo”.

A mediação necessária ao reconhecimento social se faz pelos meios de comunicação. Estes, todavia, historicamente se encontram (em especial no Brasil) concentrados em oligopólios empresariais¹⁹. Atores sociais (sujeitos individuais ou coletivos) à margem desse oligopólio precisam de recorrer a alternativas comunicacionais. Afinal, como adverte Mielli

19 Levantamento do Intervezes (2015) aponta que "boa parte dos meios de comunicação tradicionais do país (rádio, televisão aberta, jornais, revistas) é controlada pelas famílias Marinho (Organizações Globo), Abravanel (SBT), Saad (Rede Bandeirantes), Sirotsky (RBS), Civita (Editora Abril), Frias (Folha de S. Paulo), Mesquita (O Estado de S. Paulo), bem como por duas igrejas, a Universal do Reino de Deus (Record) e a Igreja Católica (Rede Vida)" (p.21). Lima (2004) aponta que o oligopólio tem raiz no modelo de concessão dos canais de televisão e rádio, o qual privilegiou a atuação de empresas privadas, não de emissoras públicas, estatais ou educativas.

(2017), “enfrentar o oligopólio das comunicações talvez seja a guerra mais difícil de se enfrentar na contemporaneidade (...) Comunicar-se é um direito, e sem comunicação democrática outros direitos não serão conquistados”. Ou, como compara Calleja (2017), “concentração midiática é uma forma de mordação invisível”.

Trilhar caminhos alternativos é imprescindível porque o oligopólio midiático é portavoz dos interesses do poder político e econômico, contra os quais se colocam as bandeiras de lutas de sujeitos coletivos como os movimentos sociais – entre eles, o MST. Até porque o oligopólio midiático está intrínseca e diretamente ligado a interesses empresariais, inclusive e sobretudo relacionados à questão agrária. Interozes e Fronteiras (2017) identificam que os proprietários de empresas de comunicação no Brasil possuem negócios em diversas outras atividades econômicas, sendo a agropecuária uma das principais delas:

As relações entre os grandes grupos de mídia brasileiros e o agronegócio (...) são antigas. (...) A aproximação entre os diários e as oligarquias (...) já era um processo em andamento [nos anos 1930]. Essa mesma ligação pode ser observada hoje em outros grupos: João Carlos Di Genio, dono do Grupo Mix de Comunicação/Grupo Objetivo, tem 5 fazendas de produção de gado Nelore e reprodução de animais, em parceria com sua universidade, a Unip (...) A família Marinho [Rede Globo] também tem fazendas e empresas de produção agrícola. (...) O Grupo RBS, cujos acionistas são proprietários de terra, criaram o Canal Rural de TV, em 1996, posteriormente vendido para a J&F Investimentos, controladora do Frigorífico JBS, em 2013. A família Saad, do Grupo Bandeirantes, também proprietários de terras, possui o canal de TV a cabo Terraviva e, na Band News, o Jornal Terraviva reapresenta notícias sobre o agronegócio produzidas pelo canal especializado. Em 1989, a família teve parte de suas terras desapropriada para a Reforma Agrária. (INTERVOZES e FRONTEIRAS, 2017, s/nº de página)

Por seu turno, Marques de Melo (2011, p. 85) observa que "(...) a engrenagem midiática busca ajustar-se, atrelando-se, organicamente, aos interesses das camadas hegemônicas". Giannotti (2009 [2004], p. 168) vai na mesma linha: “não há neutralidade nenhuma na mídia. Jornais, rádios e televisões, cada um tem o seu lado. Defende uma classe”.

Os escritos de Antônio Gramsci auxiliam no entendimento dessa lógica na relação mídia e poderes econômico e político, conforme sublinha Schlesener (1992, p. 21) “Os meios de comunicação (...) desempenham o papel de formar a opinião pública, organizando e centralizando certos elementos da sociedade civil em torno de determinadas propostas e ações”. Por isso, segundo o pensamento gramsciano, a importância de o poder midiático estar em cumplicidade com o poderio econômico e político, para que se assegure a hegemonia das classes dominantes.

Essa hegemonia, essa dominação sobre os que Gramsci (2002 [1910-1920]) define

como “grupos subalternos”, é caracterizada não apenas pela coerção, como também pelo emprego de um esquema de convencimento, persuasão e conquista do consentimento por parte desses grupos subalternos, dominados (porém bastante heterogêneos). Além de aparelhos como escola e igreja, os meios de comunicação são organismos que montam esse sistema de persuasão da opinião pública, ainda segundo a teoria gramsciana.

Na avaliação de Kucinski (1998), especialmente no Brasil comunicação social e questão agrária (de onde o MST, ator social objeto nesta pesquisa) têm um ponto de coincidência que é central nas duas áreas: a concentração da propriedade. O autor identifica a mesma lógica – perversa – em um e outro campo: “(...) as estruturas das empresas jornalísticas reproduzem a configuração oligárquica da propriedade da terra. As gestões de jornais reproduzem as técnicas típicas do mundo rural” (KUCINSKI, 1998, p. 102).

Tal coincidência em concentração remonta à origem da imprensa no Brasil. Embora os primeiros jornais tenham surgido, no século XIX, como publicações eminentemente políticas – “como 'partidos', como um núcleo de caráter intelectual em torno de algumas ideias ou reivindicações” (ABRAMO, 1997, p. 282), no século seguinte os jornais começam, “gradativamente, a transformar-se empresas” (idem). Dessa forma, no lugar da defesa de causas políticas e ideológicas (abolição da escravatura, proclamação da República), os periódicos passam, ainda segundo Abramo (1997), a defender os interesses econômicos específicos dos grupos aos quais essas empresas jornalísticas estão vinculadas: os interesses das empresas anunciantes (porque elas dão sustentação financeira ao 'negócio' jornal) e os interesses da classe hegemônica, em síntese.

O “agigantamento”, conforme define Abramo (1997, p. 292), do mercado de meios de comunicação, e a conseqüente concentração do setor, dá-se a partir dos anos 1960, “em grande parte fortalecido pela ditadura militar”. A partir dos anos 1980, com o desgaste do regime ditatorial, há uma mobilização de jornalistas e outros segmentos sociais pleiteando a democratização da mídia. Essa mobilização se intensifica durante a Assembleia Nacional Constituinte, e dela resulta uma série de propostas que, se não incorporadas em sua plenitude, em essência estão presentes na Constituição de 1998, nos artigos 220 a 224.

São essas previsões constitucionais que dão condições, segundo Marques de Melo (2011), para que se implante um marco regulatório que impeça o oligopólio das comunicações – e a conseqüente predominância do discurso de um só lado da sociedade. Historicamente, porém, o poder público tem se omitido nessa obrigação de regulamentar o setor:

O Estado Brasileiro manteve, durante dois séculos, um comportamento opaco em relação às políticas públicas de comunicação. Não obstante existissem diretrizes para regular o sistema nacional de comunicação massiva, primeiro imprensa e, depois, a mídia eletrônica, ele nunca esteve articulado num corpo doutrinário autônomo. (MARQUES DE MELO, 2011, p. 68)

Sem uma regulamentação que combata o oligopólio midiático e fomente a pulverização de veículos de comunicação representativos dos mais diversos sujeitos individuais ou coletivos a que se refere Canclini (2007), emergem iniciativas autônomas, independentes, à margem do grande mercado midiático propriamente dito. Essas iniciativas – conduzidas em geral por atores populares, da sociedade civil organizada (movimentos, sindicatos, coletivos, associações) – constituem uma nova forma de mediação e reconhecimento social. São os veículos da chamada comunicação popular, isto é, aquela desvinculada de interesses privados.

Essa comunicação popular, vertente da Comunicação Social, não é, como frisa Peruzzo (1998, p. 113), “um fenômeno recente, mas só nos anos setenta e oitenta [do século XX] é que ela apareceria de forma mais significativa na produção científica no campo da Comunicação Social”. Ainda Peruzzo (1998, p. 116) observa que, “quando se fala em comunicação popular, parece claro, à primeira vista, que se trata de uma comunicação do povo”. A mesma autora ressalva, porém, que o termo “popular” abarca uma variedade ampla de significados; pondera também que, em especial na realidade brasileira e latino-americana, para se entender o conceito “povo” é necessário compreender desigualdades sociais e lutas de classes inerentes a tal realidade:

(...) há que se estar aberto às situações históricas conjunturais. O povo é composto por classes subalternas, mas não necessariamente só por elas. Há momentos em que ele engloba quase toda a nação. Foi o que aconteceu, por exemplo, no auge da revolução nicaraguense ou nos processos brasileiros das “eleições diretas já” e do impeachment do presidente Fernando Collor de Mello. Forma-se nesse caso um grande elo, uma identificação em torno de um caráter de oposição ao status quo. Povo, neste sentido, é todo um conjunto lutando contra algo e a favor de algo, com vistas ao interesse da maioria. (PERUZZO, 1998, p. 117)

Peruzzo (1998) atenta ainda para outras conotações que o termo “popular” engloba: o popular-folclórico, o popular-massivo e o popular-alternativo. O primeiro diz respeito às tradições culturais; o segundo, “ao universo da indústria cultural” (PERUZZO, 1998, p. 118), e está mais próximo do conceito de pop; já o terceiro - o popular-alternativo - a envolver o universo dos movimentos sociais. É na comunicação popular-alternativa que o MST está

inserindo.

No Brasil - e Peruzzo (1998) ressalta isso - a comunicação popular é geralmente chamada de “alternativa”. Por sua vez, Marques de Melo (2011, p. 86) chama de “imprensa nanica”. Recentemente, sobretudo a expressão “mídia alternativa” tem sido utilizada para definir veículos de comunicação que se opõem aos sites, jornais, revistas e emissoras de rádio e televisão pertencentes às grandes empresas privadas do ramo. Vale diferenciar imprensa/mídia “alternativa” ou “nanica” de imprensa/mídia “comunitária”. Esta, na concepção de Marques de Melo (2011, p. 105), “é aquela feita pela comunidade”. Em outras palavras: o processo de geração de notícias e a própria produção de veículos de comunicação estão nas mãos de integrantes da comunidade, não de jornalistas ou outros profissionais de imprensa “de fora” dessa comunidade. O conjunto de instrumentos de comunicação do MST - em particular as redes sociais digitais, foco de nossa análise - forma, assim, um segmento de “mídia alternativa”, e não “comunitária”, uma vez que são instrumentos produzidos, editados e direta ou indiretamente administrados por profissionais de comunicação²⁰.

Abramo (1997) questiona o termo “alternativa”, optando por classificar essa imprensa como “de contraponto”. O autor considera inadequado o adjetivo “alternativa” porque essa imprensa não dispõe das condições materiais necessárias para se apresentar como substitutas das empresas jornalísticas ou de comunicação: “Os pequenos semanários ou mensários políticos nunca tiveram a menor possibilidade concreta de reunir recursos financeiros, materiais e humanos capazes de enfrentar a máquina poderosa da grande imprensa” (ABRAMO, 1997, p. 328). Ou seja, não servem de “alternativa”, sim de “contraponto”, porque se pautam a partir do que diz a grande mídia, de modo a contestar o discurso dela.

É o que Tavares (2011, p. 78) identifica como “jornalismo de resistência”, inclusive pela postura que esses veículos assumem de oposição à ditadura civil-militar de 1964 a 1985. É um segmento, “produzido fora da grande imprensa”, que vai se opor também ao jornalismo que se autointitulava objetivo por se abster da responsabilidade de analisar fatos, tomar posição, e apenas relatar, reportar:

É em publicações como Movimento, Versus, Coojornal, De Fato, Opinião e Pasquim (...) que aparece a verdadeira face do Brasil dos anos 70, com matérias tanto sobre tortura e morte de pessoas nos porões do Dops, lutas populares, figuras banidas pelo regime militar, crise no Panamá e artimanhas dos Estados Unidos. (TAVARES, 2011, p. 78)

20 O MST dispõe, em sua estrutura organizacional, de um setor de comunicação nacional e de assessorias de comunicação regionais/estaduais.

O grande momento da imprensa alternativa ou de contraponto (nesta pesquisa optamos por essa definição de Abramo, 1997) ocorre na década de 1970, ainda de acordo com Tavares (2011), entretanto em décadas anteriores há exemplos de publicações assumidamente de defesa das causas populares, como o Voz Operária, jornal do Partido Comunista do Brasil (à época PCB, hoje PCdoB). Mas é a partir do fim dos anos 1970 que pululam jornais que Tavares (2011) denomina de “comunicação sindical”. É nesse contexto que nasce um boletim informativo entre trabalhadores rurais sem terra acampados no Rio Grande do Sul, e que na década seguinte seria transformado no jornal oficial do MST, quando da formalização do Movimento²¹.

Essa preocupação em “resistir”, em “se contrapor” se justifica pelo leque de padrões de manipulação na grande imprensa, da qual trata Abramo (2016 [1988], p. 37). Ele identifica, aliás, a “manipulação da informação” como “uma das principais características da imprensa no Brasil”. Isso se dá por padrões como “de ocultação” (“deliberado silêncio militante sobre determinados fatos da realidade”); “de fragmentação” (fatos desconectados, desligados, fragmentados de seu contexto, de sua realidade complexa); e “de inversão” (no lugar do fato, predomina como verdade a versão sobre o fato). Para o autor, tudo isso ocorre porque “os órgãos de comunicação se transformaram em novos órgãos de poder, em órgãos político-partidário, e é por isso que eles precisam recriar a realidade onde exercem esse poder, e para recriar a realidade eles precisam manipular as informações” (ABRAMO, 2016 [1988], p. 61). Entre as maiores vítimas dessa manipulação institucionalizada está o MST, na avaliação de Arbex Jr. (2016 [2003]), que cita um episódio de perseguição de jagunços a acampados do Movimento no Paraná, em 1999, com a conivência do então governo de Jaime Lerner, fato omitido pelos órgãos de imprensa, em regra simpáticos ao governador. “(...) os casos de manipulação da informação contra o MST multiplicam-se, em profusão” (idem, p. 26).

A atuação dos meios de comunicação como representantes do poder político e econômico está na origem da imprensa, para Alsina (1989):

O conhecimento do acontecer sempre foi um privilégio das classes dominantes. Antes da imprensa, comerciantes e banqueiros europeus recebiam informações manuscritas sobre tráfego marítimo, eventos políticos etc (...) Depois da imprensa, devido ao grande número de analfabetos, continuou sendo privilégio das elites. Ou seja, o poder sempre esteve controlando o acontecimento (ou o conhecimento dos acontecimentos) (ALSINA, 1989, p. 3)

21 Sobre isso, detalharemos no capítulo 5.

Tanto Alsina (1989) como principalmente Abramo (1997 [1960-1990]) não exigem parte dos comunicadores e jornalistas de suas responsabilidades sobre o papel de porta-voz das elites desempenhado pelos meios de comunicação. Alsina (1989, p. 21) identifica profissionais da comunicação que adotam pontos de vista exigidos pela organização de imprensa para qual trabalham; Abramo (1997 [1960-1990], p. 284), por sua vez, observa que em grande parte dos casos, “o jornalista abdica de tomar consciência da classe social a qual pertence”, não se enxergando como um trabalhador assalariado.

Porém, como o jornalista lida diariamente com *representações ideológicas* (...) que são as que a *empresa proprietária* adota (portanto, ideologicamente burguesa), ele tende a viver um duplo papel: o de um trabalhador assalariado que vende sua força de trabalho para a defesa de interesses da burguesia e que passa a ser indiferente, quando não hostil, aos interesses do proletariado, dos trabalhadores assalariados (ABRAMO, 1997 [1960-1990], p. 284; grifo original)

Ao recorrerem a meios de comunicação popular (alternativos, comunitários), com o intuito de romper todo esse bloqueio que expusemos, movimentos da sociedade civil organizada como o MST (ou mesmo sujeitos individuais) tentam se inserir naquilo que Kellner (2001, p. 18 e 19) chama de “cultura da mídia”. Esta vem a ser o “terreno de disputa no qual grupos sociais importantes e ideologias políticas rivais lutam pelo domínio, e que os indivíduos vivenciam essas lutas por meio de imagens, discursos, mitos e espetáculos veiculados pela mídia”. Na perspectiva do autor:

A cultura da mídia fornece o material com que muitas pessoas constroem o senso de classe, de etnia e raça, de nacionalidade, de sexualidade, de ‘nós’ e ‘eles’ (...) [A cultura da mídia] define o que é considerado bom ou mau, positivo ou negativo, moral ou imoral. As narrativas e as imagens veiculadas pela mídia fornecem os símbolos, os mitos e os recursos que ajudam a construir uma cultura comum para a maioria dos indivíduos em muitas regiões do mundo de hoje. (KELLNER 2001, p. 9)

A cultura da mídia é, segundo Kellner (2001), forjada sobretudo pelas emissoras de rádio, televisão e a indústria cinematográfica. Podemos atualizar essa lista incluindo os grandes portais pertencentes a conglomerados empresariais detentores daqueles veículos citados, e ainda corporações de comunicação emergidas da própria internet (Facebook, Google, Yahoo!, Microsoft etc).

Essa tarefa de incursão na cultura da mídia tornou-se, das duas últimas décadas e meia,

extraordinariamente favorecida pelo advento e consolidação do ciberespaço. Diz Lévy (1999, p. 239 e 240) justamente que "um dos principais significados da emergência do ciberespaço é o desenvolvimento de uma alternativa às mídias de massa (...) Qualquer um (grupo ou indivíduo) pode (...) produzir reportagens, propor (...) sua seleção de notícias sobre determinado assunto". Para Castells (2013, p. 166), "as redes de comunicação digital são um componente indispensável na prática e na organização desses movimentos".

Já Ramonet (2005) adverte que o discurso dos atores sociais que recorrem a alternativas às mídias de massa tem de ser palatável a essa massa. Ou seja, não basta o acesso a ferramentas tecnológicas que minimizem o oligopólio privado dos meios; é preciso se valer de uma linguagem compreensível:

Os grupos de mídia se dirigem às massas que são planetárias, enquanto nós [da mídia alternativa], muitas vezes, seguimos pensando o contradiscurso de forma demasiado local ou demasiado circunstancial (...) por vezes o discurso militante ou da contrainformação não é suficientemente pedagógico ou não tem os critérios de sedução que lhe permitiriam discutir com o discurso dominante. (RAMONET, 2005, p. 248)

O mesmo autor vai identificar "o discurso rápido, para evitar o tédio" e a "simplicidade" como características da retórica dos grupos de mídia de massa muitas vezes dispensada, equivocadamente, pelas mídias alternativas ou de contraponto. Mais uma vez, citamos Giannotti (2009 [2004]) e o alerta que faz para que saltemos as "muralhas da linguagem", representadas não raro por enunciações prolixas, formadas por opções lexicais rebuscadas, quando não eruditas; ou por frases extensas, com informações truncadas, carregadas de conceitos e recursos gramaticais complexos. O autor rechaça esse caminho, sugerindo uma comunicação que, à luz do pensamento bakhtiniano, entendemos como formada por enunciações que tragam entonação, vozes, tonalidades ideológicas afeitas ao perfil da absoluta maioria dos interlocutores.

2.3 Novas tecnologias comunicacionais

No ciberespaço a que se refere Lévy (1999) se viabilizou a consolidação de meios de comunicação alternativos, ou de resistência, graças ao advento do que comumente tem se chamado de "novas mídias". Neste estudo, usamos o termo "novas tecnologias informacionais" (com suas variações - "novas tecnologias comunicacionais", ou "novas

tecnologias da informação”, ou ainda “novas tecnologias da comunicação”) e “comunicação interativa” ao nos referirmos aos meios de comunicação que têm na internet sua plataforma de produção, compartilhamento e distribuição de conteúdo.

Ao adotar esse caminho, estamos a nos fundamentar, por exemplo, em Larose e Straubhaar (2014, p. 1), que definem como “tecnologias da informação” aquelas que “armazenam, processam ou transmitem informação por computadores”, e que representam a convergência entre os meios de comunicação convencionais (rádio, televisão, cinema, jornais, revistas) e as tecnologias de informática. Martín-Barbero (2005) também denomina essa convergência como “novas tecnologias informacionais/comunicacionais”.

Recuero (2011) igualmente relaciona tais novas ferramentas comunicacionais à comunicação mediada por computador, ao conceituar redes sociais digitais. Diz ela: “Essa comunicação, mais do que permitir os indivíduos comunicar-se, amplificou a capacidade de conexão, permitindo que redes fossem criadas e expressas nesses espaços: as redes sociais mediadas por computador.” (RECUERO, 2011, p. 16). Por sua vez, Lemos (2015, p. 69) se refere à “fusão das telecomunicações analógicas com a informática”, como o salto que passou a possibilitar a veiculação, “sob um mesmo suporte – o computador – de diversas formatações de mensagens”. Acrescenta ele: “Essa revolução digital implica, progressivamente, a passagem do mass media (cujos símbolos são a TV, o rádio, a imprensa, o cinema) para formas individualizadas de produção, difusão e estoque de informação” (LEMOS, 2015, p. 69).

“Comunicação interativa” é uma outra terminologia que se aplica ao conjunto de meios de comunicação decorrentes dessa fusão das telecomunicações analógicas com a informática, de que trata Lemos (2015), conforme apontam Alves, Antoniutti e Fontoura (2008). As três ressaltam que, mesmo em mídias como rádio e a televisão, certa interatividade já era possível (um ouvinte pedindo uma música, por exemplo). Entretanto, trata-se de uma interatividade pontual, esporádica e limitada. McQuail (2003, p. 29) também demarca a interatividade como uma diferença básica entre “a comunicação de massa tradicional, que era especialmente num sentido” e as “novas formas de comunicação (...) essencialmente *interativas*” (grifo original).

A fusão de elementos da telecomunicação com os da informática é que vai viabilizar a interatividade como algo que é próprio das chamadas “novas mídias”:

A interface com as tecnologias da informação, como sistemas avançados de telefonia

digital e computadores, expandiu largamente a cobertura e o alcance dessas atividades, tornando possível tanto ampliar o número de respostas de audiência como filtrar os usuários de tal forma, por meio da interação, que as mensagens possam atingi-los individualmente. (ALVES; ANTONIUTTI; FONTOURA, 2008, p. 96)

Essa interatividade propiciada pelas ferramentas tecnológicas agora disponíveis permite que o processo de comunicação possa ser simultaneamente alterado. “O conteúdo desse tipo de comunicação é selecionado e configurado quase que individualmente” (ALVES; ANTONIUTTI; FONTOURA 2008, p. 96). Por exemplo: uma determinada informação postada pelo MST em seu perfil no *facebook*, imediatamente começa a ser objeto de comentários dos seguidores do Movimento na referida rede social. De acordo com um ou outro comentário (uma crítica, um equívoco apontado, um ponto omitido na enunciação), a mesma informação pode ser reconfigurada em pouco tempo depois, de modo a contemplar (concordando, rechaçando, agregando) a ação-resposta dos interlocutores.

É ainda a emergência do que Castells (2013, p. 158) chama de “autocomunicação em massa, baseada em redes horizontais de comunicação multidirecional, interativa, na internet”. A diferença é que essa “autocomunicação em massa” de que fala o autor citado ocorre para uma audiência esparsa e ao mesmo tempo fragmentada (McQuail, 2003, p. 130). Isso porque a produção e a disseminação de conteúdo deixam de ocorrer a partir de um ponto central catalisador (como é, por exemplo, com a programação de uma emissora de rádio ou de televisão, ou com o conteúdo de um jornal ou revista impressos) para uma quantidade pré-definida e pré-localizada de interlocutores (o alcance da audiência do rádio ou da televisão, ou a tiragem do jornal e da revista). E passam a ocorrer a partir de diversos pontos para outros diversos pontos de interlocutores; uma audiência que é ao mesmo tempo global, planetária, mas indefinida. Como essa audiência é igualmente um ponto de enunciação de conteúdo, a interatividade é facilitada, com “maior presença social, privacidade e autonomia” (MCQUAIL, 2003, p. 130).

Processo esse identificado também por Lemos (2002, p. 68/69): “As novas tecnologias de informação devem ser consideradas em sua função bidirecional entre grupos e indivíduos, escapando da difusão centralizada da informação massiva”. Esta metáfora de Martín-Barbero (2004, p. 204) ilustra as diferenças: “(...) agora cada grupo e cada indivíduo vai poder armar sua própria programação. O serviço informativo e cultural via mídia já não nos prenderá no cardápio do dia, mas vai sim nos oferecer um cardápio a la carte” (MARTÍN-BARBERO, 2004, p. 204).

É por isso que qualquer um desses conceitos (“novas mídias”, “novas tecnologias informacionais/comunicacionais”, “comunicação interativa”) abarca não apenas a evolução tecnológica da qual se originam, mas também as novas formas de ação humana e interação social, e as novas lógicas de comunicação. São aspectos da cibercultura discutidos por Lévy (1999), Lemos (2015) e Neves (2014). Especialmente Lemos (2015, p. 15) assinala que “a cultura contemporânea, associada às tecnologias digitais, vai criar uma nova relação entre a técnica e a vida social, que chamamos de cibercultura”.

Tejera (2013, p. 231) aponta aí um “aumento da capacidade comunicacional em outro nível, gerando possibilidades de maior participação política”. Assim, aqueles que até então eram meros “receptores de notícias” têm condições de se alçarem à condição de “emissores e seletores de informação”. É o que identifica também Lemos (2002, p. 259): “(...) [a cibercultura] caracteriza-se por uma atitude social de apropriação criativa (...) das novas tecnologias [como o ativismo político]”. Castells (2013, p. 160), por sua vez, identifica aí um “espaço de autonomia”. O pesquisador salienta que o próprio desenvolvimento da internet, para uso público (quando deixa de ser restrita aos meios acadêmico e militar), dá-se incorporado por uma “cultura de liberdade”.

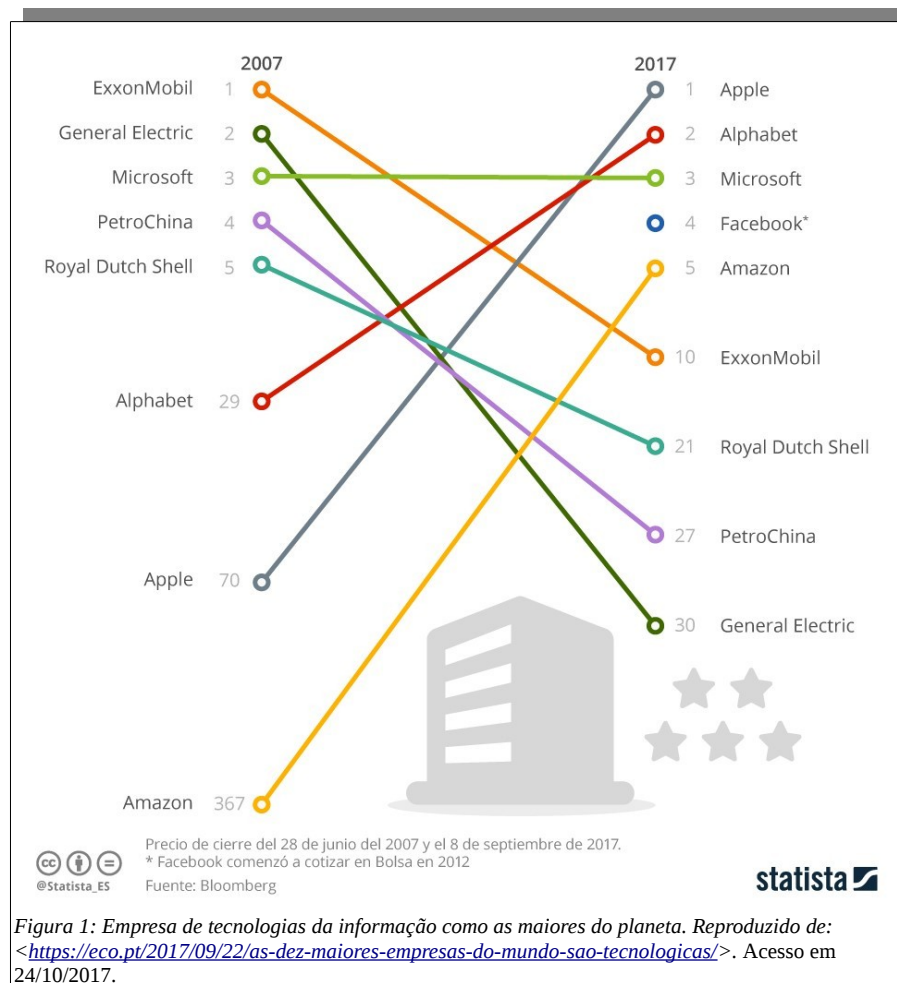
Ela foi deliberadamente programada por cientistas e hackers como uma rede descentralizada de comunicação por computadores capaz de resistir ao controle de qualquer centro de comando (...) Torna-se amplamente amigável ao usuário graças à rede mundial de computadores, outro programa de fonte aberta criado por Tim Berners-Lee. (CASTELLS, 2013, p. 160)

É também de Castells (2003, p. 167) um outro conceito, relacionado às mudanças nas relações e interações sociais propiciadas pelas práticas no ciberespaço – é o conceito da “cultura da virtualidade real”. É virtual na medida em que se dá justamente no ciberespaço, “através de processos de comunicação virtuais”. Mas é ao mesmo tempo real porque não é uma cultura imaginária; “é nossa realidade fundamental, de base material sobre a qual vivemos nossa existência, construímos nossos sistemas de representação, formamos nossas opiniões, atuamos na política e acalentamos nossos sonhos”.

Especificamente no campo da Comunicação Social, as mudanças são bastante acentuadas. “Uma profunda 'revolução', alterando os seus paradigmas”, nas palavras de Borges e Bianchi (2014, p. 7), decorrencia da brecha tecnológica aberta justamente pelas novas tecnologias informacionais. As mudanças se dão na lógica de produção, e acabam com a dicotomia emissor-receptor de informação:

O internauta deixa de ser um sujeito passivo e mero receptor do que é escrito ou transmitido pelos veículos tradicionais monopolizados e monopolizadores. Ele adquire a possibilidade de se tornar um produtor de conteúdo, postando seus textos, fotos, áudios e vídeos. Ele também interage com outros internautas, num processo de comunicação compartilhada que enriquece seus horizontes e dá vazão à sua criatividade. Neste novo mundo de oportunidades, mesmo que limitadas pelo poder dos impérios midiáticos, a comunicação sofre visíveis mudanças. (BORGES; BIANCHI, 2014, p. 7)

É inegável que as novas tecnologias informacionais propiciaram a cada indivíduo a possibilidade de ser um comunicador social. Rapidamente, porém, a lógica de concentração de mercado verificada nos meios de comunicação de massa se estabelece no ciberespaço, minimizando – se não ameaçando definitivamente – a tão vislumbrada democratização das comunicações proporcionada pela internet. Empreendimentos de tecnologias da informação se tornaram megacorporações nos dez últimos anos. Atualmente (2017), das dez maiores empresas do planeta, as cinco primeiras são desse ramo, superando as tradicionais petroleiras (ECO, 2017). O Facebook, que em 2007 não figurava nesse ranking, já é a quarta maior corporação do mundo, conforme se observa na figura 1:



Todas as quatro primeiras colocadas – Apple, Alphabet (Google), Microsoft e Facebook – são proprietárias de plataformas, na internet, de produção, compartilhamento e armazenamento de conteúdo comunicacional (a Amazon é especializada em comércio eletrônico e recentemente ingressou em plataforma de vídeo sob demanda). Só o Facebook conta com 2 bilhões de usuários em todo o planeta, o que equivale a 25% da população mundial (Mielli, 2017). Para a pesquisadora, a plataforma já pode ser considerada um dos maiores, senão o maior, “monopólio de comunicação privada no mundo”:

Ao longo desta década, a existência do Facebook teve impacto importante nos hábitos de consumo de notícias, no padrão de "relacionamento" entre as pessoas e organizações e tem crescentemente influenciado decisões políticas e eleitorais (...) Sua rede está tão onipresente nos dias atuais, que muitos usuários acreditam que o Facebook seja a própria internet. Isso não é nada bom. Ao contrário: é muito perigoso. O Facebook está sugando a internet para dentro de sua timeline. Poucas pessoas navegam na internet hoje. Elas acessam o Facebook e nele ficam lendo manchetes de notícias, postagens pessoais, institucionais, fotos e vídeos, mas dificilmente clicam para ir ao conteúdo original. O Facebook é como uma rua sem saída. Até os conglomerados tradicionais da mídia hegemônica estão se rendendo à

sua força centrípeta. (MIELLI, 2017, s/ página)

Por essa nova ordem midiática – conglomerados de internet oligopolizando o ciberespaço – é que nesta pesquisa entendemos que essa dicotomia “novas mídias” *versus* “velhas mídias” precisa de ser discutida para além da idade tecnológica de cada lado. Entendemos que a mera oposição entre uma e outra parte cada vez menos tem a ver com a ferramenta tecnológica empregada no processo comunicacional, e mais com o posicionamento ideológico, com a linha editorial de quem produz e distribui conteúdo, com o poder econômico e político de cada lado, bem como com os interesses que representam.

2.4 Sobre “novas” *versus* “velhas” mídias

Expusemos na seção anterior definições de diversos autores acerca daquilo que comumente tem se chamado “novas mídias”, bem como explanamos os avanços que elas representam em relação aos meios de comunicação de massa anteriores (mídia impressa, rádio, cinema, televisão). Vimos também que a utilização dessas novas tecnologias informacionais por movimentos sociais como o MST se mostra como instrumento para que estas organizações se comuniquem com a sociedade sem a necessidade de mediação dos veículos tradicionais. Ao se dedicar a políticas comunicacionais e ao se inserir no ciberespaço por meio das ferramentas de comunicação interativa (site, redes sociais digitais), o MST objetiva ocupar um espaço midiático hoje oligopolizado pelos meios de comunicação empresariais. Nessa arena, discursiva inclusive, tem se construído uma oposição entre “novas” e “velhas” mídias.

Tal dicotomia, segundo a concepção que estamos construindo aqui, não tem a ver com a “idade” de cada um dos lados, ou com o grau de avanço tecnológico das ferramentas que cada lado emprega. Como se constatará do referencial que estamos a apresentar, o “embate” - se assim podemos dizer - dá-se entre atores sociais que se incursaram no campo da Comunicação Social lançando mão da internet, ante os grupos de mídia empresariais cuja razão social, isto é, cuja atividade econômica é a de produzir (e/ou divulgar, exibir, distribuir) conteúdo informacional/comunicacional. “Novo” e “velho” têm a ver, pois, com as relações de poder (econômico, político), com pontos de vista ideológicos, com os interesses divergentes entre um lado e outro.

A partir do exposto na seção anterior (2.3), estabelecemos para esta pesquisa

relacionar o termo “novas mídias” ao conceito de mídia ou imprensa “alternativa” (ou de “resistência”, de “contraponto”) de que tratamos na seção “2.2”. Isto é, “novas mídias” como aqueles veículos de comunicação produzidos, administrados por movimentos sociais, populares, com linha editorial de contraponto à linha editorial dos meios de comunicação hegemônicos de propriedade de empresas de comunicação (editoras de jornais e revistas, emissora de rádio e televisão, estúdios cinematográficos).

Por que o “novas” nada tem a ver com a “idade” da tecnologia empregada? Porque, ainda que uma organização social – como o próprio MST, tema deste estudo – tenha encontrado na comunicação interativa um caminho para se contrapor aos meios de comunicação empresariais, essa organização pode, além das novas tecnologias informacionais, utilizar (ou continuar utilizando) meios tradicionais (um jornal impresso, uma rádio – comunitária, por exemplo). Da mesma forma, uma empresa de comunicação tradicional, como a Rede Globo, além dos tradicionais jornal, emissoras de rádio e televisão e produtora/distribuidora de filmes, atua também na internet, com portal de notícias multimídia (G1), canal de vídeos na internet (Globo Play), dentre outros instrumentos.

Conforme observa Lima (2006, p. 52), quando apenas falamos “mídia” - em expressões como “o discurso da mídia”, “o poder da mídia” - a referência natural é “às emissoras de rádio e televisão (aberta e paga), aos jornais, às revistas e ao cinema, portadores do que se chama de comunicação de massa”. Entretanto, as empresas de comunicação desses setores citados (rádio, televisão, jornais, cinema) também se fazem presentes com novas tecnologias informacionais (portais na internet, aplicativos para celular, perfis em redes sociais).

O que as fazem, na dicotomia “nova” *versus* “velha” mídia, pertencerem ao grupo “velha” não é a idade do aparato tecnológico que utilizam, mas sim o fato de serem tradicional, originariamente negócios de mídia, empresas de mídia – a comunicação e o entretenimento são suas atividades finalísticas – e serem representantes das classes econômica e política dominantes. Tem a ver com que Martín-Barbero (2004, p. 205) chama de “velho modelo maciço de comunicação”, o qual tende a “homogeneizar os gostos”; ou ainda, segundo Tavares (2011), uma mídia a serviço das elites, que desempenha um papel de construção de consenso para essas elites, que não fomenta o debate. É o que Miguel (2006), por exemplo, classifica como mídia comercial.

Assim, ao nos propormos a analisar os enunciados do MST em novas tecnologias informacionais e como, por meio desses enunciados, o MST busca construir um

contradiscurso ao discurso dos meios de comunicação tradicionais, o “tradicionais” não se restringe a jornal, revista, rádio ou televisão (“mídia velha”). Pode ser – e é – tudo isso. Mas reúne também sites, perfis em redes sociais (“novas tecnologias informacionais”) que sejam controladas pelos mesmos grupos dos convencionais jornal, revista, rádio ou televisão – a “velha” e hegemônica mídia.

Tampouco o “novas mídias” está restrito apenas à relação com a internet. Até porque, conforme expõe Ribeiro (2000, p. 186), “a internet não é a imagem e a semelhança de um mercado livre, sem controle, ou sensível apenas à manipulação individual”. Também é cada vez mais institucionalizado, e marcado pela presença de conglomerados (tradicionais ou emergentes), vinculados a interesses distantes dos interesses populares. “(...) a rede é controlada por uma 'hierarquia de conexões' cujos pontos mais altos se encontram no Estado norte-americano, em agências de segurança e em corporações privadas (...) que, em caso de necessidade, podem exercer seu poder eletrônico²²” (idem)

No quadro 1, a seguir, explicitamos os entendimentos aqui assumidos em torno das expressões de que estamos a tratar, de modo a construir inteligibilidade acerca das opções terminológicas que adotamos. Os aspectos conceituais que descrevemos no quadro 1 derivam das reflexões que trouxemos nesta e na seção anterior deste capítulo:

TERMO	ASPECTOS CONCEITUAIS ASSUMIDOS NESTA PESQUISA
Novas mídias, mídia alternativa, mídia popular	Meios de comunicação administrados por movimentos sociais, sindicatos, entidades ou grupos da sociedade civil organizada, coletivos ou indivíduos, que tenham posicionamento político-ideológico de contraponto e/ou resistência ao poder econômico e ao discurso hegemônico. Esses meios, do ponto de vista de ferramenta tecnológica, tanto podem ser meios tradicionais - como jornais, revistas, rádio, televisão, fanzines - como meios em tecnologias comunicacionais mais recentes (internet e seus canais e/ou redes sociais, por exemplo)
Mídia tradicional, velha mídia, mídia hegemônica, mídia empresarial, mídia comercial, grande mídia, mídia burguesa	Constituída por meios de comunicação, tanto os convencionais (jornais, revistas, rádio e televisão), como os de tecnologias mais recentes (internet e suas derivações), de propriedade de empresas privadas, e

22 Exemplo emblemático de que esse alerta não se trata de teoria conspiratória é o "Caso Snowden", que veio à tona em 2013: um amplo esquema de monitoramento feito pelo governo dos Estados Unidos, que atingiu a presidenta Dilma Rousseff e a Petrobrás. O governo norte-americano tinha acesso a fotos, videoconferências e outras conversas de governos, empresas e autoridades que usavam tecnologias informacionais como Google, Skype e Facebook. Disponível em <<http://www.ebc.com.br/tecnologia/2013/08/web-vigiada-entenda-as-denuncias-de-edward-snowden>>. Acesso em 25/10/2017.

Novas tecnologias comunicacionais (ou de comunicação) ou informacionais (ou de informação), mídias digitais, comunicação interativa

que concentrem a maior parte da audiência, tirem ou acesso. Mídias administradas por empresas que tenham como atividade-fim a comunicação social e oligopolizam o mercado.

Esses conceitos estão relacionados ao instrumento, à ferramenta de comunicação. Tratam-se de mídias cuja forma de produção, armazenamento e distribuição de conteúdo está baseada na internet. Podem tanto pertencer à “velha mídia”, isto é, às empresas tradicionais de comunicação social, como à “nova mídia”, ou seja, àqueles grupos que, com o advento da internet, encontraram em ferramentas digitais uma forma de atuar na área da comunicação social, em particular nos ramos da comunicação popular, imprensa alternativa e afins.

Quadro 1 – Contraposição “novas” versus “velhas” mídias: aspectos conceituais | Fonte: O autor, 2017.

Assumimos então como “velha mídia” aquela que reúne os mais variados meios de comunicação (incluindo meios digitais, “novos”) de propriedade, privada, de empresas tradicionais no ramo da comunicação, e que têm na comunicação sua atividade fim. São aqueles meios que ecoam as vozes representadas por essas empresas, que transmitem o discurso o qual, nas relações sociais de poder, vinga como discurso hegemônico. Por isso, são chamados, neste estudo, de “mídia hegemônica”, “mídia burguesa” ou “grande mídia” (pelo porte do negócio empresarial controlador dos meios) ou “grandes empresas midiáticas” (ROMANET, 2001, p. 241).

Já o termo “nova mídia”, por sua vez, pode englobar ferramentas convencionais - jornais, revistas, rádio, televisão -, no entanto que estejam nas mãos de entidades da sociedade civil organizada, como os movimentos sociais, grupos representativos (coletivos) de segmentos da sociedade historicamente discriminados ou marginalizados²³, que produzem por esses veículos discurso(s) de contestação e resistência ao discurso dominante. É a também chamada “mídia alternativa”, como vimos, ou “mídia independente” (porque se mostra desvinculada de interesses empresariais, econômicos).

É notório, porém, que esse discurso de resistência obtém mais eco com o advento das novas tecnologias informacionais, daí a inexorável relação com o termo “novo”, “nova”. Em especial a partir da primeira década do século XXI, segundo Castells (2013), quando surgem e se estabelecem as redes sociais, e também se aperfeiçoam a banda larga, softwares e sistemas de distribuição.

23 Coletivos ou organizações semelhantes que representam movimentos feministas, negros, moradores de favelas e periferias em geral, quilombolas, indígenas, populações atingidas por barragens ou grandes obras civis, comunidade LGBT estão entre os exemplos de segmentos sociais regularmente marginalizados.

Esse avanço tecnológico permite que atores sociais como o MST atuem como organizações de Comunicação Social, ainda que sua atividade fim não seja essa. Não que esse tipo de atuação não existisse – veremos adiante que o MST sempre dedicou esforços no desenvolvimento de veículos de comunicação próprios. O que queremos dizer é que as novas tecnologias informacionais possibilitam que esses veículos tenham alcance maior, mais imediato, com repercussão mais significativa, que os veículos baseados em mídias convencionais (os boletins e jornais impressos, por exemplo). Por exemplo: o Jornal Sem Terra, impresso, já chegou a marca de 30 mil exemplares de tiragem (BARBOSA, 2013). A página do MST no *facebook*, por sua vez, tinha em julho de 2017 mais de 323,5 mil seguidores. Um enunciado (postagem) no *facebook* tem, pois, chance de alcançar um número de interlocutores exponencialmente maior que um enunciado (matéria, artigo, nota) no impresso, em que pesem todas as restrições que já explicitamos na seção anterior sobre o oligopólio que começa a se constituir no ciberespaço.

Estabelecido o embasamento teórico no campo epistemológico dos Estudos de Linguagens e, ainda, no da Comunicação, bem como apresentada nossa inteligibilidade acerca das novas tecnologias informacionais e comunicacionais, partimos para a exposição do percurso metodológico desta pesquisa.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Reiteramos que esta pesquisa tem como objetivo geral analisar e compreender como, utilizando-se das novas tecnologias informacionais disponíveis no ciberespaço, o MST constrói um contradiscurso ao discurso da mídia hegemônica. Trata-se, como já explicado, de um trabalho interdisciplinar, a envolver como objeto de estudo enunciados de um ator social institucional – o MST – de grande relevância na vida social, política, econômica, cultural, geográfica brasileira. Dessa forma, optamos, do ponto de vista metodológico, pela pesquisa qualitativa, e pelo estudo de caso como instrumento principal desta pesquisa qualitativa. A Análise Dialógica do Discurso compõe, por sua vez, o escopo teórico-metodológico desta dissertação.

Ora, diante da complexidade do objeto – e por consequência, do conjunto de dados de estudo – só a **pesquisa qualitativa, de cunho interpretativista**, mostra-se suficiente para nos levar ao objetivo geral proposto. Isso não significa dizer que rejeitamos tampouco desvalorizamos a importância de aspectos quantitativos – quando e se necessário lançamos mão de dados quantitativos -; consideramos, porém, que apenas a tabulação de dados e a formulação de eventuais estatísticas sejam insuficientes para nortear uma pesquisa como esta aqui desenvolvida. Tabulações e estatísticas não são um fim em si mesmo, embora oportunamente se mostrem como ferramenta para auxiliar na interpretação dos dados buscados ou gerados para esta dissertação.

André (2009) critica, por outro lado, a generalização, a simplificação do termo “qualitativo”. Uma pesquisa qualitativa não se caracteriza apenas pela ausência ou pela mínima prioridade a números, diz ela, em síntese. Aqui nos somamos a essa preocupação, e buscamos em Chizzotti (2000) considerações que nos orientem a encontrar a consistência indispensável para que desenvolvamos uma pesquisa, de fato, qualitativa. Afirma o autor que “a finalidade de uma pesquisa qualitativa é intervir em uma situação insatisfatória, mudar condições percebidas como transformáveis, onde pesquisador e pesquisados assumem, voluntariamente, uma posição reativa” (CHIZZOTTI, 2000, p. 89), e ainda que as pesquisas qualitativas se empenham “em mostrar a complexidade e as contradições de fenômenos singulares, a imprevisibilidade e a originalidade criadora das relações interpessoais e sociais” (idem, p. 78).

Evidentemente que, ao estudarmos e compreendermos como o MST constrói um contradiscurso à mídia hegemônica, não temos a pretensão – pela tênue fronteira que poderia

se estabelecer com a prepotência – em “intervirmos”, literalmente, na forma de construção desse contradiscurso. Ao alcançarmos o objetivo almejado, seguindo os caminhos que a pesquisa qualitativa interpretativa nos conduz, temos, aí sim, condições de auxiliar a compreensão desse processo de construção de contradiscurso à grande mídia, e a partir da compreensão propiciada, contribuir para intervenções que eventualmente se façam necessárias.

Para construir tal compreensão é preciso levar em conta a complexidade e as contradições de fenômenos singulares a que se refere Chizzotti (2000). Voltamos, assim, a André (2009), em cujas palavras reforçamos nossa sustentação para a pesquisa qualitativa interpretativa a ser conduzida:

Em oposição a uma visão empiricista de ciência, [a pesquisa qualitativa] busca a interpretação em lugar da mensuração, a descoberta em lugar da constatação, valoriza a indução e assume que fatos e valores estão intimamente relacionados, tornando-se inaceitável uma postura neutra do pesquisador (...) Qualitativa porque se contrapõe ao esquema quantitativista de pesquisa (que divide a realidade em unidades passíveis de mensuração, estudando-as isoladamente), defendendo uma visão holística dos fenômenos, isto é, que leve em conta todos os componentes de uma situação em suas interações e influências recíprocas. (ANDRÉ, 2009, p. 17)

André (2009) ressalta ser “inaceitável uma postura neutra do pesquisador”, ao que podemos acrescentar observação, em semelhante linha de pensamento, de Chizzotti (2000): o pesquisador é parte fundamental da pesquisa qualitativa. Assinala esse autor que se livrar de preconceitos, partilhar da cultura, das práticas, percepções e experiências dos sujeitos da pesquisa formam conduta imprescindível do pesquisador. Absorveremos tal envolvimento como metodologia – o que não significa abrir mão do distanciamento necessário que o trabalho exige, para seu melhor andamento.

Como dito há pouco, para esta dissertação assumimos o **estudo de caso** como principal tipo de pesquisa qualitativa adotado. O próprio objetivo geral do estudo sinaliza a opção por esse tipo. “Para que seja reconhecido como estudo de caso é preciso (...) que seja um sistema bem delimitado, isto é, uma unidade com limites bem definidos, tal como uma pessoa, um programa, uma instituição ou um grupo social.” (ANDRÉ, 2009, p. 31). A autora frisa também que

o interesse do pesquisador ao selecionar uma determinada unidade é compreendê-la como unidade. Isso, no entanto, não impede que ele esteja atento ao seu contexto e às suas inter-relações como um todo orgânico, e à sua dinâmica como um processo, uma unidade, uma ação.” (ANDRÉ, 2009, p. 31)

Temos, pois, esses requisitos atendidos nesta dissertação, uma vez que analisamos enunciados produzidos pelo MST - um movimento social consolidado, com propósito e atuações (re)conhecidas -, com vistas a tecer compreensão acerca da construção de um contradiscurso à mídia tradicional, discurso desta entendido nesta pesquisa como discurso hegemônico. Balizamo-nos em Miotello (2001) para o nosso entendimento e conceituação de “discurso hegemônico”. O pesquisador enumera algumas características que nos permitem identificar o que é, ou o que seja, um discurso hegemônico: “i) a fala vem sempre do setor dominante, incluído; ii) esta fala inclui no discurso os excluídos, falando por eles e falando para eles; iii) aparentemente também há um lugar de inclusão dos discursos dos excluídos nesse discurso hegemônico; iv) esse discurso, por ser discurso absolutamente ideológico, esconde mais que revela; v) o discurso é intermediação mais eficaz que as armas para garantir subalternização.” (MIOTELLO, 2001, p. 02)

É exatamente isso que procuramos preservar no decorrer deste trabalho, até porque, ainda como aporte teórico-metodológico, nos fundamentamos na **Análise Dialógica do Discurso**, do Círculo de Bakhtin²⁴ para analisar e compreender como o MST constrói um contradiscurso à mídia hegemônica. A Análise Dialógica do Discurso tem como premissa *sine qua non* o levar em conta o contexto da interação discursiva, a qual está intimamente ligada às relações sociais, culturais, políticas e econômicas em que o sujeito enunciador (no caso, o enunciador é uma instituição) está emoldurado na situação de interlocução. Sobre isso, nos aprofundaremos mais adiante.

Antes, destacamos que ao estudo de caso como instrumento principal foram somados outros procedimentos metodológicos qualitativos para auxiliar na busca do objetivo da pesquisa. Como afirmam Denzin e Lincoln (2006),

a pesquisa qualitativa envolve o estudo do uso e a coleta de uma variedade de materiais empíricos – estudo de caso; experiência pessoal; introspecção, história de vida; entrevista; artefatos; textos e produções culturais; textos observacionais, históricos, interativos e visuais – que descrevem momentos e significados rotineiros e problemáticos na vida dos indivíduos. (DENZIN e LINCOLN, 2006, p. 17).

Entendemos que, para analisar e interpretar como o MST constrói um discurso de oposição à mídia tradicional, seja de extrema importância a aplicação de estratégias outras

24 Ressalve-se que o termo “Análise Dialógica do Discurso” não foi alcunhado propriamente pelo Círculo de Bakhtin; trata-se, sim, de uma criação de pesquisadores contemporâneos feita a partir da teorização do Círculo - sobretudo dos trabalhos de Beth Brait (2006).

associadas ao estudo de caso. “Os pesquisadores [qualitativos] utilizam uma ampla variedade de práticas interpretativas interligadas, na esperança de sempre conseguirem compreender melhor o assunto que está ao seu alcance” (DENZIN e LINCOLN, 2006, p. 17). Dessa forma, recorreremos também a estes três instrumentos metodológicos: i) **entrevista dialógica**; ii) **observação *in loco***; iii) **textos** sobre as bandeiras de lutas e políticas de comunicação do Movimento.

Quanto à entrevista dialógica, realizamos duas: uma, pessoalmente, com dois representantes do Setor de Comunicação do MST, na Secretaria Nacional do Movimento, em São Paulo (SP). A entrevista foi feita com os profissionais de comunicação Rafael Soriano de Brito Lira e Maura Silva, em 8 de dezembro de 2017. Nos anexos desta dissertação está o questionário norteador da entrevista, que teve o intuito de contribuir para dois dos objetivos específicos desta pesquisa, quais sejam o de identificar e descrever os instrumentos de comunicação social mantidos pelo Movimento, nas mais diversas plataformas, e identificar e descrever os perfis mantidos pelo MST em redes sociais digitais. A outra entrevista dialógica foi feita com dois acampados em Sergipe²⁵, por telefone, em 29 de setembro de 2017: Maria Socorro de Alcântara e Josivaldo Santos, que integram o Movimento há mais de 20 anos. O propósito foi o de incluir a voz de quem integra a base, ouvindo-os sobre a relação deles com as tecnologias comunicacionais disponíveis pelo MST.

Já a observação *in loco* se deu concomitantemente à entrevista dialógica feita com os representantes do Setor de Comunicação do MST. À medida em que a conversa se desenvolveu, o trabalho dos profissionais foi acompanhado e sendo explicado por eles. A ideia foi a de verificar como, na prática, se viabiliza o processo comunicacional do Movimento. Por sua vez, a leitura de textos - do site (www.mst.org.br) e do perfil no *facebook* - foi utilizada para a compreensão das bandeiras, dos posicionamentos, das políticas de ação do MST.

A incorporação de procedimentos diversos somando ao estudo de caso é (e foi) fundamental para darmos conta da Análise Dialógica do Discurso. Já mencionamos a complexidade implicada por esse quesito teórico-metodológico, uma vez que exige uma análise que vai muito além do enunciado materializado na forma de texto (uma reportagem de jornal impresso, ou uma postagem na rede social, para ficarmos em dois exemplos clássicos). Para as correlações contextuais imprescindíveis para tal análise, lançar mão de uma variedade de instrumentos possíveis é essencial.

25 A opção por Sergipe atendeu a pelo menos dois critérios: i) relativa distância geográfica dos dois núcleos nacionais do MST (São Paulo e Brasília); ii) região de considerável atuação e tradição do Movimento, porém relativamente menor territorial, populacional e economicamente.

Em uma pesquisa que se ancora nos pressupostos teórico-metodológicos do Círculo de Bakhtin, há conceitos basilares que precisam de ser compreendidos - não só pelo pesquisador, como pelo público interlocutor (leitor da dissertação, por exemplo). Dessa forma, no referencial teórico buscamos o rigor metodológico de deixar explicados os conceitos a permearem esta pesquisa; em especial a noção de dialogismo e discurso. Afinal, a má compreensão (ou a incompreensão) dos significados desses termos (à luz do Círculo de Bakhtin) compromete tanto a tarefa de geração, interpretação e análise de dados por parte do pesquisador, como o entendimento da pesquisa de parte do interlocutor.

O zelo metodológico não pode ser confundido, todavia, com rigidez, inflexibilidade na conceituação de termos, tampouco no estabelecimento de categorias de análises fixas, derivadas ou engessadas em tais termos. Estamos a nos basear, ao refutarmos a adoção dessas definições sectárias, em Brait (2006). Para a autora, “estabelecer uma definição fechada do que seria essa análise/teórica dialógica do discurso (...) significaria uma contradição em relação aos termos que a postulam.” (BRAIT, 2006, p. 10). Cada discurso reserva peculiaridades, de modo que não há modelos, formas e fórmulas comuns a mais de um texto e discurso. A mesma autora assinala ainda que “ninguém, em sã consciência, poderia dizer que Bakhtin tenha proposto formalmente uma teoria e/ou análise do discurso” (idem, p. 9). No entanto,

(...) mesmo consciente de que Bakhtin, Volochínov, Medvedev e outros participantes do que atualmente se denomina Círculo de Bakhtin jamais tenham postulado um conjunto de preceitos sistematicamente organizados para funcionar como perspectiva teórico-analítica fechada (...), o conjunto de obras do Círculo motivou o nascimento de uma análise/teoria dialógica do discurso, perspectiva cujas influências e consequências são visíveis nos estudos linguísticos e literários e, também, nas Ciências Humanas de maneira geral.” (BRAIT, 2006, p. 9)

Como salienta Rohling (2014, p. 47), em uma pesquisa que se propõe a fazer uma Análise Dialógica do Discurso sob a perspectiva bakhtiniana “não se podem aplicar as mesmas categorias de uma pesquisa já feita a outra, pois o dado é sempre o discurso concreto e único proferido em um determinado espaço e tempo e por determinados interlocutores”. Assim, como já frisado, a particularidade de cada pesquisa impacta diretamente no processo de geração, análise e interpretação dos dados necessários para se atingir o objetivo do estudo. Se o dado é essencialmente o discurso, concreto, único, enunciado em condições específicas de espaço, tempo, contexto social e de interlocutores, cada dado exigirá análise e interpretação ímpar – desvinculada de padrões, receitas, modelos prévios.

Não à toa, adverte Rohling (2014, p. 47), “o trabalho do pesquisador [que se propõe a uma Análise Dialógica do Discurso] inscreve-se na posição de um observador atencioso.” Ressalva ainda que esse trabalho de análise e interpretação de dados não é neutro, “tendo em vista que o pesquisador, em todo o processo de pesquisa, também está permeado por seu horizonte valorativo”.

Chizzotti (2010, p. 84) lembra, com precisão, que “os dados não são coisas isoladas, acontecimentos fixos, captados em um instante de observação. Eles se dão em um contexto fluente de relações (...) É preciso ultrapassar sua aparência imediata para descobrir sua essência”. Retomamos Brait (2006) para relacionar a consideração de Chizzotti (2010) à Análise Dialógica do Discurso. Assinala ela:

(...) essa é sem dúvida uma das características de uma teoria/análise dialógica do discurso: não aplicar conceitos a fim de compreender um discurso, mas deixar que os discursos revelem sua forma de produzir sentido, a partir do ponto de vista dialógico, num embate. (BRAIT, 2006, p. 24)

A análise dos dados parte dos textos-enunciados – afinal, se os estudos do Círculo de Bakhtin são a base da Análise Dialógica do Discurso desta pesquisa, é do próprio Bakhtin (2003 [1979]) que extraímos tal premissa. Diz ele:

Independentemente de quais sejam os objetivos de uma pesquisa, só o texto pode ser o ponto de partida (...) A interpretação de um texto como modelo (os juízos modelares, os silogismos na lógica, as orações na gramática, a 'comutação' na linguística, etc) (...) O texto como enunciado. (BAKHTIN, 2003 [1979], p. 308)

Frisamos a necessidade de a análise dos dados – do texto como enunciado – estar relacionada não exclusivamente ao enunciado, ao texto em si. É indispensável a correlação com o amplo contexto interacional em torno (político, social, cultural, histórico, geográfico) dos enunciados investigados. A expressão da análise propriamente dita – o texto resultante da pesquisa – também carregará o que Bakhtin (2003 [1979]) chama de “contexto emoldurador”:

O acontecimento da vida do texto, isto é, sua verdadeira essência, sempre se desenvolve na fronteira de duas consciências, dois sujeitos (...) a complexa inter-relação do texto (objeto de estudo e reflexão) e do contexto emoldurador a ser criado (que interroga, faz objeções, etc), no qual se realiza o pensamento cognoscente e valorativo do cientista. É um encontro de dois textos – do texto pronto e do texto a ser criado, que reage; conseqüentemente, é o encontro de dois sujeitos, de dois autores. (BAKHTIN, 2003 [1979], p. 311)

A análise dos dados será sempre, pois, resultado de um encontro de múltiplas vozes, se nos ancoramos em Amorim (2004, p. 16): “Não há trabalho de campo que não vise ao encontro com um outro, que não busque um interlocutor. Também não há escrita de pesquisa que não se coloque o problema do lugar da palavra do outro no texto”. Ou ainda: “O objeto que está sendo tratado num texto de pesquisa é ao mesmo tempo objeto falado, objeto a ser falado e objeto falante.” (AMORIM, 2004, p. 19).

Para esta pesquisa que se assume qualitativa de cunho interpretativista, nos guiamos nas palavras de Minayo (2012, p. 623) na busca justamente pela compreensão e interpretação dos dados gerados, e em seguida analisados. Compreender, sublinha a autora, é o “verbo principal” da análise qualitativa. E, continua, “compreender é exercer a capacidade de colocar-se no lugar do outro, tendo em vista que, como seres humanos, temos condições de exercitar esse entendimento”. A autora vai mais além, ao chegar em outro aspecto, o da interpretação:

Ao buscar compreender é preciso exercitar também o entendimento das contradições: o que se compreende, compreende na ação e na linguagem e ambas têm como características serem conflituosas e contraditórias pelos efeitos do poder, das relações sociais de produção, das desigualdades sociais e dos interesses. Interpretar é um ato contínuo que sucede à compreensão e também está presente nela: toda compreensão guarda em si uma possibilidade de interpretação, isto é, de apropriação do que se compreende. A interpretação se funda existencialmente na compreensão e não vice-versa, pois interpretar é elaborar as possibilidades projetadas pelo que é compreendido. (MINAYO, 2012, p. 623)

Apropriar-se do que se compreende, para elaborar possibilidades projetadas foi, pois – metodologicamente - o intuito desta dissertação. Seguimos agora para a descrição dos dados gerados para esta pesquisa, a partir dos critérios que julgamos coerentes com o objetivo geral deste trabalho.

3.1 Descrição dos dados da pesquisa

A Análise Dialógica do Discurso pressupõe a geração e a interpretação de dados que não estão postos *a priori*, prontos para serem identificados, selecionados e analisados, encaixáveis em teorias e conceitos estanques, preestabelecidos. Como dissemos, a complexidade contextual é fator determinante. Sendo assim, os dados precisam – precisaram - de ser gerados pelo pesquisador. Frente à incalculável quantidade de enunciações produzidas pelo MST, foi preciso definir critérios para essa geração. Ademais, impossível se aplicarem

amostras estatisticamente representativas, simplesmente porque se cada discurso enunciado é único, não há amostra que dê conta de representá-lo. A opção, claro, é pela delimitação de um conjunto de dados.

Entendemos então que, para esta pesquisa, a maneira mais apropriada de compreender como o MST constrói um contradiscurso ao discurso da mídia hegemônica foi partir para a análise de enunciados do Movimento pertencentes a determinadas cadeias enunciativas. A partir de regularidades discursivas é possível apontar como o MST dialoga – e, mais que isso como se contrapõe aos discursos produzidos pela grande mídia. Dentro dessas cadeias (definimos um conjunto de três delas) selecionamos, para fins de análise, enunciações do MST em redes sociais digitais, de modo a trabalhar com a relação entre linguagem e novas tecnologias informacionais ou comunicacionais.

A **primeira cadeia enunciativa** definida decorre de um determinado **evento disparador de enunciados**²⁶ em torno do qual há evidente divergência de narrativa/discurso entre MST e a imprensa hegemônica. Escolhemos enunciações do Movimento, relativas a essa cadeia, produzidas e/ou compartilhadas no *twitter*, pela função jornalística que não raro essa rede exerce, e pela característica factual que os textos nesse espaço virtual geralmente adquirem.

A **segunda cadeia enunciativa** se refere àquela constituída de **enunciações que tematizam, de modo explícito e crítico, a atuação da mídia empresarial hegemônica**. Ou seja, aquelas em que o MST se coloca de forma combativa à mídia hegemônica, tornando esta o objeto de discurso. Em contraposição ao discurso manifesto por esses grandes meios sobre a atuação deles próprios – o da imparcialidade, pluralidade de ideias e vozes, da defesa da liberdade de imprensa -, o MST costuma se enunciar denunciando que, na prática, o que ocorre é o inverso. Parcialidade, ideias, vozes e pensamentos únicos, liberdade de expressão prejudicada pelo oligopólio dos meios privados marcam a atuação dos grandes meios. Dessa cadeia enunciativa, selecionamos textos do MST no *twitter* e no *facebook*, redes sociais de comunicação interativa nas quais recorrentemente o Movimento se enuncia pondo a mídia hegemônica como objeto explícito de seu discurso.

Nessas duas mídias digitais, são recorrentes manifestações institucionais do MST (ou de lideranças, militantes) de explícita contraposição à mídia tradicional, a qual o Movimento costumeiramente chama de “mídia burguesa”. O MST também participa com regularidade e

26 Trata-se da invasão, por forças policiais, da Escola Nacional Florestan Fernandes, mantida pelo MST em Guararema. Detalhes no quadro 3, mais adiante, e durante a análise propriamente dita, no capítulo 5.

intensidade de manifestações em redes sociais digitais contra o oligopólio empresarial dos meios de comunicação – especialmente nos “tuitaços”, protestos que duram mais ou menos uma hora, previamente marcados, em que usuários do *twitter* postam sobre determinado assunto, rotulado por uma *hashtag* pré-definida. Em tuitaços contra o oligopólio da mídia, o MST costuma ser assíduo participante.

Por fim, a **terceira cadeia enunciativa** é aquela em que **o MST discursa sobre a vida social**, falando de si, de seus temas, suas lutas, sua orientação ideológica, seu *modus operandi*, e nesse dizer se opõe ao ponto de vista da mídia hegemônica. Não é uma oposição explícita, mas cuja forma de narrar a vida social aponta para um distanciamento e oposição ao discurso da mídia hegemônica. A partir do entendimento do contexto, da conjuntura, conseguimos identificar tal divergência, e sobretudo a entonação dada a essa disparidade de valorações, de narrativas da vida social; é possível identificarmos pontos de reação-resposta do MST à mídia hegemônica. Dessa cadeia enunciativa, analisamos enunciações do MST no *twitter* e no *youtube* – nessa plataforma audiovisual, por exemplo, há marcante conjunto de enunciações em que vozes de terceiros são enquadradas e ressignificadas pelo Movimento com o intuito de referendar seu reconhecimento e credibilidade por setores da sociedade.

Ressaltemos que aos nos referirmos a enunciados produzidos pelo MST não estamos nos atendo a apenas textos verbais escritos, sobretudo quando produzidos em mídias em plataformas digitais. Nessas, frequentemente os enunciados são multissemióticos, constituídos de diferentes materialidades semióticas (texto escrito, imagens, sons). Assinalamos o papel das imagens, que compõem esses textos multissemióticos contemporâneos, desde as imagens estáticas (as tradicionais fotografias e os emergentes “memes”) até as imagens em movimento, como vídeos e os chamados “gifs” (espécie de animações sobre fotografias).

Em Barton e Lee (2015, p. 32) encontramos endosso para esse caminho. Ambos anotam que “recursos linguísticos são mobilizados para afirmar novas identidades e representar o eu em espaços online” – e tais espaços online cada vez mais são utilizados pelo MST para expressar suas bandeiras, marcar posição, reiterar sua identidade. A multissemiose é, pois, recorrente: “Novas relações de linguagem e imagem estão se desenvolvendo. A imagem não está substituindo a linguagem [sic]; mas estamos percebendo novas formas de esses modos trabalharem poderosamente em conjunto” (BARTON; LEE, 2015, p. 33). Castells (2013, p. 162) chama a atenção para o valor cada vez mais significativo do audiovisual no processo comunicacional no ciberespaço. “O poder das imagens é soberano”, afirma, ao destacar a importância do *youtube* como instrumento de comunicação interativa,

útil em especial aos atores sociais que buscam se contrapor ao poder hegemônico.

Estabelecido o critério de seleção de enunciações a partir de cadeias enunciativas; tendo em vista que, nas redes sociais de comunicação interativa, o MST se faz presente com site e com perfis nas redes sociais *twitter*, *facebook*, *flickr*, *instagram* e canal de vídeos no *youtube*; e diante da necessidade de se obter um *corpus* bem definido, frente à enormidade de dados disponíveis, sistematizamos no quadro 2 o conjunto de critérios basilares para a geração dos dados desta pesquisa:

QUANTO ÀS CADEIAS ENUNCIATIVAS

Com base no objetivo geral desta pesquisa, entendemos que as enunciações do MST a serem analisadas devem estar relacionadas às seguintes situações discursivas:

- Enunciados em que o MST constrói uma narrativa de oposição à narrativa da mídia acerca de um evento específico
- Enunciados do Movimento em que o objeto é, explicitamente, a mídia empresarial hegemônica
- Enunciados em que o Movimento discursa sobre a vida social, de modo divergente ao narrativa/discurso da mídia hegemônica

QUANTO À MÍDIA

Com base nas cadeias enunciativas e respectivas situações discursivas acima expostas, teremos:

- Do ***twitter***, enunciados em tuitaços sobre o oligopólio da mídia, democratização das comunicações e afins; enunciados de construção de narrativa acerca de um episódio; enunciações em que se ressalte a luta do Movimento
- Do ***facebook***, enunciados em referência ao oligopólio da mídia, à luta por democratização das comunicações e situações discursivas semelhantes;
- Do canal no ***youtube***, verificaremos entre os vídeos mais populares aqueles que fazem menção à defesa das lutas do MST, entre as quais se inclui a pela democratização das comunicações

QUANTO AO PERÍODO

Os períodos selecionados foram os seguintes:

- Das enunciações no *twitter*, nos tuitaços dos quais o MST atuou no período de março a julho de 2016, quando a conjuntura social, política e econômica do Brasil esteve marcada por um renhido debate em uma arena discursiva polarizada.
- Das enunciações no *facebook*, as compreendidas entre outubro de 2016 e junho de 2017, quando alguns eventos em defesa da democratização das comunicações

- tiveram o apoio e/ou a participação do MST.
- Dos enunciados no *youtube*, aqueles entre os mais visualizados em fevereiro de 2017, por abarcar as visualizações ocorridas ao longo de 2016, ano de debate político intenso e arena discursiva polarizada

Quadro 2 – Critérios para geração de dados | Fonte: O autor, 2017.

Ao que está exposto no quadro 2, acrescentamos que fixamos o ano de 2016 como marco inicial para o recorte temporal para geração dos dados por pelos menos duas razões elementares.

A primeira, porque no ano de 2016 iniciou-se e concluiu-se a tramitação do processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff, apreciado em abril pela Câmara dos Deputados e em agosto pelo Senado da República. Aprovado pelas duas casas do Congresso, com o aval do Judiciário (Supremo Tribunal Federal, STF) e com apoio editorial da mídia empresarial hegemônica, o impeachment foi classificado de “golpe” não só pelo grupo político de sustentação à presidenta, como por juristas, entidades de classes diversas, pesquisadores, intelectuais, artistas e movimentos sociais. Entre estes, o MST. Internacionalmente, o caso também repercutiu na imprensa e outras instâncias como um golpe. O ano foi marcado também por desdobramentos da Operação Lava Jato e por uma grave crise econômica (desemprego em alta, redução do Produto Interno Bruto, entre outros indicadores a registrar resultados desfavoráveis). Todos esses elementos, entre outros, acirraram o debate, as disputas de poder e as relações discursivas na sociedade nacional, e o MST se colocou nessa arena discursiva se manifestando com assiduidade e veemência.

Como decorrência dessa primeira razão, o segundo motivo balizador do critério que definimos é o posicionamento cada vez mais frequente sobre e contra o oligopólio da mídia, assumido pelo MST. Na efervescente arena discursiva em torno da conjuntura política do Brasil em 2016, essa bandeira é definitivamente incorporada às causas do MST. A nota a seguir é uma entre tantas enunciações expressas pelo Movimento sobre o assunto; pelo tom combativo, entendemos como ilustrativa na explanação sobre os critérios para a geração dos dados desta pesquisa:

O Golpe contra a democracia brasileira, com o afastamento da presidenta Dilma Rousseff, democraticamente eleita por mais de 54 milhões de brasileiros, demonstrou a existência de um consórcio golpista entre o Congresso Nacional, o judiciário e os grandes meios de comunicação no país. Esse consórcio golpista é sustentado e reforçado simbolicamente por meio da produção de informações,

geradas por um oligopólio midiático controlado por menos de dez famílias oligarcas, grupos políticos, igrejas, entre outros empresários privados (...) Essa mídia que historicamente criminaliza a luta e o processo de organização dos movimentos populares brasileiros, hoje constrói um discurso antidemocrático que busca aprofundar o neoliberalismo no país (...) Diante deste cenário, a luta pela democratização dos meios de comunicação e o fim do monopólio midiático (...) [está] diretamente relacionada à luta pela democratização da terra, pelo direito à educação e saúde pública de qualidade, para todos e todas. (MST, 2016, s.p.)

Com base nos critérios descritos no quadro 2, acrescidos das argumentações que vieram em seguida, partimos de uma análise inicial de 218 enunciados²⁷ do MST em redes sociais. O quadro 3 sintetiza a origem, a motivação e a distribuição desses enunciados, tanto conforme a cadeia enunciativa os quais constituem, bem como em qual ferramenta de tecnologia foram manifestos pelo Movimento:

²⁷ Consideramos como enunciações para análise apenas as postagens feitas pelo MST. Ou seja, não incluímos os enunciados-respostas (os comentários) em torno dessas postagens, tampouco réplicas, trélicas.

CADEIA ENUNCIATIVA	ENUNCIADOS OBJETOS DE ANÁLISE	QUANTIDADE
<ul style="list-style-type: none"> Evento: cobertura da operação policial na Escola Nacional Florestan Fernandes 	<ul style="list-style-type: none"> Enunciações (150) do MST no <i>twitter</i>, acerca da operação policial, em novembro de 2016, que culminou com uma invasão à Escola Nacional Florestan Fernandes, mantida pelo Movimento em Guararema (SP). 	Uma análise prévia envolveu 150 enunciados, todos no <i>twitter</i>
<ul style="list-style-type: none"> Enunciações sobre a atuação dos meios de comunicação de propriedade de grandes conglomerados 	<ul style="list-style-type: none"> Textos (um total de 20) do MST no <i>twitter</i>, em sua participação no tuitaço #GolpismoDaMídia, em maio de 2016. Textos (um total de 14) do MST em sua página no <i>facebook</i>, de outubro de 2016 a junho de 2017, que trazem o termo “democratização das comunicações” e que, ao mesmo tempo, referem-se à participação dos movimentos em eventos com esse mote. 	34 enunciados, sendo: 20 no <i>twitter</i> 14 no <i>facebook</i>
<ul style="list-style-type: none"> Enunciações sobre a luta e a atuação do MST 	<ul style="list-style-type: none"> Enunciações (14) do MST no <i>twitter</i>, no tuitaço #CulturaDaReformaAgrária Enunciados (20) do MST em seu canal no <i>youtube</i>, que reverberam vozes de figuras públicas declarando apoio às lutas do Movimento. 	34 enunciados, sendo: 14 no <i>twitter</i> 20 no <i>youtube</i>

Quadro 3 – Cadeias enunciativas e quantidade de enunciados analisados| Fonte: O autor, 2017.

Acrescentamos que, para a análise de enunciações do MST na cadeia constituída a partir de um evento disparador (a invasão da Escola Nacional Florestan Fernandes), incluímos como dados quatro matérias publicadas por portais de notícias (G1, Folha de S. Paulo, Estadão e Agência Brasil) sobre o episódio. Entendemos esses textos como fundamentais para apontar a contra-narrativa produzida pelo Movimento, nesse episódio em particular.

A seguir, apresentamos uma discussão sobre o cronotopo dos enunciados do MST, tendo em vista que é premissa da Análise Dialógica do Discurso a compreensão da “situação social mais imediata e [do] meio social mais amplo” da enunciação e de seus interlocutores (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2006 [1929], p. 117).

4 O CRONOTOPO DOS DISCURSOS DO MST

A Análise Dialógica do Discurso pressupõe a compreensão de que os enunciados são constituídos sócio e historicamente, o que implica refletir sobre quem enuncia, de onde enuncia, a quem enuncia, como enuncia, tanto na relação com a temporalidade mais alargada como também na realização mais imediata do uso da linguagem. Portanto, para analisar e compreender como o MST constrói um contradiscurso à mídia hegemônica, é fundamental dedicarmos um capítulo que descreva as condições de produção no grande tempo e, para isso, tomamos o conceito bakhtiniano de cronotopo como fio condutor dessa apresentação do Movimento. Afinal, o espaço-tempo do discurso tem relação com a própria constituição do MST. Sua origem, sua gestação, sua fundação oficial, seu desenvolvimento, sua historicidade, sua atuação contemporânea, tudo isso muito reflete e refrata nos enunciados produzidos pelo Movimento, nas mais diversas situações discursivas.

4.1 A grande temporalidade do MST: a luta pela terra no Brasil²⁸

A fundação oficial do MST ocorre em janeiro de 1984, quando, entre os dias 21 e 24 daquele mês, naquele ano, ocorreu em Cascavel (PR) o I Encontro Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, com 80 representantes de 13 estados (FERNANDES; STEDILE, 2005 [1999]²⁹). Evidentemente, para que tal encontro tenha logrado êxito uma mobilização mais remota já estava em curso. Esse marco – janeiro de 1984, na cidade paranaense de Cascavel – deu-se porque foi quando

(...) se formalizou um movimento nacional (...) Definimos, nessa ocasião, os princípios, quais as formas de organização, nossas reivindicações, estrutura e formas de luta do movimento. Já estavam presentes algumas ideias fortes de nossa organização. (FERNANDES; STEDILE, 2005 [1999], p. 44)

Ainda conforme ressaltam Fernandes e Stedile (2005 [1999]), a mobilização de camponeses que veio culminar com a formação do MST tem origem nos estados do centro-sul

28 Nossa proposta nesta subseção é a de apresentar alguns aspectos constitutivos do MST, bem como situá-los na historicidade das lutas populares do Brasil, de modo a propiciar uma compreensão do contexto e do momento em que o Movimento surge. Uma discussão mais minuciosa sobre a grande temporalidade do MST demandaria uma pesquisa mais aprofundada do ponto de vista histórico e das relações de poder inerente a essa historicidade, o que fugiria ao escopo desta dissertação. Caso haja interesse do leitor em se aprofundar, sugerimos as próprias referências bibliográficas citadas neste capítulo.

29 Fernandes é geógrafo, com obras em questão agrária; Stedile já era, àquela altura, uma das lideranças do MST.

brasileiro (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul, notadamente). É impossível, porém, abordar a historicidade da formação do MST sem vincular tal relação cronológico-espacial com o grande tempo das mobilizações populares no Brasil. O histórico mais adiante não pode ser confundido como uma espécie de “árvore genealógica” do Movimento, até porque grupos anteriores surgiram em contextos e com propósitos e especificidades próprios, impossibilitando o estabelecimento de uma relação direta entre um e seus antecessores. Além disso, a luta pela terra envolve atores sociais com origens e finalidades distintas – os indígenas reivindicando áreas que já foram suas, por vezes ocupadas por atividades agrícolas das quais emergem trabalhadores pleiteando um quinhão para plantar e colher; comunidades exigindo o reconhecimento de seus quilombos remanescentes, e assim por diante.

A grande temporalidade que trazemos permite, por outro lado, compreender como, depois da chegada dos colonizadores portugueses (e espanhóis) ao Novo Mundo até o momento em que o MST nasce, as mobilizações foram se originando, se constituindo, e em que eventualmente o Movimento se assemelha e/ou se diferencia de tantos outros agrupamentos de resistência. Permite-nos constatar que a mobilização popular é algo que está na raiz da nação, bem como radicais são as mazelas que desencadeiam, motivam tal histórico de resistência popular.

A partir do momento em que Pedro Alvares Cabral desembarca neste território que depois viria a se chamar Brasil, inicia-se nos anos 1500 o processo de expulsão dos ocupantes originários das terras para expropriação e exploração econômica das riquezas delas extraídas e nelas geradas. É nesse momento também que surgem as primeiras resistências, de acordo com Fernandes (2000):

As lutas camponesas sempre estiveram presentes na história do Brasil. Os conflitos sociais no campo não se restringem a nosso tempo (...) São cinco séculos de latifúndio, de luta pela terra (...) a luta de resistência começou com a chegada do colonizador europeu, há 500 anos, desde quando os povos indígenas resistem ao genocídio histórico. (FERNANDES, 2000, p. 25)

Entre os séculos XVI e XVII, por exemplo, ocorreram vários movimentos de resistência, por parte dos índios, ante à escravização dos indígenas imposta pelos portugueses colonizadores. Cerca de 350 mil índios foram escravizados pelos colonizadores. A Guerra dos Tamoios e a Guerra dos Potiguaras foram os dois momentos mais trágicos desse período (FERNANDES, 2000). Inevitavelmente, o poder bélico do colonizador prevaleceu sobre a

resistência dos povos originários.

Igualmente nesse período, destaca-se a resistência dos negros escravizados, em especial a do quilombo na região de Palmares (área em parte dos estados de Alagoas e Pernambuco). Fernandes (2000, p. 26) destaca o “espaço de resistência” que caracterizou esses quilombos: “(...) para se defenderem os quilombolas também atacavam engenhos e fazendas da região. Durante o século XVII, aconteceram inúmeros conflitos e os quilombos foram atacados diversas vezes”. Ainda segundo Fernandes (2000, p. 26), lutas semelhantes envolvendo a resistência quilombola se deram “em várias porções do território [brasileiro]”. Foram “três séculos de revoltas (...) contra o insustentável sistema escravocrata”.

Já no século seguinte (XVIII), sobressai-se a resistência dos povos guaranis das missões jesuíticas no Sul do Brasil e em parte do Paraguai, Argentina e Uruguai. Nessas missões em região fronteiriça, os povos indígenas eram fortemente atacados pelos bandeirantes e pelos exércitos oficiais de Portugal e Espanha (FERNANDES 2000).

Um fato que acentuou o problema da concentração de terras no Brasil (isto é, a expansão de latifúndios em detrimento de uma multidão de camponeses sem ter onde plantar e tirar seu sustento) foi a forma como se deu a abolição da escravatura no país, em 1888 (ESTRADA, 2005 [1913-1914]). A extinção da escravidão não veio acompanhada de uma política de inclusão dos quase 1,5 milhão de escravos que existiam nos cinco anos anteriores à Lei Áurea (idem). Ademais a absoluta falta de assistência aos libertos, verificou-se um forte processo de grilagem de terras por parte dos ex-senhores de escravo (FERNANDES, 2000), e na conseqüente expulsão dos camponeses que nelas trabalhavam. Indícios de que aí está a raiz mais eminente dos sem terra de hoje:

(...) os ex-senhores de escravos e fazendeiros grilaram a terra (...) exploraram os camponeses. Estes trabalharam a terra, produziram novos espaços sociais e foram expropriados, expulsos, tornando-se sem terra. Nessa realidade, surgiu o posseiro, aquele que possuindo a terra não tinha o seu domínio. A posse era conseguida pelo trabalho e o domínio pelas armas e poder econômico. Desse modo, o poder do domínio prevaleceu sobre a posse. (FERNANDES, 2000, p. 27)

Desse processo de expropriação e grilagem de terras se originam os latifúndios, e por conseguinte os conflitos cada vez mais acirrados entre latifundiários e sem terra. De acordo com Fernandes (2000, p. 27) foi desse modo que ocorreu, “em grande parte, o processo de territorialização da propriedade capitalista no Brasil.”

Na sequência cronológica dos acontecimentos que mostram a conflituosa questão

agrária brasileira, Fernandes (2000, p. 30) inclui a Guerra do Contestado, nas duas primeiras décadas do século XX. Em 1908, o governo federal concedeu à empresa norte-americana *Brazil Railway Company* terras às margens de uma ferrovia em implantação a cruzar os estados de Paraná e Santa Catarina. Famílias tiveram suas terras expropriadas, mas tentaram resistir em um combate que durou três anos (1912-1915). No mesmo período, no Nordeste brasileiro expandia-se o “cangaço”, “forma de organização de camponeses rebeldes (...) em luta pela terra, expulsos de suas terras pelos coronéis”.

Também no Nordeste, por volta de 1945, surgem as Ligas Camponesas (FERNANDES, 2000). Estas, segundo o mesmo autor, se espalham pelo Brasil, por praticamente todos os estados, e tinham vinculação com o Partido Comunista do Brasil (então PCB). Em 1947, o governo do presidente Eurico Gaspar Dutra declara o PCB ilegal e reprime as Ligas Camponesas.

O legado das Ligas Camponesas, porém, se pereniza. Na virada dos anos 1940 para 1950, nasce em Pernambuco a Liga Camponesa da Galileia, “no município de Vitória de Santo Antão, em uma propriedade denominada Engenho da Galileia” (FERNANDES, 2000, p. 33). Os camponeses da Galileia recebem o apoio e passam a ser representados pelo advogado Francisco Julião, filiado ao Partido Socialista Brasileiro (PSB) e que viria a se tornar deputado estadual em 1955 e deputado federal em 1962 (teve o mandato cassado pela ditadura implantada com o golpe civil-militar de 1964). Em 1962, a Liga do Sapé, na Paraíba, se configura como o maior movimento campesino do Brasil, à época. Ligas semelhantes estavam organizadas em 13 estados (FERNANDES, 2000, p. 33).

É da segunda metade dos anos 1950 para a primeira metade dos anos 1960 o surgimento de outros dois movimentos significativos na história da organização campesina brasileira: a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (Ultab), em 1954, criada pelo PCB, e o Movimento dos Agricultores Sem Terra (Master). O Master tem origem no Rio Grande do Sul, “no fim da década de 1950, da resistência de 300 famílias em Encruzilhada do Sul” (FERNANDES, 2000, p. 34), e logo em seguida se espalha por todo o estado gaúcho. Ainda de acordo com Fernandes (2000), o Master passa a ser apoiado pelo então governador Leonel Brizola e seu partido, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), via políticas públicas voltadas a assentamentos do movimento. A organização perde força com o término do governo Brizola, e começa também a ser perseguida depois do golpe de 1964. Fernandes e Stedile (2005 [1999]) explicam que comumente se credita ao Master a origem do MST, relação direta esta que, assinalam os autores, não existe.

Fernandes (2000) acrescenta que, a partir de 1962, quando o governo do presidente João Goulart regulamenta a sindicalização rural, formam-se diversos sindicatos de trabalhadores rurais, e respectivas federações. É em 1962 mesmo que, reunindo essas instituições, nasce a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag).

O golpe e a conseqüente ditadura civil-militar instituída a partir de 1964 vão sufocar as organizações populares, entre elas a de camponeses e trabalhadores rurais. Mas é justamente quando o regime dá sinais de esgotamento, na segunda metade dos anos 1970, que os camponeses voltam a se organizar. Conforme detalham Fernandes e Stedile (2005 [1999]), nesse período a intensificação do processo de mecanização da agricultura na Região Sul gera desemprego no campo. Alguns são forçados a migrarem para zonas urbanas; outros, motivados pelas políticas de incentivo da fronteira agrícola para o Centro-Oeste e Norte do país, chegam a se mudar para Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Rondônia, entretanto não encontram aí as condições necessárias para o restabelecimento enquanto agricultores familiares. A prioridade das políticas públicas era, para essa nova área, o estímulo à prática da agropecuária extensiva.

Do ponto de vista socioeconômico, os camponeses expulsos pela modernização da agricultura tiveram fechadas essas duas portas de saída – o êxodo para as cidades e para as fronteiras agrícolas. Isso obrigou-os a tomar duas decisões: tentar resistir no campo e buscar outras formas de luta pela terra nas próprias regiões onde viviam. É essa a base social que gerou o MST. Uma base social disposta a lutar, que não aceita nem a colonização nem a ida para a cidade como solução para seus problemas. Quer permanecer no campo e, sobretudo, na região onde vive. (FERNANDES; STEDILE, 2005 [1999], p. 17)

A citação acima explica por que as mobilizações camponesas que vão dar origem ao MST estão baseadas no centro-sul brasileiro. Fernandes e Stedile (2005 [1999]) afirmam que as Ligas Camponesas, surgidas na década de 1940 no Nordeste, servem de inspiração para o Movimento. O MST é caracterizado, por estas fontes, como sucessor das Ligas Camponesas propriamente ditas, sobretudo pela abrangência nacional do Movimento. As “Ligas” se constituem no Nordeste, mas em menos de dois anos já estão presentes em várias unidades da federação; o MST, emergido do Sul, também se expande imediatamente para outras partes do país.

Além das razões socioeconômicas já mencionadas e das Ligas Camponesas como referência, outro ponto marca a constituição do MST: o trabalho pastoral, notadamente da Igreja Católica e da Igreja Luterana. É o que ressaltam Fernandes e Stedile (2005 [1999], p.

19): “O surgimento da Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 1975, em Goiânia (GO), foi muito importante para a reorganização das lutas camponesas”. Os autores apontam a CPT como responsável por, entre outros aspectos, dar um “caráter nacional” ao MST em gestação no centro-sul brasileiro.

Fernandes e Stedile (2005 [1999], p. 23) sublinham que a luta pela redemocratização do país no início dos anos 1980, essencialmente urbana, foi também determinante para a formação do MST, isso porque “se a luta contra a ditadura militar não tivesse acontecido também na cidade, o MST não teria nascido. Não é possível isolar o surgimento do movimento, acreditando que ele é resultante apenas da vontade dos camponeses”.

A própria ditadura civil-militar instituída a partir de 1964 decorre de um golpe de Estado que teve a questão agrária como um dos principais motivadores (PRADO JÚNIOR, 1979). Entre as reformas de base que começavam a ser implementadas pelo presidente deposto, João Goulart, estava a agrária³⁰. Com o golpe de Estado, a primeira tentativa efetiva de se implementar uma reforma agrária no Brasil, levada a cabo por João Goulart, foi interrompida, observa Carter (2010, p. 37): “O primeiro decreto nacional de reforma agrária foi frustrado [pelo golpe militar], dias após sua promulgação pelo presidente João Goulart”. Ainda de acordo com Prado Jr. (1979), o processo de redistribuição de terras não só foi cessado em sua fase embrionária como, no pós-golpe, a concentração latifundiária se acentuou, “aliada à circunstância de que em geral é a grande propriedade que ocupa as terras mais favoráveis, seja pelas suas qualidades naturais, seja pela sua localização” (PRADO JÚNIOR, 1979, p. 17).

Inserido nesse cenário de embates ideológicos, políticos e econômicos, e em decorrência dessa mazela, de quase cinco séculos, é que nasce o MST, em 1984. Analisando os primeiros 20 anos de existência formal do MST, Sampaio (2010) considera que o Movimento foi fundamental para recolocar na agenda política a pauta da reforma agrária, em destaque nos anos 1950 e 1960, mas sufocada no pós-golpe de 1964. A pressão do MST foi importante para que instâncias políticas – no Executivo, no Legislativo e no Judiciário – lançassem um novo olhar sobre a luta. O discurso do Movimento em torno da importância da terra contribuiu também para por em xeque a lógica capitalista no campo:

O MST propugna pela exploração cooperativa da terra e pelo conceito de “terra de

30 No famoso comício da Central do Brasil, no Rio de Janeiro, em 13 de março de 1964, João Goulart anunciou, entre outras medidas reformistas, a desapropriação de terras localizadas às margens de rodovias, ferrovias e obras públicas, para destinação à reforma agrária (GRYNSZPAN, sem data identificada).

viver”, como sucedâneo do conceito de “terra de negócio” – que se explora com a única finalidade de obtenção de lucro. “Terra de viver” é o pedaço de terra com o qual o camponês sonha, a fim de ter um lugar onde viver dignamente e reproduzir sua família com o produto do trabalho desta – uma terra para conservar e embelecer. Tal concepção de produção camponesa está influenciando fortemente outros movimentos do campo, como o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA); o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB); o Movimento das Mulheres Agricultoras; os Povos das Florestas; a Comissão Pastoral da Terra (CPT). Ela constitui o embrião de um modelo de desenvolvimento agrícola alternativo, compatível com a retomada do projeto de construção nacional. (SAMPAIO, 2010, p. 405-406)

A construção desse discurso mobilizador é fruto, evidentemente, de uma série de estratégias e ações, inclusive no campo da Comunicação Social. Desde a fundação, por exemplo, o Movimento - em sua estrutura organizacional – reserva preocupação especial com a comunicação, interna (isto é, para com seus integrantes, militantes e simpatizantes) e externa (para com a sociedade em geral). Identificamos o MST como sendo um “produtor social” de que falam Toro A. e Werneck (1997, p. 38), isto é, um ator social (institucional, no caso) capaz de criar condições para a mobilização em torno de uma causa (a da reforma agrária e, de forma incisiva contemporaneamente, a democratização das comunicações), ao mesmo tempo que exerce a função de editor social. Esta, segundo Toro A. e Werneck (1997), é aquela assumida por um produtor social ao exercer a função de comunicador social.

No exercício dessa função de comunicador social, o MST, que já editava veículos de mídias convencionais (jornais, revistas, rádios), lança mão das novas tecnologias informacionais, à medida em que a internet se estabelece e se expande nas relações sociais. Sobre essas novas mídias mobilizadas pelo Movimento tratamos na seção próxima.

4.2 Tecnologias mobilizadas pelo MST na produção e circulação de discursos

Fundamentado nas concepções do pensador italiano Antônio Gramsci, cujos escritos servem de inspiração para a luta popular, Giannotti (2009 [2004], p. 156) afirma ser indispensável a movimentos sociais a dedicação ao desenvolvimento de políticas de comunicação. Estas são tão elementares quanto a própria bandeira-fim do movimento. Afinal, diz, “[na construção] de uma contra-hegemonia, é essencial tanto um programa de rádio ou a criação de um novo jornal quanto uma ocupação de fábricas, terras ou prédios urbanos”. Nesse contexto, Giannotti (2009 [2004]) identifica o MST justamente como uma organização que depende de estratégias comunicacionais para lograr êxito em sua luta:

Num exemplo atual de construção de hegemonia, os trabalhadores sem terra têm um amplo leque de atuação. Para chegar à reforma agrária, numa sociedade que acha naturalíssimo perpetuar a Casa Grande e a Senzala, é necessário criar um amplo consenso de sua necessidade a partir de mil instrumentos. Instrumentos de convencimento e de ação. Simultaneamente organizar ações e difundir ideias. (GIANNOTTI, 2009 [2004], p. 156)

Analisando o horário eleitoral gratuito das eleições presidenciais de 1989, Miguel (2006, p. 33) afirma que, “para qualquer discurso contra-hegemônico, isto é, que se coloca contra 'verdades' estabelecidas, é crucial encontrar mecanismos mais efetivos de comunicação com o público”. Justificando essa afirmação, o autor aponta o exemplo da “Rede Povo”, paródia à “Rede Globo”, e denominação do programa de televisão do então candidato Luís Inácio Lula da Silva. Para Miguel (2006), o programa conseguiu romper a barreira imposta pela mídia comercial ao discurso da esquerda brasileira, naquele pleito tendo em Lula, junto com Leonel Brizola, o principal representante. Conforme constatou o pesquisador, o programa eleitoral foi o grande responsável por fazer as intenções de voto de Lula dobrarem (de 7% para 14%) depois que o horário eleitoral gratuito começou a ser veiculado. Além disso, o discurso contra-hegemônico ali construído impulsionou Lula e seu partido (Partido dos Trabalhadores, PT) em eleições seguintes, na constatação do autor.

O MST, desde sua formação, entendeu que se dedicar à comunicação interna e externa seria fundamental para sua luta. O primeiro instrumento de comunicação do MST é, inclusive, anterior à sua constituição formal, conforme resgata Tejera (2012). A autora lembra que já no acampamento de Encruzilhada Natalino³¹, em 1980/1981, no Rio Grande do Sul, os trabalhadores rurais ali mobilizados criaram um boletim informativo, como meio de comunicação interna e com o intuito de transmitir informações à imprensa e à sociedade em geral. Era o “Boletim Informativo da Campanha de Solidariedade (...), feito de maneira artesanal, com reprodução em mimeógrafo” (TEJERA, 2012, p. 96). Esse informativo foi o embrião do Jornal Sem Terra, primeiro veículo de comunicação do MST, criado junto com a fundação do Movimento, em 1984.

O boletim, segundo Tejera (2012), era feito de forma voluntária pelo jornalista Fladimir Araújo, que acompanhava a mobilização de Encruzilhada Natalino como

31 Ainda segundo Tejera (2012, p. 84), o acampamento de Encruzilhada Natalino ocorreu entre dezembro de 1980 e agosto de 1981, evento assim nomeado porque aconteceu justo na faixa de servidão da estrada de Ronda Alta até Passo Fundo, na RS-324, onde, na encruzilhada, havia uma pequena venda de beira de estrada, um estabelecimento comercial típico do Interior do Estado, cujo dono se chamava Natalino. Nesse local os colonos sem-terra organizaram um acampamento, após terem sido expulsos das terras dos índios caingangues, em Nonoai”.

representante da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Com a formação do MST, em 1984, o *Jornal Sem Terra* é então oficializado como instrumento de comunicação do Movimento, e passa a ter “um formato mais bem elaborado, tanto na apresentação como no caráter editorial” (TEJERA, 2012, p. 96).

Tejera (2012) e Barbosa (2013)³² identificam a necessidade de se comunicar com sua base e de transmitir à sociedade a sua versão dos fatos como uma das preocupações do MST desde sua origem. Barbosa (2013, p. 8) considera que essa estratégia de comunicação não esteve/está restrita ao desenvolvimento de meios jornalísticos, como também envolve a prática de “marchas, manifestações, músicas, encenações teatrais, pinturas muralistas, além de outras simbologias”. Preocupação corroborada por Lira e Silva (2017), responsáveis pelo Setor de Comunicação do MST, entrevistados para esta pesquisa:

O MST se organiza em setores, tais como Educação, Saúde, Direitos Humanos (...) e o de Comunicação. Os setores correspondem às bandeiras políticas e organizacionais do Movimento, dentro do entendimento de que a reforma agrária vai além da distribuição de terras. Há outras lutas. Isso exige essa organização por setores (LIRA; SILVA, 2017, em entrevista pessoal a este pesquisador)

Apesar de mesmo antes de sua constituição formal o MST contar com veículos de comunicação, é apenas em 2000 que um setor específico para a área é criado (LIRA; SILVA, 2017). É também nesta época que o Movimento passa a se estabelecer no ciberespaço, com a criação de uma página na internet e, gradativamente, marcando presença em “redes sociais de comunicação digital” (CASTELLS, 2013, p. 166).

Ao se estabelecer nessas redes, o MST se apropria de um componente que Castells (2013, p. 166) classifica como “indispensável na prática e na organização” de movimentos populares. Na avaliação do autor, tais redes possibilitam a descentralização da produção da informação e ampliam o público interlocutor potencial, como discutido antes. Sob esta perspectiva, o pesquisador afirma que:

(...) é essencial enfatizar o papel basilar da comunicação na formação e nas práticas dos movimentos sociais, agora e ao longo da história. Porque as pessoas só podem desafiar a dominação conectando-se entre si, compartilhando sua indignação, sentindo o companheirismo e construindo projetos alternativos para si próprios e para a sociedade como um todo. (CASTELLS, 2013, p. 166)

Entre redes sociais de comunicação digital e meios convencionais, de acordo com Lira

32 Pesquisadores da área de Comunicação Social, com estudos relacionados ao MST.

e Silva (2017) o MST dispõe hoje (2017) dos seguintes veículos de comunicação, desenvolvidos ou mobilizados desde sua fundação em 1984, listados no quadro 4:

VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	CARACTERÍSTICAS PRINCIPAIS
Jornal Sem Terra	Nasceu junto com o MST, 1984. Dois anos depois, recebeu o Prêmio Vladimir Herzog, do Sindicato de Jornalistas de São Paulo. Chegou a ter 30 mil exemplares de tiragem. Voltado à base do Movimento. Desde a criação do site, está disponível na internet. A última edição postada, porém, é de dezembro de 2014. Tinha periodicidade mensal. Atualmente (2017), são produzidas edições especiais. A mais recente prevista sairia em janeiro de 2018, para o Encontro Nacional do MST
Rádios	Também remonta à origem do MST, como ação de comunicação menos centralizada, por meio de rádios livres e comunitárias de assentamentos do Movimento, muitas delas organizadas pelos próprios militantes. Nos eventos nacional, funciona a rádio “Brasil em Movimento”
Revista Sem Terra	Publicação bimestral, direcionada principalmente ao público que apoia o movimento, não tanto a acampados e assentados. Em decorrência dos altos custos de produção, a revista é produzida esporadicamente, seguindo alguma demanda específica (algum tema que precisa de ser abordado com profundidade, por exemplo).
Jornal Sem Terrinha	Criado em outubro de 2007, como encarte do Jornal Sem Terra, voltado às crianças. Também é utilizado nas ações de formação de acampados, assentados e militantes. Tem sido produzido uma vez por ano (em outubro, em referência ao Dia das Crianças)
Site (www.mst.org.br)	Criado em 1997. Traz informações gerais sobre o MST e seções com conteúdos dos mais variados perfis – jornalísticos, artísticos, vídeos documentais, fotografias etc.
Página Sem Terrinha	Criada em 2012, com conteúdo voltado às crianças. A página está linkada ao site do MST. Atualmente (2017) está, porém, sem conteúdo disponível, fora do ar.
Redes sociais	O MST incursa pelas redes sociais em 2009, criando perfis gradativamente naquelas mais massificadas. Em 2017, o MST se encontra presente no <i>twitter</i> , <i>facebook</i> , <i>youtube</i> , <i>flickr</i> e <i>instagram</i> .
Jornal Brasil de Fato	Não é exclusivamente do Movimento, mas tem o MST como principal constituinte da publicação, e é um veículo que o Movimento se utiliza para comunicar com a sociedade. Criado em 2003, com o intuito de noticiar os fatos à sociedade a partir do ponto de vista das esquerdas brasileiras, em contraponto à narrativa dos jornais das empresas de comunicação privadas.

Quadro 4 – Veículos de comunicação do MST | Fontes: Barbosa (2013) e o autor (2017).

Tejera (2012) ressalta que, mais do que a comunicação com a base, os veículos de mídia do MST historicamente sempre funcionaram como contraponto à narrativa dos fatos envolvendo o Movimento, feita em regra pela imprensa hegemônica. Segundo Lira e Silva

(2017), o objetivo do MST, ao desenvolver sua política de comunicação, “é o de se comunicar com a sociedade como um todo, porque se entende a necessidade de se comunicar com a sociedade sobre as bandeiras do Movimento”. Ainda assim, nesse sentido, “há interlocutores mais alcançados, como pesquisadores, estudiosos da questão agrária, simpatizantes, militantes, estudantes...”. São aqueles que Toro A. e Werneck (1997) definem como o “reeditor social”:

(...) é uma pessoa que tem público próprio, que é reconhecido socialmente, que tem a capacidade de negar, transformar, introduzir e criar sentidos frente a seu público, contribuindo suas formas de pensar, sentir e atuar. Os educadores são reeditores ativos. Por sua profissão e pela credibilidade que têm frente a seus alunos podem legitimamente introduzir, modificar ou negar mensagens, segundo circunstâncias e propósitos próprios. Um pároco, um gerente, um líder comunitário também são, pelas mesmas razões, reeditores. (TORO A.; WERNECK, 1997, p. 42)

Toro A. e Werneck (1997) explicam que reeditor social não é o mesmo que “multiplicador”, porque não é um mero replicador, intermediário de mensagens. Também não é o mesmo que “militante”, que busca a adesão a uma mobilização. O reeditor social interpreta, amplia, revaloriza, ressignifica, adéqua a mensagem às especificidades de seu público com o qual dialoga, de modo a viabilizar a compreensão e discussão dessa mensagem, e a convencer – e não “converter” - esse público.

A base do Movimento busca ser alcançada também, em especial pelas redes sociais digitais, afirma Lira e Silva (2017). Para isso, tenta-se uma “linguagem que qualquer pessoa consiga entender; uma linguagem ampla – não há preocupação de direcionamento da comunicação”. O discurso também é voltado para “mostrar o assentado, por meio de fotos, vídeos. É importante que o assentado se reconheça naquilo que o MST veicula”.

As constatações, em campo, de Alcântara e Santos (2017), casal integrante de um acampamento do MST em Sergipe, servem para apontar indícios de especificidades da base do Movimento, e o quanto elas podem favorecer ou comprometer o êxito da política comunicacional da organização. A dificuldade de acesso à internet, por exemplo, é um fator complicador. Alcântara e Santos (2017) informam não haver rede pública, de acesso livre – só quem possui plano contratado com alguma operadora de telefonia consegue obter sinal no acampamento. A deficiência de infraestrutura em telecomunicações inviabiliza, pois, o acesso às redes sociais, no acampamento. Indagamos se, apesar de tais empecilhos, há o hábito de se navegar pelas mídias do MST, entre aqueles que conseguem sinal.

Em entrevista para esta pesquisa, ambos disseram que até “seguem” o MST no

facebook, porém consideram que não é a principal fonte de informação dos acampados. Alcântara e Santos (2017) explicaram que há um grupo no canal de mensagens *whatsapp*, para comunicação entre os integrantes, e que geralmente o representante desse grupo “compartilha algumas notícias, relacionadas ao MST em Sergipe e outros estados, como o Paraná”. Observaram que pessoas que exercem atividades de relações sociais mais próximas, como o magistério, têm maior prática de ir direto ao conteúdo produzido e veiculado pelo MST, e compartilhar por conta própria, entre seus contatos. Ou seja, na prática exercem a função de reeditor social conceituada por Toro A. e Werneck (1997).

Dissemos que o MST atua ele próprio como um meio de comunicação – exercendo a função do “editor social” de que também tratam Toro A. e Werneck (1997, p. 43), que vem ser aquela “pessoa ou instituição” que faz a comunicação social. E como vimos, essa função é cumprida pelo MST desde sua origem, isto é, o uso das novas tecnologias informacionais não representa o marco inicial do processo de construção, pelo MST, de um contradiscurso à mídia hegemônica; representa, sim, a oportunidade de ampliar o alcance desse contradiscurso, seja pela maior facilidade de acesso a esse contradiscurso propiciado pelas novas tecnologias, seja pela multiplicidade de linguagens que a convergência de mídias permite.

A estrutura consideravelmente articulada do Setor de Comunicação do MST demonstra esforço em estabelecer diálogo mais intenso, aproximado e frequente com a sociedade. Lira e Silva (2017) explicam que em 20 dos 27 Estados o MST se encontra estabelecido com algum núcleo de comunicação, “as brigadas regionais, com pessoas [comunicadores] 'operando' na ponta”. Tais comunicadores nem sempre são profissionais com formação na área – em alguns locais, segundo as duas fontes, “há historiadores, agricultores, professores, designers, pessoal da tecnologia da informação”, reunindo um incontável número de participantes.

Nacionalmente, há duas instâncias – o Escritório Nacional do MST em Brasília e a Secretaria Nacional do Movimento em São Paulo, nos quais juntas em torno de dez pessoas trabalham. Não há, todavia, uma relação de subordinação entre as brigadas regionais e as instâncias nacionais, dizem Lira e Silva (2017): “Não tem hierarquia. É um processo horizontal de produção de conteúdo. Leva-se em conta a especificidade de cada Estado”.

Ambas as fontes acrescentam que o Setor de Comunicação se faz representar na Executiva Nacional do MST, onde participa dos debates e define as diretrizes das políticas para a área, por meio de seis “frentes”, com dois a três integrantes cada uma: frente do rádio, do audiovisual (“Brigada Eduardo Coutinho”), fotografia, assessoria de imprensa, tecnologia

da informação e produção de conteúdo e redes sociais digitais. Pontualmente a frente de produção de conteúdos e redes sociais digitais conta com três integrantes, e esta cuida do conteúdo das mídias digitais do MST. A construção de enunciados e seus discursos materializados se dá, conforme assinalam Lira e Silva (2017),

procurando a linguagem específica de cada rede social; na produção e publicação de *cards* comemorativos, relativos a datas especiais a acontecimentos; com a republicação de conteúdos de parceiros, isto é, de movimentos sociais, políticos alinhados ideologicamente com o MST, que compartilham lutas semelhantes. Busca-se ampliar a interatividade e o alcance do conteúdo produzido e publicado, por meio de parcerias com outros movimentos sociais, como a Via Campesina (LIRA; SILVA, 2017, em entrevista para esta pesquisa)

Como se observa, é um trabalho que vai ao encontro daquilo que Toro (2005, p. 60) incluiu como parte integrante do processo de mobilização social, de construção de cidadania, democracia e participação: o “criar condições para que as diferentes formas de ver, produzir e entender o mundo dos setores populares possam circular e competir, em igualdade de condições, assim como circulam os sentidos e símbolos dos setores dominantes”. A análise que segue sobre os dados gerados poderá indicar como esse intento tem sido, de fato, desenvolvido e logrado pelo MST.

5 O CONTRADISCURSO DO MST: REENQUADRAMENTOS E RELAÇÕES DIALÓGICAS

Conforme detalhado no capítulo de metodologia desta dissertação, partimos de três cadeias enunciativas para gerar os dados necessários à análise. São elas: i) constituída de um evento disparador de enunciados em torno do qual há evidente divergência da narrativa/discurso entre o MST e a imprensa hegemônica; ii) constituída de enunciações que tematizam, de modo explícito e crítico, a atuação da mídia empresarial hegemônica; e iii) aquela em que o MST discursa sobre a vida social (ora falando de si, de seus temas, suas lutas, sua orientação ideológica, seu *modus operandi*) e, nesse dizer, se opõe ao ponto de vista da mídia hegemônica.

Dessas três cadeias, identificamos enunciados produzidos pelo MST em tecnologias da informação e comunicação que trouxessem elementos constitutivos, a saber, tema, composição, estilo (léxicos, aspectos multissemióticos), sentidos que indicassem a construção de um contradiscurso àquele dos meios de comunicação hegemônicos. Neste capítulo, trazemos os resultados da análise propriamente dita.

Começamos a apresentação pela cadeia formada de enunciados relacionados a um evento disparador, em torno do qual se identificou evidente divergência da narrativa/discurso entre o MST e a imprensa hegemônica. Tal cadeia analisada teve como evento disparador de enunciados uma operação policial que culminou com a invasão da Escola Nacional Florestan Fernandes, mantida pelo MST. Dessa cadeia enunciativa, geramos dados a partir do perfil do Movimento no *twitter* – textos em evidente contraponto à narrativa de portais de notícias sobre o referido episódio.

Em seguida, tratamos da cadeia de enunciados do MST os quais tematizam, explícita e criticamente, a atuação da mídia empresarial hegemônica. Neste caso, as enunciações fazem menção ao oligopólio das comunicações no Brasil, por grandes corporações privadas. Selecionamos textos tanto no *twitter* como no *facebook*, redes digitais recorrentemente utilizadas pelo Movimento para se posicionar sobre o assunto.

Por fim, trazemos a análise de enunciados que compõem a cadeia enunciativa em que o MST discursa sobre a vida social, opondo-se ao ponto de vista da mídia hegemônica. Enunciados no *twitter*, no *facebook* e no *youtube* constituem o objeto de análise dessa terceira cadeia enunciativa.

5.1 Contradiscurso ao da imprensa hegemônica, pelo *twitter*

Em seu projeto de dizer, o MST recorre com regularidade à rede social *twitter* para se enunciar sobre suas bandeiras de luta e, mais que isso, sobre questões diversas acerca da vida política, econômica e social brasileira. Observamos que o perfil do MST no *twitter* é utilizado também para contestar a cobertura jornalística dos meios de comunicação de grandes conglomerados (a “grande mídia”, a mídia hegemônica) e, principalmente, para a construção de um discurso de oposição à narrativa dessa cobertura.

A função exercida pelo *twitter* se mostra favorável a esse projeto do MST. Essa tecnologia informacional/comunicacional não está entre as redes sociais digitais com maior número de usuário no país; entretanto, é regular e intensamente utilizada pelas elites políticas e formadores de opinião (BRASIL, 2014, p. 50). É uma rede muito utilizada por jornalistas, lideranças políticas e sociais, e figuras públicas como intelectuais, artistas, atletas, influenciadores digitais. O *twitter* completou em 2016³³ um decênio de existência. Trata-se de um microblog, no qual as mensagens expressas são curtas, constituídas de textos verbais escritos de no máximo 280 caracteres³⁴. Composto as mensagens – ou tuítes – não raro estão também outras linguagens, como a visual (fotografia, ilustrações, gráficos) e a audiovisual (vídeos rápidos, geralmente de menos de 1 minuto).

Recuero (2011) define redes sociais (digitais) como espaços mediados por computador pelos quais indivíduos estabelecem laços, interações sociais. A autora divide esses espaços – sites – em pelo menos duas categorias: sites de redes sociais e sites de redes sociais apropriados. Os sites de redes sociais propriamente ditos são aqueles “cujo foco principal está na exposição pública das redes conectadas aos atores, ou seja, cuja finalidade está relacionada à publicação das redes” (RECUERO, p. 2011, p. 104). Nesse grupo estão, por exemplo, o *facebook*, *linkedin*, e já esteve o *orkut*³⁵.

Já os “sites de redes sociais apropriados” são aqueles que originalmente não foram constituídos como redes sociais digitais, mas que foram apropriados pelos atores (usuários) para essa finalidade. O *twitter* faz parte desse grupo, segundo Recuero (2011). O site surgiu

33 Segundo Recuero (2011), o *twitter* foi criado em 2006, por Jack Dorsey, Biz Stone e Evan Williams, como um projeto de uma empresa denominada Odeo.

34 Em novembro de 2017, durante o desenvolvimento desta pesquisa, o Twitter aumentou o limite para 280 caracteres. Até então, eram 140. As postagens analisadas foram publicadas ainda sob o teto de 140 caracteres.

35 Criado em 2001 por Orkut Buyukkokten, o site de rede social foi lançado em 2004 pelo Google, quando imediatamente se expandiu (RECUERO 2011). Em julho de 2014, já preterido por outras redes sociais, foi tirado do ar.

como um microblog, todavia passou a ser utilizado pelos interlocutores desse ambiente como um site de interatividade imediata. Ocorre aquilo que Barton e Lee (2015) apontam: o enunciador mobilizando e estabelecendo novas relações de linguagens, para dar conta de atender as especificidades de cada esfera discursiva, e criando novas funções para essas esferas.

Diante de tais características do *twitter* – ser utilizada pelos que Toro A. e Werneck (1997) chamam de reeditores sociais e ter se estabelecido como site de rede social – o MST lança mão de tal tecnologia para, entre outros propósitos, construir um discurso que se opõe à narrativa da mídia hegemônica sobre determinados episódios. Verificamos esse uso no já mencionado evento disparador de enunciados – a invasão, por agentes policiais, da Escola Nacional Florestan Fernandes³⁶. A invasão ocorreu na manhã de 4 de novembro de 2016, e foi resultado de uma operação - batizada de “Operação Castra” - desencadeada por um *pool* de forças policiais de três Estados - além de São Paulo, envolveu Mato Grosso do Sul e Paraná³⁷.

Identificamos acerca desse evento uma cadeia de enunciados divergentes em relação ao ocorrido. É explícita a diferença de narrativa do episódio feita por veículos de comunicação tradicionais e a feita pelo MST, via seu perfil no *twitter*. A comparação entre um e outro conjunto de enunciados (meios de comunicação tradicionais *versus* meios do MST) nos ajuda a identificar: i) o discurso recorrente nos meios tradicionais, hegemônico, sobre o MST ou questões que tenham alguma relação com o Movimento; ii) o discurso do Movimento, que vem a ser um contradiscurso àquele produzido pela mídia hegemônica.

Assim, antes de trazermos a análise dos enunciados/postagens feitas pelo MST, vale apresentar alguns textos noticiosos, sobre o evento em questão, produzidos por portais jornalísticos na internet. Selecionamos os sites dos jornais Folha de S. Paulo e O Estado de São Paulo, ambos privados, e os de maior circulação e tradição no país; o portal G1, pertencente às Organizações Globo, maior conglomerado privado de veículos de comunicação do Brasil; e ainda da Agência Brasil, agência de notícias da Empresa Brasil de Comunicação (EBC, estatal do governo federal), e que é fonte para jornais e sites de notícias de todas as partes do país, já que o conteúdo ali publicado pode ser veiculado livremente por qualquer

36 A Escola Nacional Florestan Fernandes é uma unidade de ensino mantida pelo MST no município de Guararema (SP), fundada em 2005. É hoje referência para movimentos populares de todo o mundo.

37 De acordo com versão oficial da Polícia Civil do Paraná, publicada na agência de notícias do Governo do Estado, “a investigação (...) começou em março de 2016, após reuniões na Secretaria da Segurança Pública do Paraná, em Curitiba, nas quais foram relatadas uma série de denúncias de supostos crimes no município de Quedas do Iguaçu”. Disponível em <<http://www.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=91485>>. Acesso em 13/12/2016.

veículo de comunicação – privado, estatal, público, comunitário ou alternativo.

No quadro a seguir (5), é apresentado um resumo de como cada um desses sites citados noticiou o episódio³⁸. Dos quatro sites listados, o primeiro a noticiar foi o da Folha de S. Paulo (12h08). O horário é anterior ao da versão dada, às 12h22, pelo MST (quadro 6). Já a matéria do G1 foi ao ar às 15h11; a do Estado de São Paulo (Estadão), por sua vez, às 16h20. O texto da Agência Brasil foi publicado às 17h55. Ou seja, com exceção da matéria da Folha de S. Paulo, todas as demais vieram depois que o MST já tinha apresentado sua versão.

Pertinente fazer a seguinte observação: o link da matéria do Estadão (<<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,policia-invade-escola-de-formacao-do-mst-no-interior-de-sao-paulo,10000086427>>) indica que antes da versão definitiva uma outra chegou a ir ao ar com uma narrativa diferente, que convergia com a versão noticiada pelo MST. Isso é perceptível porque o link traz termos os quais mostram que a chamada da matéria ressaltava a “invasão” da escola, e não uma simples operação policial como a posteriori foi enfatizado no texto.

Por alguma razão que não se pôde averiguar para esta pesquisa, o texto original foi alterado. Como link gerado indica que a matéria primeira foi publicada no ciberespaço, caso tal link também fosse modificado, aquele já criado e em circulação, ao ser buscado, não seria encontrado pelo internauta (o site acusa como “página não encontrada” ou algum erro similar). Isso prejudicaria o acesso ao site e, em termos comerciais, representaria perda de “consumidores” do conteúdo; por tabela, perda de visibilidade para anúncios. Logo, a opção comum em casos assim é modificar o conteúdo, mas manter o link original, ainda que o link traga léxicos excluídos com as modificações.

Consideramos relevante apresentar tal explicação porque ele ilustra os padrões de manipulação na grande imprensa abordados por Abramo (2016 [1988]), dos quais resultam narrativas indignas da realidade factual –, e portanto, passíveis de desconstrução, ou de contraponto, por parte de atores de mídia alternativa, entre os quais o MST. Isto posto, passamos ao quadro 5:

38 As matérias completas estão disponíveis no seguintes endereços:: i) Folha de S. Paulo: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/11/1829300-policia-cerca-escola-de-sem-terra-no-interior-de-sp.shtml>>; ii) O Estado de São Paulo: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,policia-invade-escola-de-formacao-do-mst-no-interior-de-sao-paulo,10000086427>>; iii) G1: <<http://g1.globo.com/pr/oeste-sudoeste/noticia/2016/11/policia-civil-faz-operacao-contraintegrantes-do-mst-em-3-estados.html>>; iv) Agência Brasil: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-11/policia-civil-do-parana-prende-oito-pessoas-em-operacao-contrao-mst>>. Acessos em 13/12/2016.

SITE	TÍTULO DA MATÉRIA	INÍCIO DA MATÉRIA (LIDE)
FOLHA DE S. PAULO	Operação policial em escola do MST tem confronto e dois sem-terra detidos	Uma operação deflagrada pela Polícia Civil de São Paulo na manhã desta sexta-feira (4) na escola nacional Florestan Fernandes, [sic] terminou em confronto com militantes do MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra) e dois detidos.
O ESTADO DE SÃO PAULO	Escola de formação do MST é alvo de ação policial, no interior de São Paulo	GUARAREMA - A Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), de formação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), foi alvo de ação policial nesta sexta-feira, 4. Segundo a Secretaria de Estado de Segurança de São Paulo, a diligência foi executada pela Polícia Civil de Mogi das Cruzes, a pedido da Polícia Civil do Paraná, para cumprir um mandado de prisão contra Margareth Barbosa de Souza, que estaria na escola. De acordo com a instituição, Margareth não se encontrava no local nem teria relação com a escola.
G1	Polícia Civil faz operação contra integrantes do MST em 3 estados	A Polícia Civil do Paraná faz uma operação na manhã desta sexta-feira (4) contra integrantes do MST suspeitos de participar de uma organização criminosa investigada por furto e dano qualificado, roubo, invasão de propriedade, incêndio criminoso, cárcere privado e porte de arma ilegal, entre outros crimes. De acordo com a polícia eles mantinham uma espécie de milícia privada. A ação foi batizada de "Castra", que traduzido do latim significa latifúndio, e ocorre em Quedas do Iguaçu, Francisco Beltrão e Laranjeiras do Sul, no Paraná; e também em São Paulo e em Mato Grosso do Sul.
AGÊNCIA BRASIL	Oito pessoas são presas pela Polícia Civil do Paraná em operação contra o MST	Oito pessoas foram presas hoje (4) na Operação Castra, deflagrada pela Polícia Civil do Paraná. A operação tem como alvo integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). A Justiça autorizou o cumprimento de 14 mandados de prisão preventiva nas cidades de Quedas do Iguaçu, Francisco Beltrão e Laranjeiras, no interior do Paraná; e em São Paulo e Mato Grosso do Sul.

Quadro 5 – Invasão da Escola Nacional Florestan Fernandes noticiada por portais. Fontes diversas³⁹.

O mesmo episódio de que tratam as matérias listadas no quadro 5 foi assim noticiado pelo MST⁴⁰ em seu site:

TÍTULO	Polícia invade ENFF sem mandado de busca e apreensão
Lide	Na manhã desta sexta-feira (04), cerca de 10 viaturas da polícia civil invadiram a Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF) em Guararema, São Paulo. De acordo os relatos, os policiais chegaram por volta das 09h25, pularam o portão da Escola e a janela da recepção e entraram atirando em direção às pessoas que se encontravam na escola. Os estilhaços de balas recolhidos comprovam que nenhuma delas são de borracha e sim letais.

Quadro 6 – Notícia da invasão policial na Escola Nacional Florestan Fernandes produzida pelo MST

Percebemos nesse evento disparador de enunciados a ocorrência daquilo que Bakhtin (2014 [1920-1970]) entende como as **forças centrífugas** em ação desestabilizando o poder das **forças centrípetas**. O entendimento bakhtiniano, construído a partir de reflexões em torno do gênero literário romance, identifica as forças centrípetas como aquelas oficiais e

39 As fontes estão listadas na nota de rodapé 35, na página 75, quando o texto faz referência às matérias.

40 Disponível em <<http://www.mst.org.br/2016/11/04/policia-invade-enff-sem-mandato-de-busca-e-apreensao.html>>. Acesso em 13/12/2016.

hegemônicas, que agem no sentido de dar à língua uma centralidade, uma padronização, uma unicidade que esconde justamente o plurilinguismo, os múltiplos estilos e vozes da linguagem. Em contraposição, forças outras atuam de modo a desestabilizar essa centralidade e unificação, buscando desconstruir a hegemonia estabelecida. São as centrífugas.

A partir do disparador em questão – a invasão da Escola Nacional Florestan Fernandes – identificamos nos discursos (isto é, na linguagem) essa disputa nas relações sociais, políticas e ideológicas no embate de narrativas. Enquanto de um lado temos, nas narrativas, as forças centrípetas representadas pela mídia hegemônica e suas enunciações que buscam tornar o discurso da ocorrência da operação policial como o dominante, único válido, temos de outro lado as forças centrífugas – operadas por diversos atores sociais, mas aqui representadas pelo MST – esmerando-se em desestabilizar o discurso que se alça como o centralizador, o único, o predominante.

A cobertura jornalística dos meios tradicionais nos faz crer na normalidade da operação, objeto de resistência dos “investigados”, da qual teria se originado um conflito. Estamos falando de uma cobertura realizada por meios de grande circulação e penetração na sociedade – Folha de S. Paulo, Estadão, G1, Agência Brasil -, portanto os meios hegemônicos. Em contraposição, um produtor social (MST) exercendo sua função de editor social (sendo ele próprio um veículo de comunicação), recorrendo a produtores sociais de posicionamento semelhante (demonstrado pelo enquadramento de discursos outros, regularidade verificada e que será abordada mais adiante nesta análise), tenta descentralizar esse poder, essa hegemonia da comunicação. Ou seja,

“(…) ao lado das forças centrípetas caminha o trabalho contínuo das forças centrífugas da língua, ao lado da centralização verbo ideológica e da união caminham ininterruptamente os processos de descentralização e desunificação. (BAKHTIN, 2014 [1920-1970], p. 82)

Assim, o comparativo que fizemos, sintetizado nos quadros 5 e 6, e que demonstra o embate discursivo entre as forças centrípetas e centrífugas, é imprescindível para entendermos as enunciações do MST trazidas logo mais adiante, sobre o episódio em questão. Porque tudo o que foi dito sobre o evento, ou sobre fatos e acontecimentos anteriores que envolvem atores do evento (como o próprio MST); as relações sociais, políticas e ideológicas – a disputa por espaço e poder – entre as forças centrípetas e centrífugas, tudo isso vai de alguma forma constituir a enunciação (e, principalmente, o discurso nela materializado). Afinal, como já

dissemos, “a situação social mais imediata e o meio social mais amplo determinam completamente (...) a estrutura da enunciação” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2006 [1929], p. 117). Ou ainda:

Cada enunciação concreta do sujeito do discurso constitui o ponto de aplicação das forças centrípetas como das centrífugas (...) Cada enunciação que participa de uma “língua única” (das forças centrípetas e das tendências) pertence também, ao mesmo tempo, ao plurilinguismo social e histórico (às forças centrífugas e estratificadoras). (BAKHTIN, 2014 [1920-1970], p. 82)

Enquanto no site do MST a ênfase em torno do episódio é dada ao fato de a operação policial ocorrida na Escola Nacional Florestan Fernandes ter se desenrolado “sem mandado de busca e apreensão” (o que seria ilegal e, portanto, gravíssimo), nos demais veículos de comunicação isso foi ignorado/omitido nos elementos de destaque da notícia (título, subtítulo/lide, foto principal e legenda). Tanto em O Estado de São Paulo, como no G1 e na Agência Brasil, os elementos de destaque se restringem a relatar uma operação policial como se esta tivesse ocorrido dentro da normalidade.

Apenas no oitavo parágrafo, de um total de 12, o texto da Agência Brasil vai mencionar a possível falta de mandado judicial por parte da polícia em Guararema. Está na referida matéria: “(...) *Em nota, o movimento diz que a polícia entrou no local sem apresentar mandado judicial. 'O MST repudia a ação da polícia de São Paulo e exige que o governo e as instituições competentes tomem as medidas cabíveis nesse processo. Somos um movimento que luta pela democratização do acesso à terra no país e a ação descabida da polícia fere direitos constitucionais e democráticos', diz o comunicado*”. Note-se que o texto não assume a denúncia da ilegalidade; apenas “terceiriza” essa denúncia para o MST, ao reenunciar a fala do Movimento.

Os demais veículos se limitaram, em suas matérias, a reproduzir trechos de nota do MST, a qual fala da “ilegalidade” da operação. Não fazem, porém, menção explícita à denúncia de que a polícia paulista não dispunha de ordem para entrar à força na Escola Nacional Florestan Fernandes. É como se tais veículos se abstivessem, diante de seus interlocutores, de corroborarem ou não a denúncia. É o que diz, por exemplo, este excerto da matéria da Folha de S. Paulo: “(...) *Segundo o MST, a ação foi ilegal. 'O MST repudia a ação da polícia de São Paulo e exige que o governo e as instituições competentes tomem as medidas cabíveis nesse processo. Somos um movimento que luta pela democratização do acesso a terra no país e a ação descabida da polícia fere direitos constitucionais e*

democráticos', afirmou, em nota.” O texto da Folha de S. Paulo não expõe o motivo pelo qual o MST classifica a ação como “ilegal”. Traz apenas relatos de integrantes do Movimento se queixando da truculência dos policiais, inclusive contra um trabalhador sem terra portador de Mal de Parkinson, e ameaçando chegar a uma área onde se situa o parquinho para crianças. Ou seja, embora o referido jornal até dê voz ao MST, minimiza-a com a opção lexical assumida; afinal, ao dizer “segundo o MST” (e não, por exemplo, “a reportagem apurou”, como costuma ocorrer), deixa para que os interlocutores, de acordo com a confiança que tenham ou não no Movimento, acreditem ou não na ilegalidade da operação denunciada. No máximo, podem vir a concordar com a truculência, porém sem enxergar a ilegalidade preexistente, “alegada” pelo Movimento.

As primeiras manifestações do MST no *twitter* sobre o acontecimento em Guararema ocorreram no final da manhã de 4 de novembro de 2016. Em um intervalo de pouco mais de meia hora (11h27 às 12h09), foram quatro enunciações (tuítes) do MST. Todas elas com construção lexical bastante semelhante, em estilo objetivo, direto, denunciando a “invasão” da mencionada escola, e não “operação policial”, como se referiram os portais noticiosos tradicionais (quadro 5). Ao classificar como “invasão”, apenas com esta palavra o MST já expõe a ilegalidade da ação, detalhada mais adiante com a explicação de que não havia ordem judicial para aquela ação, e criticando a truculência dos agentes. Por sua vez, o termo “operação policial”, optado pela imprensa hegemônica, transmite de imediato uma impressão de normalidade, de execução de uma atividade de rotina, de uma investigação em prol da segurança pública.

Destacamos a seguir, na figura 2, o terceiro dos quatro tuítes, porque, tecendo o discurso da “invasão”, o MST enunciou-se sincretizando o texto verbal (a palavra “invasão”, precisamente) e fotografia, a qual mostra um policial (supõe-se) apontando uma arma para possíveis integrantes ou militantes do Movimento:



Anote-se que, além de informar a invasão (“Polícia invade a @ENFF_Oficial”), a enunciação do Movimento convoca seu auditório social a se solidarizar (“#TodoApoioAoMST”). Além disso, ao afirmar que “#LutarÉUmDireito”, responde a um já dito sobre o MST, construído axiológica e historicamente, que aponta para um histórico de discursos que questionam a forma de atuação do Movimento, criminalizando-o. Sobressai-se nesse discurso o flagra captado pela fotografia (agente apontando uma arma para outras pessoas). O recurso multissemiótico fortalece o discurso construído na enunciação. É como se a imagem “provasse” aquilo que as palavras expressam.

Suponhamos que a enunciação fosse produzida apenas com o texto verbal escrito (“Polícia invade a @ENFF_Oficial”). Soaria como um informe, pelo qual se poderia questionar sobre quais parâmetros o MST considerou se tratar de uma “invasão” da polícia, uma vez que em outras narrativas (da imprensa hegemônica) esse fato é tratado meramente como um ponto de vista. Ao construir uma enunciação multissemiótica, a fotografia constituinte do enunciado apresenta ao interlocutor uma imagem cujos elementos – um homem, provavelmente um policial, apontando uma arma para um grupo de pessoas aparentemente na defensiva – constrói o significado da “invasão”.

Como salienta Santaella (2007, p. 24), as novas formas de interação comunicativa

demandam linguagem múltiplas: “Texto, imagem e som já não são o que costumavam ser. Deslizam uns para os outros, sobrepõem-se, complementam-se, confraternizam-se, unem-se, separam-se e entrecruzam-se”. Assim, ao se discursar por uma rede social de comunicação interativa como o *twitter*, ganha força, relevância o enunciado que mobiliza, e se constitui, das mais variadas linguagens. Mostra disso é que, durante uma semana – do dia da invasão, 4 de novembro, até 11 de novembro – o MST produziu em seu perfil no *twitter* 150 textos/enunciados sobre o evento. Praticamente todos os tuítes se mostravam como enunciados multissemióticos, isto é, sincretizando múltiplas linguagens – os até 140 caracteres de texto verbal escrito, fotografia e vídeos.

Nesse universo de tuítes produzidos, constatamos ser recorrente a ocorrência do **enquadramento** de que fala Bakhtin (2014 [1920-1970]). Isso porque dos 150 tuítes, 20% deles se referem aos chamados “RTs” (“retuítes”), isto é, textos/enunciados (tuítes propriamente ditos) produzidos por outrem e que são republicados (“retuitados”) por um determinado perfil. Temos, pois, o retuíte como um “enquadramento” de um discurso terceiro, seja como forma de referendar aquele discurso, seja como forma de rechaçar ou colocar para reflexão a seu auditório; seja ainda para ironizar ou denunciar alguma aberração (uma distorção absurda dos fatos, por exemplo).

Os enunciados de terceiros que o MST retuitou – um total de 30 – ao serem enquadrados pelo Movimento materializam um discurso que corrobora a narrativa que o MST fez do episódio em suas primeiras enunciações sobre o evento, qual seja a de que a Escola Nacional Florestan Fernandes tinha sido alvo de uma invasão por forças policiais. Esses enunciados reenquadrados nem sempre expressam a palavra “invasão”, mas manifestam “apoio”, “solidariedade” ao Movimento – denotando, pois, enxergarem a “operação” como, em verdade, uma ação violenta contra integrantes do MST, em sua escola de formação. Como diz Bakhtin (2014 [1920-1970]), o enquadramento representa, entre outras características, a manifestação da relação dialógica inerente à linguagem:

A palavra alheia introduzida no contexto do discurso estabelece com o discurso que enquadra não um contexto mecânico, mas uma amálgama química (no plano do sentido e da expressão); o grau de influência mútua do diálogo pode ser imenso (...) Assim como a formação, também o enquadramento do discurso de outrem (...) exprimem um ato único de relação dialógica com este discurso, o qual determina todo o caráter da transmissão e todas as transformações de acento e de sentido que ocorrem nele no decorrer desta transmissão. (BAKHTIN, 2014 [1920-1970], p. 141)

A entonação e o sentido das enunciações primeiras são realçados pelo enquadramento

aplicado pelo MST, e esse realce ocorre muito em função dos autores daquelas enunciações primárias. São instituições, artistas, lideranças sociais e políticas de considerável envergadura para a arena discursiva em que os tuítes do MST circulam e para o auditório social com o qual o Movimento dialoga. Por mais que, no enquadramento, o MST em nada altere a postagem original (ela é reproduzida, por meio do retuíte, sem modificações – o retuíte é uma simples replicação do tuíte primeiro) – a enunciação reenquadrada ganha um significado reacentuado, impactante, uma outra força valorativa, em função do contexto em que se (re)apresenta. Conforme observa Bakhtin (2014 [1920-1970], p. 141), “por maior que seja a precisão com que é transmitido, o discurso de outro incluído no contexto sempre está submetido a notáveis transformações de significado”.

Essa ressignificação de entonação e valorativa ocorre também, conforme já explicamos, porque a enunciação é definida pelos participantes da interação discursiva, pelo que já foi dito sobre o tema e pelas possíveis respostas a surgirem. Temos uma situação bem pontual – a operação/invasão policial da Escola Nacional Florestan Fernandes – e participantes da interação discursiva de esferas distintas (imprensa tradicional, imprensa alternativa, lideranças políticas, artistas, intelectuais), em uma arena discursiva acirrada (a palavra como espaço de luta de classes e de interesses intensa). Ao enquadrar uma enunciação primeira, para constituir a sua, o MST leva em conta não só o enunciado a ser enquadrado, mas discursos em torno daquele assunto concomitantemente sendo produzidos pelos demais “participantes do ato de fala”.

A figura 3 trata de um caso de ressignificação de tom e valor do enunciado original, depois de enquadrado pelo MST. Temos dois tuítes do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, que foram apenas retuitados - isto é, o Movimento não alterou em nada o conteúdo do texto original, somente o replicou a seus seguidores no *twitter*. No entanto, no auditório social em questão, aquele enunciado, “do Lula!”, encampado pelo MST, e em sintonia com o discurso do Movimento, se reacentua consideravelmente. Para os interlocutores simpatizantes do ex-presidente, a fala do MST ganha em credibilidade; aos antipáticos, o descrédito se reafirma.



As palavras do ex-presidente Lula, nos tuítes reproduzidos na figura 3, ocorreram um dia depois do acontecido na Escola Nacional Florestan Fernandes, durante um ato em solidariedade ao Movimento, na própria escola. Os enunciados de Lula reenquadrados endossam o contradiscurso do MST à narrativa da mídia hegemônica sobre a invasão do espaço e ao discurso de criminalização de movimentos sociais como o MST. Isso está explícito na expressão *#Lutarnãoécrime*, uma resposta ao discurso recorrente na mídia hegemônica de criminalização do Movimento, e à própria operação policial, marcada pela invasão de agentes, pela truculência, pela arma em punho apontada a integrantes do movimento (figura 2) – como se fossem 'criminosos', 'bandidos' perigosos, prestes a atacar as forças de 'segurança pública'. Implicitamente, está também no ambiente de conagração, harmonia, emoção denotados pela fotografia que constitui um dos enunciados, e frisado nas palavras do ex-presidente, quando diz “estar linda” a Escola Nacional Florestan Fernandes, “do @MST_Oficial”, conforme enfatiza a postagem.

Na figura 4, a seguir, um outro caso de enquadramento que valora o discurso alheio a partir da relevância (posição social) que o autor do texto primeiro tem perante o auditório social daquele enunciado. O autor em questão é o ator Wagner Moura, militante de causas

ambientais e sociais, e que em diversas outras oportunidades já havia se manifestado declarando admiração pelo MST, pela sua luta, sua historicidade, sua forma de atuação. Todo o histórico de já-ditos por Wagner Moura, portanto, torna o ator figura conhecida entre os interlocutores habituais do Movimento:



Figura 4: Discurso reenquadrado, do ator Wagner Moura.
Fonte: http://twitter.com/MST_Oficial

O pronunciamento de Wagner Moura sobre a invasão da Escola Nacional Florestan Fernandes se deu no mesmo dia do evento. Foi reenquadrado pelo MST a partir de um enquadramento anterior – feito pelo perfil da Central dos Trabalhadores do Brasil (@portalCTB) no *twitter*. O ator fala por meio de um vídeo, em que manifesta solidariedade ao MST e reafirma o discurso da ilegalidade da operação policial difundido pelo Movimento, ao considerar a operação um “ataque”. Mais do que o texto verbal escrito “@WagnerMoura”, o reenquadramento lança mão da imagem do ator. O rosto, em close, reproduzido no *frame* do vídeo, põe Wagner Moura em diálogo face a face com o interlocutor do MST.

Esses dois retuítes dados pelo MST (figuras 2 e 3), e outros 28, sobre a invasão da Escola Nacional Florestan Fernandes, têm como autores perfis de pessoas físicas ou de organizações sociais, veículos de mídia alternativa e figuras políticas alinhados às bandeiras de luta do Movimento, e de significativa representatividade e peso no espectro político, ideológico e partidário de esquerda. Listamos alguns deles no quadro 7:

AUTOR	ENUNCIÇÃO MULTISSEMIÓTICA
@LulaPeloBrasil (Ex-presidente Lula)	Texto verbal escrito “Escola Nacional Florestan Fernandes do @MST_Oficial está linda! Solidariedade ao MST! #Lutarnãoécrime” sincretizado a fotografia do ato em solidariedade ao MST, ocorrido na Escola Nacional Florestan Fernandes em 05/11/2016
@dilmabr (Ex-presidente Dilma Rousseff)	Texto verbal escrito “Dilma: Não vamos ficar calados diante da banalização da violência do Estado https://goo.gl/D2VZCv #SolidariedadeAoMST” sincretizado a hiperlink para nota assinada por Dilma Rousseff, publicada em seu blog.
@luizaerundina (Deputada federal Luiza Erundina, Psol-SP)	Textos verbais escritos “1. Repudiamos veementemente a arbitrariedade da Polícia de SP que invade escolas, como aconteceu ontem à noite na Escola Paula Souza (...) 2. E hoje cedo, na Escola Nacional Florestan Fernandes, inclusive sem autorização judicial. (...)”, sem outros elementos semióticos
@PortalCTB (Central dos Trabalhadores do Brasil)	Texto escrito “@WagnerMoura se solidariza com @MST_Oficial ataque na Escola Nacional Florestan Fernandes. #LutarÉumDireito [+] http://alturl.com/t5jrp ”, sincretizado com vídeo de 31 segundos com depoimento do ator Wagner Moura, “de absoluto repúdio ao acontecimento”, e hiperlink para matéria no portal da CTB sobre a manifestação do ator.
@j_livres (coletivo Jornalistas Livres)	Texto verbal escrito “Polícia visa prender militantes do MST, reeditando a tese de que movimentos sociais são organizações criminosas http://www.mst.org.br/2016/11/04/(...) ”, sincretizado com vídeo de 54 segundos com imagens da invasão e da truculência policial, mais hiperlink para matéria na página do MST sobre a invasão.
@LindbergFarias (senador Lindberg Farias, PT-RJ)	Texto verbal escrito “As cenas do vandalismo da polícia: trata-se de uma INVASÃO CRIMINOSA com disfarce de operação. A ENFF é uma escola!”, sincretizado com vídeo de 50 segundos com imagens da invasão e da truculência policial.
@agenciapublica (Agência Pública - agência de notícias)	Texto verbal escrito “Polícia invade Escola Florestan Fernandes, do MST, sem mandado judicial. http://www.mst.org.br/2016/11/04/policia-invade(...) ”, sincretizado com foto de uma bala de armamento segurada possivelmente por um integrantes do movimento, mais hiperlink para matéria na página do MST sobre a invasão.
@MidiaNINJA (coletivo Mídia Ninja)	Texto verbal escrito “Em ação arbitrária policiais levam 2 pessoas detidas na Escola Nacional Florestan Fernandes, do @MST_Oficial”, sincretizado com foto de policiais armados na área externa da escola. Há uma pessoa (possivelmente integrante do movimento) caído ao chão.
@VIOMUNDO (Blog Vi o Mundo)	Texto verbal escrito “Policiais invadem escola do MST; já entraram atirando, havia crianças e idosos no local; veja o vídeo http://www.viomundo.com.br/denuncias/policiais-invadem(...) via @viomundo”, sincretizado com foto de policial apontando arma para integrantes do MST, mais hiperlink para matéria na página do Vi o Mundo, com dois vídeos mostrando a invasão e a truculência policial.

Quadro 7 – Retuítas do MST sobre a invasão da Escola Nacional Florestan Fernandes. | Fonte: http://twitter.com/MST_Oficial.

Tanto as duas enunciações reproduzidas (figuras 1, 2 e 3) como os tuítas listados no quadro 7 confirmam o enquadramento de discursos de outrem como uma regularidade identificada nesse projeto de dizer do MST – qual seja, o de engendrar uma contra-narrativa à narrativa dos veículos jornalísticos hegemônicos. São textos primeiros cujas mensagens, opiniões e posicionamentos neles expressos coadunam com as do Movimento. Infere-se que,

ao encampar e reenunciar vozes assim, o MST busca evidenciar que a sua voz é, de certa forma, chancelada e tem validade na perspectiva de políticos, organizações, intelectuais e veículos de mídia com significativa representatividade social.

Ou seja, o MST traz vozes outras que corroboram com o seu horizonte valorativo, validam esse enunciado na cadeia de comunicação discursiva, constituída a partir do evento específico (invasão da “Florestan Fernandes” pela polícia). Parece, igualmente, obter um **excedente de visão** (Bakhtin, 2003 [1979]): identificar como vozes, sujeitos – também instituições - outros se manifestam acerca de temas, acontecimentos afeitos diretamente ao próprio MST, de modo a colaborar para reforçar/acentuar seu discurso – e, por conseguinte, sua identidade de movimento social.

Importante frisar que o *twitter* dispõe de um mecanismo pelo qual ao se retuitar uma determinada postagem, o autor dela é notificado. Dessa forma, quando o MST produz uma enunciação a partir do enunciado de outrem, este é “avisado”, visualiza ou, podemos dizer, integra o enunciado “novo”. Relembremos que a concepção bakhtiniana de linguagem considera o outro – o interlocutor, o ouvinte como fundamental na constituição do enunciado (RODRIGUES; ROHLING; SILVEIRA 2012).

Volochínov (2013 [1920-1930] p. 159), ao definir como “auditório da enunciação” a “presença dos participantes da situação” nos faz compreender o porquê da importância, para o MST, de se enunciar enquadrando discursos de interlocutores os quais, para certo auditório, o que dizem têm relevância considerável. Se cada enunciação “é sempre voltada para o outro” (VOLOCHÍNOV, 2013 [1920-1930]), a seleção dos discursos a serem enquadrados tende, evidentemente, a antever a reação desse outro – e no caso aqui estudado, identifica-se a intenção de outro entender a narrativa do MST (“invasão policial”, e não “operação policial”), como a narrativa fidedigna à realidade dos fatos, e quiçá reverberar tal discurso.

Em todos os nove casos listados no quadro 7 identificamos a materialização daquilo que o Círculo Bakhtin sublinha como essência da linguagem: o **dialogismo**. Quando o MST - por autoria própria ou endossando ou assumindo a autoria de terceiros - enfatiza ou mobiliza certas escolhas lexicais em suas postagens, tais como “invasão”, “sem mandado”, “havia crianças e idosos no local”, “lutar é um direito”, “lutar não é crime”, ele estabelece relações dialógicas com o já dito acerca do Movimento, sua luta, sua estratégia de atuação. Mobilizando enunciações próprias ou originalmente de terceiros, mas reenquadradas, o MST está reagindo, respondendo a enunciados já ditos, carregados de discursos outros os quais o Movimento busca rechaçar, contestar. Não são enunciados neutros, tampouco nascidos do

vácuo social - emergem de discursos já ditos no horizonte social/axiológico, que vem a ser a dimensão social do texto/enunciado e da própria identidade social do MST. É o enunciado sendo moldado “**por aquilo-de-que-já-se-falou**” (EMERSON e MORSON, 2008, p.152).

Ademais do enquadramento abordado, outras duas enunciações do MST ainda relacionadas à Operação Castra retratam com precisão as **relações dialógicas** inerentes à linguagem:



Figura 5: Tuíte em diálogo com o "Fantástico".
Fonte: http://twitter.com/MST_Oficial



Figura 6: Contradiscursão à narrativa do "Fantástico".
Fonte: http://twitter.com/MST_Oficial

Os tuítes reproduzidos nas figuras 5 e 6 foram publicados em 8 de novembro de 2016, dois dias depois de uma reportagem sobre o MST e a referida operação ter sido exibida pelo programa televisivo dominical “Fantástico”, da Rede Globo. De forma direta, os dois textos/enunciados são uma reação-resposta à reportagem; uma **réplica**:

A réplica de qualquer diálogo encerra esta dupla existência: ela é construída e compreendida no contexto de todo o diálogo, o qual se constitui a partir de suas enunciações de outrem (partes). Não é possível retirar uma réplica deste contexto misto de discursos próprios e alheios sem que se perca o sentido e seu tom, ela é uma parte orgânica de um todo plurivocal. (BAKHTIN, 2014 (1920-1970), p. 92)

Por isso, nessa relação dialógica explícita, imprescindível identificarmos a esfera discursiva e os efeitos dessa esfera nas enunciações dos sujeitos que a integram.

O MST traz em seus enunciados características enunciativas e discursivas comuns a

organizações de campo semelhante – o campo da política, em particular dos movimentos sociais – e, de forma mais recortada ainda, a esfera discursiva dos movimentos sociais de esquerda. Portanto, ao atuar como editor social, isto é, como um meio de comunicação – produtor de conteúdo jornalístico – o MST traz para seus textos opções estilísticas inerentes à esfera sociodiscursiva movimentos sociais de esquerda.

Já a reportagem questionada pelo MST foi produzida por uma emissora de televisão de propriedade privada. Por ser do gênero discursivo jornalístico do sistema de radiodifusão aberta⁴¹, espera-se certa “isenção”, “distanciamento”, “neutralidade” na exposição/narrativa do fato. Estas são características inerentes (ao menos em tese) de uma reportagem jornalística. Mais ainda: espera-se pluralidade. O sistema de radiodifusão é de propriedade pública, como forma de assegurar o direito constitucional da nação brasileira de se comunicar socialmente. Sendo, pois, de propriedade pública – ainda que os canais sejam concedidos a instituições de várias naturezas (privadas, como a Rede Globo; estatais, públicas, terceiro setor) – o sistema deve ser utilizado para transmitir conteúdo plural, que atenda à diversidade nacional. Essa obrigatoriedade constitucional é dispensada em diversas outras instâncias, como esferas discursivas em meios de comunicação outros que não os da radiodifusão aberta (jornais, revistas, boletins, cinema, internet). Tomar partido é opção aceita, entendida – desde que não travestida de isenção.

A reação-resposta do MST à reportagem do “Fantástico” deu-se no perfil do Movimento na rede social *twitter*. O editor social MST, em uma tecnologia informacional fora da radiodifusão aberta, exerce sua função de mídia alternativa. Nessa esfera sociodiscursiva – veículos de imprensa (e dentro dela a perspectiva de imprensa popular/alternativa) – há entendimento tácito de que a narrativa assume um ponto de vista, com engajamento em uma parte.

Por esse contexto, nos dois tuítes a opção lexical é por adjetivos que explicitamente denunciam vícios da outra parte – manifestos em termos como “#GloboGolpista” e “Farsa da Globo”. Dificilmente esses termos seriam manifestados se a reação-resposta tivesse sido veiculada na própria reportagem (no espaço para o “outro lado” dado ao MST, por exemplo) – pelo menos com tal entonação e força valorativas. Aqui entra o horizonte social/axiológico

41 Sistema de emissoras de rádio e televisão abertas, isto é, de acesso gratuito pela população. De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil, os canais do sistema de radiodifusão pertencem à União (ou seja, são de propriedade pública), que podem ser operados, mediante concessão, por empresas privadas (tais como Globo, Record, Band), públicas (EBC, TV Cultura), estatais (TV Senado, TV Câmara), educativas ou universitárias.

como facilitador: o *twitter* (assim como outros instrumentos de comunicação interativa) é um espaço relativamente mais flexível para manifestações de posicionamento político, ideológico e social do que uma reportagem televisiva, sujeita a limitações impostas pela emissora, à edição (montagem, cortes) feitos para a finalização da reportagem, entre outras condições.

Há, pois, um contexto favorável, aderente a essa reação-resposta mais incisiva e combativa - em decorrência, sobretudo, da orientação social que toda palavra pronunciada tem (VOLOCHÍNOV, 2013 [1920-1930]). Essa orientação social é determinada pelos participantes do acontecimento. A escolha por termos “#GloboGolpista” e “Farsa da Globo” tem aderência entre os seguidores do perfil do MST no *twitter*, por exemplo. Reparamos também que nos tuítes reproduzidos nas figuras 5 e 6 o perfil do programa Fantástico no *twitter* (@showdavid) é “marcado” pelo MST. Há aí um **endereçamento** direto da mensagem; há praticamente também um chamamento do “@showdavid” para aquela conversa estabelecida pelo MST com seus interlocutores (seguidores na rede social e eventuais visitantes do perfil do Movimento).

Sobre todos os casos trazidos aqui (figuras 2,3, 4, 5 e 6, e tuítes listados no quadro 7) podemos mobilizar também o entendimento bakhtiniano de **ideologia**, como propriedade elementar da linguagem. Não há texto/enunciado neutro; os discursos que os textos/enunciados expressam são carregados de valores, posicionamentos, ora mais explicitamente, ora de forma mais velada. As marcas ideológicas podem ser percebidas não só na seleção do tema do texto/enunciado, como inegavelmente em seus aspectos técnicos (seleção do instrumento de materialização do discurso) e estilísticos (escolha das palavras e expressões, articulação entre as orações; e ainda gráficos e ilustrações, quando se tratam de gêneros multissemióticos, como os tuítes), por exemplo. É “a palavra como arena de luta de classes” (VOLOCHÍNOV, 2013 [1920-1930], p. 21).

Ao expressar “#GloboGolpista”, o MST não fez uma opção apenas estilística (pela forma grafológica típica de um tuíte, isto é, a *hashtag* com palavras emendadas uma às outras), isenta de valor. Ao contrário: ao incluir a *hashtag* (#), o MST procurou dar visibilidade à sua postagem (*hashtags* são mecanismos de busca no *twitter*), pretendeu fazer aumentar a lista de textos/enunciados sobre o tema (portanto ampliar a repercussão em torno do “golpismo” da Globo). Logo, faz coro, dialoga também com o discurso de organizações que militam pela democratização das comunicações, e de movimentos política e ideologicamente alinhados a essas organizações. São agrupamentos sociais que alcunham de “golpista” a Rede Globo, lembrando o suporte que esse conglomerado deu à crise que

culminou com o suicídio de Getúlio Vargas em 1954, o mesmo apoio que deu dez anos depois (1964) à deposição de João Goulart, e relacionando esse histórico o fomento ao impeachment da presidenta Dilma Rousseff, em 2016. O *#GloboGolpista* pode ser entendido como um etinema (VOLOCHÍNOV, 2013 [1920-1930]), uma palavra-chave absolutamente familiar a determinado grupo social. Torna-se *hashtag* porque já carregada de valor social, é valorada – assume-se como signo.

As postagens reproduzidas nas figuras 4 e 5 demonstram que, na condição de editor social - produtor de conteúdo informacional em redes sociais -, o MST exerce uma prática de **letramento digital**⁴² típica daquela a qual envolve o uso da mídia *twitter*. O enquadramento de discursos de terceiros, por meio dos “RTs”, como construção de enunciado, é, por exemplo, evidência de habilidade para com a prática de letramento digital em questão. O movimento, em seu perfil na referida rede, alterna postagens assinada por ele próprio com textos/enunciados de terceiros que dialogam, e portanto, tendem a reforçar e compartilhar o discurso emitido pelo Movimento, a saber: um discurso de militância, de resistência, de lutas pelas causas sociais – e, mais do que isso, um discurso de evidente contraponto ao discurso produzido pela mídia comercial hegemônica. Também lança mão das múltiplas semioses/linguagens, convergindo textos escritos com ilustrações e vídeos, rápidos, de menos de um minuto de duração - uma das características do modal audiovisual da rede social *twitter*.

Ao analisarmos as postagens no *twitter* do MST no episódio da invasão da Escola Nacional Florestan Fernandes, podemos aventar que se evento semelhante ocorresse há dez, 12, 15 anos ou mais, o movimento teria muito mais dificuldade em dar visibilidade à sua versão dos fatos, ao seu posicionamento sobre os acontecimentos⁴³. Por meio, entre outras ferramentas, do *twitter*, o MST conseguiu de imediato contrapor o discurso emitido nos veículos jornalísticos tradicionais sobre o episódio – e mais que isso, angariou e inseriu em seu discurso vozes outras para em relativa rapidez reverberar tal discurso (o ex-presidente Lula, o ator Wagner Moura, entre tantos outros).

Assim, o discurso hegemônico segue hegemônico – com as novas tecnologias

42 A partir de Arroyo e Komesu (2016) e Kleiman (2014), entendemos como prática de letramento digital aquela em que o sujeito (ou, no caso, instituição) realiza um conjunto de práticas de letramento (por isso a expressão 'multiletramento', de Rojo (2013)) no processo de construção de sentidos por meio das novas tecnologias informacionais.

43 A história registra uma série de atentados contra o MST e/ou contra assentamentos, acampamentos e militantes do Movimento. Um dos mais cruéis foi o de Eldorado dos Carajás, em 1997, quando, portanto, não existiam as tecnologias informacionais disponíveis hoje, para contraponto à narrativa dos veículos de comunicação empresariais tradicionais.

informacionais há, porém, mais instrumentos de contestação dessa hegemonia; as forças centrífugas parecem adquirir mais intensidade e velocidade para desestabilizar o poder gerado pelas forças centrípetas. As condições de mobilização são potencializadas, de acordo com as palavras de Castells (2005 [2000], p. 277): “A internet é a estrutura organizativa e o instrumento de comunicação que permite flexibilidade (...) da mobilização, mantendo porém, ao mesmo tempo, um caráter de coordenação e uma capacidade de enfoque dessa mobilização.”

Ainda assim, na tentativa de construir um contradiscurso ao discurso soberano (o da mídia empresarial hegemônica), o MST (e isso pode ser aplicado a outros movimentos sociais) ainda parte da posição de refém dessa hegemonia. Começa o debate, nesse espaço público, nessa arena discursiva, ainda na defensiva, na condição de quem “deve explicações”. Ao construir enunciados enquadrando textos/enunciados alheios, o MST se esmera em buscar chancelas ao seu discurso, como que condição imprescindível para que sua voz tenha o mínimo de validade, reconhecimento, credibilidade social.

5.2 A mídia hegemônica como objeto de discurso

A segunda cadeia enunciativa que compõe os dados da pesquisa é aquela constituída de enunciações que fazem menção direta ao oligopólio dos meios de comunicação privado ou, em outros termos, à necessidade de se democratizar as comunicações. São, pois, enunciados do MST em que a mídia hegemônica é seu objeto (explícito) de discurso.

Já mostramos que o MST oficialmente estabeleceu como uma de suas bandeiras de luta o combate ao oligopólio dos meios de comunicação. Assim, faz parte da atuação do Movimento engendrar um contradiscurso à narrativa feita por esses meios de comunicação acerca de fatos diversos, ou produzir um discurso que denuncia tal oligopólio, ou as restrições à liberdade de expressão decorrentes dessa concentração dos meios nas mãos de poucos, mas grandes, conglomerados.

Volochínov (2013 [1920-1930]), como vimos, escreve que um enunciado é fruto de uma parte verbal (o texto – escrito ou multissemiótico) e uma parte extraverbal. O extraverbal é constituído do cronotopo (espaço-tempo), o objeto (isto é, o tema, do que se trata o enunciado) e a valoração (como o falante “age” ao se enunciar). Para a cadeia enunciativa da qual geramos os dados para análise nesta seção, consideramos como critério basilar o objeto de discurso do enunciado. Analisamos enunciados do MST que tenham como objeto a mídia

hegemônica – ou a mídia burguesa, como denomina o Movimento em boa parte de suas enunciações sobre os conglomerados de meios de comunicação.

Empiricamente, constatamos que pelas redes sociais *facebook* e *twitter*, o MST com frequência se enuncia sobre a mídia hegemônica. Dessas duas tecnologias informacionais/comunicacionais, extraímos os dados que consideramos como necessários à Análise Dialógica do Discurso produzido pelo Movimento a respeito dessa mídia. A seguir, começamos a discussão dos enunciações produzidos no *facebook*.

5.2.1 No *facebook*, o superdestinatário dos enunciados

Um interlocutor que se enuncia por meio de seu perfil na rede social *facebook* terá seu discurso exposto majoritariamente a seguidores com pensamentos, posicionamentos políticos, gostos e preferências semelhantes aos de si próprio. É uma característica dessa rede exibir a um determinado perfil conteúdos que estejam em sintonia com o modo de enxergar o mundo do usuário detentor desse perfil. Que postagens curte, compartilha; que informações busca – tudo isso é processado em algoritmos. Conteúdos coincidentes a esses algoritmos são prioritariamente apresentados ao usuário, em sua página inicial. É a chamada “bolha” criada por essa rede social:

Devido a causas alheias à nossa vontade, a maioria de nós transformou nossas redes sociais em bolhas muito limitadas e agradáveis, fazendo com que as pessoas com pontos de vista políticos e sociais muito diferentes dos nossos não apareçam em nossas páginas no Facebook, por exemplo, apesar de, provavelmente, elas viverem ao lado de nossas casas. A culpa é das empresas que criam algoritmos para as redes sociais, cujas modificações estão programadas para nos mostrar o que "gostamos" na internet e coisas com as quais estamos de acordo. (FRICTION, 2016, s.p.)

Dessa especificidade do *facebook* infere-se que uma enunciação ali produzida, gerada e publicada terá como reação mais imediata um coro de apoio, uma concordância, aceitação do discurso ali materializado. É um **auditório social** com o qual a interação tende a ser favorável, amigável. Os aspectos verbais da enunciação – a entonação, a seleção das palavras e/ou dos aspectos multissemióticos, bem como a disposição desses aspectos – tendem a reverberar por esse horizonte axiológico de modo a reafirmar, ressaltar, revalorizar a fala inicial.

Essa mesma especificidade do *facebook* permite ao enunciador vislumbrar aquilo que os estudos do Círculo de Bakhtin definem como o **superdestinatário** de um discurso, isto é,

possíveis outros interlocutores que não diretamente aqueles de determinada interação discursiva. E o superdestinatário é aspecto constitutivo do enunciado, ressaltam Emerson e Morson (2008), que detalham:

(...) com maior ou menor grau de percepção, todo enunciado constitui-se igualmente de outro tipo de ouvinte, o ouvinte supremo (...) Esse superdestinatário responderia ativa e simpaticamente ao enunciado (...) o superdestinatário incorpora um princípio de esperança. Ele está presente, mais ou menos conscientemente, em qualquer enunciação. (EMERSON e MORSON, 2008, p. 151)

Com os algoritmos do *facebook*, uma postagem do MST “curtida” ou “compartilhada” por um seguidor do Movimento na referida rede (portanto, o interlocutor mais imediato daquela enunciação) terá chances de ser visualizada por usuários que por ventura não acompanhem o MST, mas seguem o perfil que curtiu ou compartilhou a postagem e se manifestem sobre objetos (temas, assuntos) relacionados a tal postagem reverberada. Trata(m)-se, pois, de possível(is) superdestinatário(s), ao(s) qual(is) o MST consegue/conseguiria alcançar ao se enunciar no *facebook* sobre o oligopólio dos meios de comunicação de massa no Brasil.

A luta pela democratização das comunicações, que o MST incorporou a sua bandeira, é explicitada com regularidade, e em entonação enfática, na página do Movimento no *facebook*. Entre diversos textos-postagens – multissemióticos inclusive – que têm como objeto a mídia hegemônica, selecionamos 14, do período compreendido entre outubro de 2016 e junho de 2017. São textos que fazem menção explícita ao oligopólio midiático ou à defesa da democratização das comunicações; e/ou ainda aqueles em tom convocatório.

Começamos trazendo a reprodução de uma postagem em que essa **entonação convocatória** é evidente. Por sinal, essa “natureza convocatória” de um produtor social deve, para Toro e Werneck (1997, p. 63), constituir “a linha de comunicação” de toda mobilização. “(...) a comunicação deve manter sempre essa linha de convocação, de convite, de abertura e valorização da participação de todos”.

É o que ocorre na enunciação ilustrada na figura 7, a seguir, cuja multissemiose constitui um discurso de chamamento do interlocutor para a bandeira de luta defendida pelo MST. Esta postagem e outras listadas mais adiante no quadro 8 sentenciam ao auditório do MST no *facebook* - em tese constituído de interlocutores que partilham do mesmo posicionamento político que classificou como “golpe” o impeachment da presidenta Dilma Rousseff – que a luta contra esse golpe passa necessariamente pela defesa da democratização

das comunicações:



Há na enunciação o reenquadramento de um enunciado primeiro, deslocado da praça pública – por meio da fotografia que flagra uma manifestação de rua – para o ciberespaço, ao ser veiculado em uma rede social de comunicação interativa. O agenciamento dessa enunciação primeira para compor uma nova é uma demonstração da **heteroglossia dialogizada** dos discursos, conceito bakhtiniano que se refere ao dialogismo entre os diferentes estratos da linguagem. Bakhtin (2014 [1920-1970] p.74) explica que esses estratos não se restringem apenas a dialetos, como também a “maneirismos de grupos, jargões profissionais, linguagens de gêneros, fala de gerações, das idades, das tendências, das autoridades, dos círculos e das modas passageiras, das linguagens de certos dias e mesmo de certas horas (cada dia tem sua palavra de ordem, seu vocabulário, seus acentos)”.

Para o ciberespaço, mais especificamente para essa enunciação no *facebook*, o MST transportou a palavra slogan (“*Globo é golpe*” e o símbolo da emissora sobreposto por um “x” que dá ao referido texto visual o significado de anulação, rechaço) a qual se funde dialogicamente com um texto verbal escrito e, sincronicamente, forma uma enunciação mais que informativa, argumentativa e denunciativa (“*O fato é que os grandes meios de*

comunicação não só são coniventes com esse ataque contra o povo como são eles próprios grandes beneficiados pelo golpe”), como ao mesmo tempo convocatória (“...é hora de entender que a luta contra o golpe passa fundamentalmente pela luta contra o monopólio dos meios de comunicação”).

Denunciativo também é o discurso do MST na postagem reproduzida na figura 8, que explicitamente menciona a mídia hegemônica como produtora de uma narrativa que criminaliza o Movimento:



MST - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
1 de novembro de 2016 · 🌐

Não resta dúvida, que a organização de trabalhadores e trabalhadoras sem terra para lutarem por Reforma Agrária encontra amparo no texto constitucional. Reúnem-se e organizam-se na busca de efetivação de direitos constitucionais, e não para cometerem crimes, como querem afirmar alguns setores do agronegócio e dos meios de comunicação.



O MST não é organização criminosa
"Muito pelo contrário, é um movimento que luta pela democratização do acesso a terra, o que deve ser considerado elogiável e salutar para a ordem democrática e constitucional do nosso país"

MST.ORG.BR

Figura 8: Enunciação contra a demonização do MST. Fonte: facebook.com/MovimentoSemTerra

Uma imagem de um ato em Brasília, em que no primeiro plano aparecem rostos de trabalhadores rurais, e em profundidade significativa quantidade de sem terra mobilizados, sincretizada com um texto verbal escrito enfático - “O MST não é uma organização criminosa” - é um modo de o Movimento afirmar não ser “o que a mídia mostra”. Notável

também o 'mar vermelho' que a fotografia em plano aberto. Recordemos que estamos nos referindo a um período de acirrados debates e polarização político-ideológica, em que a cor vermelha, para um dos extremos desse polo, é rechaçada, demonizada. Trata-se, pois, de um discurso-resposta aos já-ditos sobre o MST. Em outros termos, é uma enunciação que dialoga explicitamente com um histórico de discursos já-ditos, uma réplica.

Podemos aventar que o sentido e o tom de “*O MST não é uma organização criminosa*” não podem ser compreendidos em sua plenitude apenas pelo significado que as palavras, extraídas de um contexto, têm ao formar a oração. A enunciação adquire outro valor se compreendermos que se trata de uma resposta, uma réplica, a um histórico imensurável de narrativas sobre episódios envolvendo o MST, de parte da mídia hegemônica, narrativas essas que ao longo do tempo foram construindo no imaginário coletivo (ou pelo menos no discurso predominante) a ideia de se tratar de uma organização de baderneiros, criminosos, empenhados em destruir o patrimônio dos outros⁴⁴.

Como diz Chauí (2006, p. 115), trata-se de um discurso dominante da banalização do mal, construído a partir de imagens “expressas em palavras como chacina, massacre, guerra civil tácita”. A imagem de “guerra civil tácita” é empregada pelos meios de comunicação (hegemônicos), ainda segundo a mesma autora, “para referência aos embates entre garimpeiros e índios, policiais e narcotraficantes, às ocupações de terra pelo MST, a homicídios e furtos praticados nas grandes cidades (...)”. É o discurso de reportagens policiais empregado em matérias sobre o Movimento, conforme diagnosticaram Silva e Souza (2010; ver nota de rodapé 44).

Não à toa a postagem da figura 8 sublinha o “amparo constitucional” que legitima a atuação do Movimento. “*Reúnem-se e organizam-se na busca de efetivação de direitos constitucionais*”, reitera o texto, o qual isoladamente pode ser entendido como uma mera descrição institucional, quando em verdade é uma ação mais ampla: a tentativa de se erguer um contradiscurso àquele dominante, de ilegalidade e criminalização do MST.

As duas postagens anteriormente reproduzidas constituem um total de 14 selecionadas para a análise, indicadas no quadro 8, por ordem cronológica:

44 Silva e Souza (2010), ao analisar notícias do Jornal Hoje (vespertino da Rede Globo), mostram ganhar visibilidade no referido telejornal “eventos em que, de alguma maneira, a imagem do MST parece ser desprivilegiada (...); tom pejorativo dado ao Movimento (...) O discurso é muito próximo com o de reportagens policiais sobre criminosos”. Dizem as pesquisadoras, ao final do artigo: “Como sujeito político, o MST que emerge por meio do discurso do Jornal Hoje não é civilizado, incompetente no cumprimento de normas sociais que regem a cidadania e os tempos modernos/pós-modernos (...); ele parte de um lugar em que a ilegitimidade é a regra”

	O QUE DIZEM AS POSTAGENS	DATA
1	<ul style="list-style-type: none"> • “A luta contra o golpe é a luta contra o monopólio midiático” é o título em destaque de um link para matéria no site do MST, para a qual a postagem no <i>facebook</i> remete. O link é antecedido pelo seguinte texto: <i>O fato é que os grandes meios de comunicação não só são coniventes com esse ataque contra o povo como são eles próprios grandes beneficiados do golpe. Para manter a seguro o plano da burguesia, toda e qualquer forma de denúncia será cada vez mais condenada e cerceada. Por isso, neste momento, mais do que nunca, é hora de entender que a luta contra o golpe passa fundamentalmente pela luta contra o monopólio dos meios de comunicação.</i> 	17/10/2016
2	<ul style="list-style-type: none"> • “A luta pela democratização da comunicação é central contra o golpe” é o título em destaque de um link para matéria no site do MST, para a qual a postagem no <i>facebook</i> remete. O link é antecedido pelo seguinte texto: <i>A luta pela democratização dos meios de comunicação e o fim do monopólio midiático se torna central pois cumpre um papel estratégico contra o golpe e no restabelecimento da democracia. Além de estar diretamente relacionada à luta pela democratização da terra pelo direito à educação e saúde pública de qualidade para todos e todas. E contra a retirada de um conjunto de direitos sociais políticos e civis que o governo golpista vem tentando impor com o apoio do oligopólio midiático.</i> 	22/10/2016
3	<ul style="list-style-type: none"> • “O MST não é organização criminosa” é o título em destaque de um link para matéria no site do MST, para a qual a postagem no <i>facebook</i> remete. O link é antecedido pelo seguinte texto: <i>Não resta dúvida, que a organização de trabalhadores e trabalhadoras sem terra para lutarem por Reforma Agrária encontra amparo no texto constitucional. Reúnem-se e organizam-se na busca de efetivação de direitos constitucionais, e não para cometerem crimes, como querem afirmar alguns setores do agronegócio e dos meios de comunicação.</i> 	01/11/2016
4	<ul style="list-style-type: none"> • Frame de um vídeo compartilhado da página do FNDC [Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação] em que aparecem pessoas numa mesa de debate; acima do frame, o seguinte texto: • <i>Abertura do curso “Multiplicadores da Democracia” em Belo Horizonte Minas Gerais. Realizado pelo Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) e a Secretaria estadual de Direitos Humanos Participação Social e Cidadania (Sedpac) um dos objetivos da atividade é diversificar o conteúdo das emissoras públicas que possuem maioria da programação voltada à capital mineira. O outro é capacitar comunicadores pessoas que não são necessariamente formadas em jornalismo para a prática de comunicação.</i> 	13/12/2016
5	<ul style="list-style-type: none"> • “MST do RS repudia ataque do governo Sartori contra comunicação pública no estado” é o título em destaque de um link para matéria no site do MST, para a qual a postagem no <i>facebook</i> remete. O link é antecedido pelo seguinte texto: <i>Nós, acampados e assentados da Reforma Agrária, compreendemos que a nossa luta não deve ser somente pelo acesso à terra e melhores condições de vida no campo, mas também pela democratização do acesso aos meios de comunicação e o fim dos monopólios midiáticos, que hoje são controlados por menos de dez famílias oligarcas e grupos de políticos no Brasil</i> 	14/12/2016
6	<ul style="list-style-type: none"> • “Em Minas, MST realiza a primeira formação em comunicação para militantes” é o título em destaque de um link para matéria no site do MST, para a qual a postagem no <i>facebook</i> remete. O link é antecedido pelo seguinte texto: <i>O projeto construído em parceria com o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) e a Secretaria Estadual de Direitos Humanos Participação Social e Cidadania (Sedpac) segue até o próximo dia 16 em Belo Horizonte.</i> • “Nosso desafio é impulsionar a luta pela democratização da comunicação” é o título 	14/12/2016

7	<p>em destaque de um link para matéria no site do MST, para a qual a postagem no facebook remete. O link é antecedido pelo seguinte texto: <i>Na América Latina temos uma mídia tão concentrada quanto a terra. Inclusive muitos donos das terras são os donos da mídia. Por isso assim como homens e mulheres precisam se organizar em luta por Reforma Agrária para democratizar a terra a luta pela democratização da comunicação tem que ser também uma luta de homens e mulheres para fazer reforma agrária na mídia.</i></p>	11/03/2017
8	<ul style="list-style-type: none"> • “MST realiza curso em Comunicação Popular na Bahia” é o título em destaque de um link para matéria no site do MST, para a qual a postagem no facebook remete. O link é antecedido pelo seguinte texto: <i>O Movimento acredita que o curso será mais um instrumento de formação política e técnica dos trabalhadores e trabalhadoras. Para isso alguns temas apontam a necessidade de se romper com a perspectiva monopolizadora das mídias de massa e construir um modelo voltado aos interesses da classe trabalhadora.</i> 	08/04/2017
9	<ul style="list-style-type: none"> • Frame de vídeo em que aparece a senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR), antecedido do seguinte texto escrito: <i>A senadora Gleisi Hoffmann o ex-ministro da saúde Alexandre Padilha e Márcio Macedo (PT) estiveram presentes na 2ª Feira Nacional da Reforma Agrária. Essa é a oportunidade do Brasil conhecer de fato o MST. O MST não é o que a grande mídia mostra. Essa Feira é a prova disso, a prova da organização da classe trabalhadora e do Sem Terra.</i> 	05/05/2017
10	<ul style="list-style-type: none"> • “Debate: Monopólio da mídia e o futuro do jornalismo” é o título em destaque de um link para página de evento compartilhada da Frentex-PR <i>A Frente Paranaense pelo Direito à Comunicação e Liberdade de Expressão (FrentexPR) e Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná (SindijorPR) promovem na próxima terça-feira (16) bate-papo sobre o monopólio da mídia e o futuro do jornalismo. O evento será na sede do sindicato (Rua José Loureiro, 211) no Centro de Curitiba, das 19h às 22h.</i> 	15/05/2017
11	<ul style="list-style-type: none"> • Reprodução de cartaz de divulgação de ato público, antecedido pelo seguinte texto escrito: <i>Um grande Ato Público em Defesa da Liberdade de Expressão e da Democracia marcará a abertura do 3º Encontro Nacional pelo Direito à Comunicação (3ENDC). O evento promovido pelo Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação acontece entre os dias 26 e 28 de maio na Universidade de Brasília (UnB). Durante o ato o FNDC pretende denunciar a escalada de violência contra as manifestações populares censura privada e judicial na internet e nos meios de comunicação violência contra comunicadores e cerceamento de liberdade da mídia alternativa. Aberto ao público em geral sem necessidade de inscrição prévia mas sujeita à lotação do espaço o ato será realizado no Centro Cultural da Associação dos Docentes da UnB (ADUnB) no Campus Darcy Ribeiro da UnB às 19h.</i> • “3º Encontro Nacional pelo Direito à Comunicação” é o título em destaque para link de evento, compartilhado da página do FNDC, antecedido pelo seguinte texto escrito: <i>Começa hoje o 3º ENDC em Brasília. Participe! O ENDC reúne milhares de pessoas para debater mídia e democracia no Brasil. Para esta próxima edição estão previstas conferências e atividades que abordarão temas como violações à liberdade de expressão construção de um marco regulatório democrático para a mídia defesa da comunicação pública políticas de internet (liberdade de expressão e direito à privacidade) políticas de inclusão digital entre outros incluindo a participação de convidados nacionais e internacionais referenciais em cada uma dessas agendas. O encontro visa ainda estabelecer redes e fortalecer os mais diversos movimentos em prol do direito à comunicação potencializando o espectro de ação dos diversos atores e a capacidade de intervir na formulação de políticas públicas.</i> 	26/05/2017
12	<ul style="list-style-type: none"> • “Frente Brasil Popular respeita a Revolução Bolivariana e o Governo Maduro” é o título em destaque de um link para matéria no site do MST, para a qual a postagem no 	26/05/2017

13	<p>facebook remete. O link é antecedido pelo seguinte texto:</p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>A Frente Brasil Popular emitiu nesta quinta-feira (29) uma nota em que se posiciona após os ataques terroristas contra órgãos do Governo da República Bolivariana da Venezuela. Para as mais de 80 organizações da FBP há uma ofensiva da extrema direita, mídia burguesa, governo dos EUA e direita continental que atuam de forma orquestrada numa guerra midiática e econômica contra o governo democraticamente eleito do presidente Maduro. Os movimentos e partidos brasileiros organizados na Frente também legitimam o processo de Assembleia Nacional Constituinte caminho traçado por Maduro para restabelecer a paz social e avançar nas conquistas da revolução iniciada em 1999. Confira:</i> 	29/06/2017
14	<ul style="list-style-type: none"> • Frame de vídeo em que aparece um comunicador participante do evento em questão, antecedido do seguinte texto escrito: • <i>MASSACRE PAU D'ARCO (PA) I Em resposta à crescente escalada de violência no campo paraense que vitimou na semana passada dez trabalhadores rurais na fazenda Santa Lúcia município de Pau D'Arco (PA) as e os participantes do 3º Encontro Nacional do Direito à Comunicação realizado nos dias 26 a 28 de maio na Universidade de Brasília (UnB) aprovaram moção de repúdio ao contexto e exigem que o governo do estado responsabilize os sujeitos autores dos massacres. O documento assinado pelo Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) ainda aponta a relação entre o incremento da violência no campo e o golpe parlamentar jurídico e midiático que destituiu a presidente Dilma Rousseff (PT) do cargo ao qual foi eleita. A implementação do Golpe de Estado Político-Institucional e Midiático alimentou a cólera assassina das elites agrárias na Amazônia e lançou bases objetivas para o emprego da violência como o principal instrumento de apropriação das terras e de extermínio das lideranças camponesas denuncia a moção. No vídeo abaixo comunicador da Idade Mídia Comunicação para Cidadania e um dos redatores da moção Angelo Madison reflete sobre a relação entre a defesa da comunicação democrática e a luta pela terra. #ENDC #CalarJamais</i> 	31/05/2017

Quadro 8 – Enunciados do MST no facebook, selecionados. | Fonte: facebook.com/MovimentoSemTerra

Podemos reunir os enunciados listados no quadro 8 em pelo menos três conjuntos.

Um dos conjuntos é composto por postagens em que o MST se enuncia denunciando o monopólio/oligopólio empresarial da mídia e, mais que isso, denunciando que esse problema está na raiz de outros males sociais identificados pelo Movimento. São as postagens citadas no quadro 8 e identificadas com os números 1, 2, 5, 7, 10, 11, 12 e 14. A seleção e a disposição das palavras que compõem o texto verbal escrito dão a entonação de denúncia, de indignação, de necessidade de mobilização para se combater o oligopólio midiático.

Assim como a postagem 1 (a qual reproduzimos anteriormente na figura 6), a postagem 2 (a seguir, na figura 9) também é enfática em relacionar a luta contra o oligopólio da mídia com a luta contra o golpe do impeachment da presidenta Dilma. Naquele contexto (outubro de 2016), o impeachment já estava sacramentado (fora aprovado pelo Senado em agosto daquele ano); havia, evidentemente, mobilização de produtores sociais contra o governo sucessor, considerado “golpista”.



Figura 9: A luta pela democratização das comunicações, central contra o golpe. Fonte: facebook.com/MovimentoSemTerra

No entendimento do MST, enfático na enunciação, seria em vão uma luta contra os golpistas se dessa luta não fizesse parte o combate ao oligopólio da mídia. Afinal, o Movimento deixa explícito em sua enunciação: o golpe logrou êxito porque teve o apoio de uma mídia oligopolizada, a qual construiu uma narrativa que propiciou ambiente para a deposição de Dilma. A fotografia que dá ao enunciado seu caráter multissemiótico apresenta em primeiro plano uma bandeira do MST, a tremular por sobre o corpo daquele ato em praça pública. Uma imagem que funciona como um trocadilho: é a bandeira (o pavilhão) do MST a serviço de uma bandeira (luta, pauta) apontada como imprescindível.

Um segundo conjunto de enunciados traz discurso que trata pontualmente da narrativa feita pela mídia hegemônica sobre eventos da vida social. É a já analisada postagem 3 (reproduzida na figura 8), a qual denuncia que essa mídia “transforma” o MST em uma “organização criminosa”. Compõem também esse conjunto de enunciados sobre a narrativa produzida pela mídia hegemônica a postagem 9, que reenquadra uma voz alheia (de uma liderança política, representativa no campo das esquerdas, a saber, a senadora Gleisi Hoffmann), para construir seu próprio discurso.



A postagem (figura 10) reproduz, em texto verbal escrito, a fala da senadora, manifesta em vídeo que compõe o plano de expressão⁴⁵ enunciativo da postagem: “*Essa é a oportunidade*”, diz o texto que repete a voz da senadora, “*do Brasil conhecer de fato o MST. O MST não é o que a grande mídia mostra. Essa Feira é a prova disso, a prova da organização da classe trabalhadora e do Sem Terra*”. A fala, embora de outrem, é assumida, no reenquadramento, pelo Movimento, e temos na declaração um discurso explícito de denúncia do comportamento da mídia hegemônica (“o MST não é o que a grande mídia mostra”). Em resposta a um discurso hegemônico de criminalização do movimento social, o MST, via discurso alheio, enfatiza a “organização” (em contraponto a “bagunça”, “baderna”, “desordem”) da “classe trabalhadora” (em rechaço a discursos de que o sem terra são “desocupados”).

Não menos denunciativa da narrativa feita pela mídia hegemônica é a enunciação identificada no quadro 8 como postagem 13. Por meio dela, o MST manifesta apoio ao governo venezuelano de Nicolás Maduro, na ocasião enfrentando violento contra-ataque de opositores. A postagem está ilustrada na figura 11. a seguir:

45 Com base em Teixeira (2009), definimos plano de expressão como a apresentação multissemiótica de um enunciado. O plano de expressão é formado por diferentes linguagens que, sincretizadas, constituem a enunciação em seu todo. Uma postagem no *facebook*, por exemplo, é um plano de expressão resultado do sincretismo do texto verbal escrito, de elementos visuais (uma fotografia ou outra ilustração; aspectos gráficos diversos) ou audiovisuais (um vídeo que faz parte da postagem).

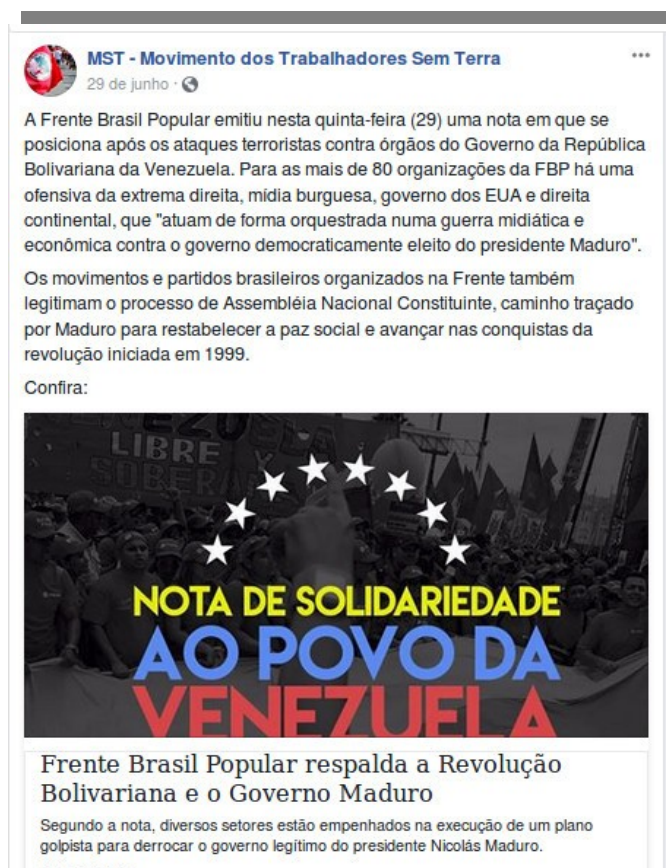


Figura 11: Nota de solidariedade à Venezuela. Fonte: facebook.com/MovimentoSemTerra

Esse apoio é apresentado sob o argumento de que o que se passa na Venezuela não é narrado no Brasil pelos meios de comunicação hegemônicos com a fidelidade à realidade factual que a crise exige, e essa distorção ocorre porque “há uma ofensiva da extrema direita, mídia burguesa, governo dos EUA e direita continental que atuam de forma orquestrada numa guerra midiática e econômica contra o governo democraticamente eleito do presidente Maduro”. O discurso de apoio ao governo de Nicolás Maduro se funde ao discurso de oposição à grande mídia, numa relação dialógica com todo o histórico de narrativas feitas pelos meios de comunicação empresariais sobre o que se passa no país vizinho.

Finalmente, um terceiro conjunto de postagens forma um discurso que leva o interlocutor a inferir que a luta encampada pelo MST não se restringe à enunciação discursiva, à retórica, a palavras de efeito proferidas, à convocação para mobilização. Vai além, vai a práxis. As postagens identificadas no quadro 8 com os números 4, 6 e 8 apontam para um discurso de atitude concreta realizada pelo Movimento. Mais do que denunciar o oligopólio midiático e seus efeitos de sentido, o MST se coloca como formador dos editores sociais de

que falam Toro A. e Werneck (1997). Como explicam Emerson e Morson (2008, p. 152), a concepção bakhtiniana de linguagem entende que os enunciados não são só “por-aquilo-de-que-já-se-falou”, como também “por-aquilo-de-que-ainda-não-se-falou”.

As três postagens noticiam cursos promovidos pelo MST na área de comunicação popular. Reproduzimos na figura 12 a postagem identificada no quadro 8 com o número 8:



Figura 12: Sobre curso de comunicação popular.
Fonte: facebook.com/MovimentoSemTerra

A referida postagem traz a notícia de um curso de formação em comunicação promovido pelo MST. Identificamos nessa enunciação ao mesmo tempo resposta a já-ditos sobre o Movimento, principalmente quanto a discursos que acusam a organização de se dedicar apenas “à baderna”. Ao informar a realização de um curso, o MST engendra um contradiscurso a esses já-ditos.

Ao mesmo tempo, antecipa-se a possíveis discursos de questionamentos em torno das formas de atuação especificamente na luta pela democratização das comunicações. Além de denunciar, criticar a mídia hegemônica, o que o Movimento tem feito de fato para neutralizar o poder dessa força centralizadora?, pode perguntar alguém. Ao dizer, então, “O Movimento acredita que o curso será mais um instrumento de formação política e técnica dos trabalhadores e trabalhadoras. Para isso alguns temas apontam a necessidade de se romper com a perspectiva monopolizadora das mídias de massa e construir um modelo voltado aos interesses da classe trabalhadora”, como o faz na postagem ilustrada na figura 12, o MST

indica reagir, responder antecipadamente a (possíveis) indagações como aquela.

Emblemática também a linguagem visual constituinte da enunciação, em que a expressão “Comunicação Popular” aparece em destaque, e sendo escrita manualmente, provavelmente por um dos participantes do curso. Transmite ao interlocutor o sentido de construção, coletiva, em contraposição ao processo em escala industrial de construção de conteúdo na mídia empresarial hegemônica.

5.2.2 O tuitaço como cronotopo do encontro

Em linhas gerais, “tuitaço” é uma mobilização virtual, feita na rede social *twitter*, acerca de uma determinada pauta. Entre as redes sociais digitais e programas de trocas de mensagens instantâneas mais utilizados pelos brasileiros⁴⁶, é no *twitter*, por meio do tuitaço, que se têm observado manifestações que buscam reproduzir no meio virtual a mesma lógica das manifestações em meio físico - protestos de rua, por exemplo. Uma manifestação de rua pressupõe a definição de um local de concentração, de um horário de início e de uma pauta (ou conjunto de pautas) objeto da manifestação propriamente dita. Na data, hora e local combinados, os simpáticos à causa em voga se reúnem e se manifestam com faixas, cartazes, cantigas, palavras de ordem, discursos.

No tuitaço, tem-se organização e desenrolar semelhantes àquelas da rua, da praça pública. Um ou mais grupos, via seus perfis na rede social, convoca(m) seus seguidores para em determinada data e horário estarem no *twitter* se manifestando. Essa manifestação se dá por meio de postagens de múltiplas semioses, e sobre um assunto previamente estabelecido. Esse assunto é identificado pelo que se denomina “*hashtag*” - uma palavra ou expressão precedida pelo sinal “#”. Por exemplo: uma manifestação em defesa da tarifa zero no transporte coletivo. No dia e hora combinada, todos aqueles que desejam se expressar sobre o assunto postam suas mensagens agregadas à *hashtag* “#TarifaZero”. É a identificação de que o brado ali exposto faz coro a uma manifestação a respeito daquele pleito.

É possível dizer que o **ato na praça** é transportado para o ciberespaço, neste se reproduzindo - pelas postagens - as palavras de ordem, as cantigas, os cartazes que ocorreriam

46 De acordo com a mais recente Pesquisa Brasileira de Mídia – Hábitos de Consumo de Mídia pela População Brasileira (BRASIL, 2014), referente ao ano de 2015, as redes e programas mais acessados pelos usuários de internet no Brasil são, nesta ordem: *facebook* (83%), *whatsapp* (58%), *youtube* (17%), *instagram* (12%), *google+* (8%) e *twitter* (5%). Disponível em <<http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais/pesquisa-brasileira-de-midia-pbm-2015.pdf>>. Acesso em 30/07/2016.

numa manifestação em meio físico. Identificamos aí migração semelhante à apontada por Bakhtin (1993 [1965], p. 125) na obra de François Rabelais. Na literatura do escritor francês, o “vocabulário da praça pública” se fazia presente. Todas as formas de expressão popular da “praça pública” da vida real eram incorporadas pelo escritor em sua obra, por mais vulgares, chulas, grotescas que pudessem soar ao estilo polido, rebuscado, requintado, elitista comum à literatura então.

O MST tem lançado mão dos tuitos para se enunciar sobre, entre outros objetos, o oligopólio dos meios de comunicação, e contra essa mídia hegemônica. Ao marcar presença nos tuitos, o MST leva para esse outro ambiente de protesto político o discurso recorrente nas manifestações em meio físico – a praça, a rua, o parlamento, a sede de algum órgão governamental, a fazenda improdutiva ocupada etc. Palavras que, na praça pública, são proferidas do carro de som passam a ser expressas em postagens (enunciados) em um tuíte. As faixas, os cartazes empunhados pelos manifestantes na praça pública migram para o tuíte em forma de *hashtag*, ou de alguma arte gráfica postada como imagem. O discurso da esfera discursiva “manifestação pública”, “manifestação de rua”, vai para a manifestação em meio digital, com as especificidades de um plano de expressão próprias do gênero do discurso “enunciado (postagem) em *twitter* (tweet ou tuíte)”.

Quando abordamos a reprodução de discursos de uma esfera discursiva determinada (no caso, “manifestação de rua”) para gêneros variados (de cartazes em praça pública para tuíte, por exemplo), invariavelmente fazemos emergir reflexão em torno do conceito bakhtiniano de **cronotopo**, já abordado no referencial teórico. Amorim (2006) afirma que, num trabalho de análise do discurso, a identificação do cronotopo de um determinado enunciado se mostra como crucial para se compreender o posicionamento discursivo do respectivo enunciante. Para Amorim (2006, p. 105), o conceito de cronotopo “designa um lugar coletivo, espécie de matriz espaço-temporal de onde as várias histórias se contam ou se escrevem”. Ou, observa Fiorin (2005, p. 134), “[cronotopo se refere a] uma ligação [espaço-tempo] entre o mundo real e o mundo representado, que estão em interação mútua”.

E o que é o tuíte se não um ambiente de coletividade, de onde ao mesmo tempo emergem e aonde convergem enunciados, os quais carregam discursos e narrativas a construir uma ou mais histórias? Ou, ainda, o que é o tuíte se não a materialização da ligação entre o mundo físico e o ciberespaço? Nesse “lugar coletivo” ou nessa ligação entre o mundo físico e o ciberespaço que é o tuíte, o MST se apresenta como partícipe, uma instituição que enuncia e, com seu discurso, engrossa o coro em prol duma causa, uma reivindicação; a

construir, pois, um contradiscurso àquele dominante.

Como mencionamos, o *twitter* foi criado em 2006. A prática do tuitaço só surgiu, porém, anos depois, o que aponta para a virtualidade abordada por Barton e Lee (2015), que vem a ser possibilidade de os interlocutores, usuários de uma ferramenta, darem a essa ferramenta uma prática diferente - ou não prevista, ou além - daquela para qual a mesma ferramenta foi engendrada. Com o tuitaço, o *twitter*, que nasce como um microblog, constituiu-se também numa “praça pública” no ciberespaço para a realização de manifestações “de rua”.

Se a manifestação em praça pública é, *a priori*, aberta a qualquer interlocutor – basta estar na praça pública – o tuitaço também é aberto a qualquer pessoa ou instituição. Para se estar nessa praça pública cibernética, é necessário apenas ter o perfil na rede *twitter*. Com esse perfil, é possível criar um tuitaço, convocar interlocutores para participação, ou simplesmente para nele se manifestar (ou apenas observar, acompanhando as postagens – como se observa um ato na praça pública, tão somente assistindo ao desenrolar dos acontecimentos).

Nos primeiros sete meses de 2016, o MST teve atuação em pelo menos 11 tuitaços, seja apenas se manifestando em protestos assim criados por terceiros, seja ele próprio co-organizando, ao chamar interlocutores para participarem.

Os tuitaços nos quais o MST atuou estão listados no quadro 9, a seguir:

HASHTAG DO TUITAÇO	PAUTA DO TUITAÇO	DATA
#CulturaDaReformaAgrária	Motivado pelo Festival Nacional de Artes e Cultura da Reforma Agrária, promovido pelo MST em Belo Horizonte (MG). Defesa da agricultura familiar orgânica, divulgação das atividades do evento.	21/07/2016
#PLdaMordaca	Contra o Projeto de Lei do Senado 193/2016, o chamado “Escola sem partido”, que restringe a abordagem de temas políticos em sala de aula.	20/07/2016
#SeCampoECidadeSeUnir	Convocando mobilização popular contra o impeachment da presidenta Dilma Rousseff.	09/06/2016
#NãoMexeNoSUS	Contra possíveis mudanças (redução de serviços) no Sistema Único de Saúde (SUS). Motivada por declarações do ministro da Saúde do governo interino (Ricardo Barros) defendendo redução do SUS.	25/05/2016
#LutoPelaDemocracia	Trocadilho (formando ambiguidade proposital - “luto” do verbo lutar e no sentido de pesar) em protesto contra o impeachment da presidenta Dilma Rousseff.	12/05/2016
#GolpistasDay	Contra o impeachment da presidenta Dilma	11/05/2016

	Rousseff, no dia em que o Senado votava pela admissibilidade ou não do processo de afastamento da mandatária.	
#GolpismoDaMídia	Contra o oligopólio dos meios de comunicação tradicional e em rechaço ao comportamento desses meios na cobertura e análise do processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff.	05/05/2016
#RespeiteAsUrnas	Em defesa do mandato da presidenta Dilma Rousseff, contra o impeachment da mandatária da nação.	17/04/2016
#DecidaPelaDemocracia	Convocação para mobilizações contra o processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff.	11/04/2016
#BrasilContraOGolpe	Protesto contra o processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff.	31/05/2016
#VemPraDemocracia	Convocação para a participação em atos de rua em defesa do mandato da presidenta Dilma Rousseff, contra o impeachment da chefe do Executivo.	19/03/2016

Quadro 9 – Tuitaços dos quais o MST participou entre março e julho de 2016 | Fonte: <http://twitter.com>

Além desses tuitaços, destacaram-se também postagens do Movimento com *hashtags* as quais procuraram enfatizar algumas pautas específicas. Não consideramos aqui essas outras *hashtags* como tuitaços porque não houve explicitamente convocação para que mais perfis se manifestassem igualmente – não houve, enfim, o chamamento direto para um tuitaço, a formação de um tuitaço propriamente dito. Mas, como mencionado, foram pautas encampadas pelo MST, particularmente no início de 2016: a jornada nacional de lutas do movimento, sobretudo das mulheres (#JornadaNacional e #MulheresEmLuta, entre 7 e 10 de março); pedido de afastamento do então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (#ForaCunha, em março); e pela visibilidade da comunidade LGBT (#LGBTSemTerra, em 29 de janeiro).

Dos tuitaços elencados no quadro 9, abordamos neste momento o tuitaço contra o oligopólio dos meios de comunicação (#GolpismoDaMídia), por ter como objeto de discurso a mídia hegemônica, viés tratado nesta subseção.

O tuitaço #GolpismoDaMídia foi realizado em 5 de maio de 2016 (iniciou-se às 14h) e rendeu manifestações pelo *twitter* das mais variadas contas/perfis⁴⁷. Assim, diversos interlocutores aderiram ao tuitaço mencionado. O MST, por sua vez, participou tanto produzindo enunciações (postagens) próprias como retuitando, com comentário, os enunciados (tuítes) de terceiros. Entre enunciações originalmente do próprio MST e outras

⁴⁷ Embora a *hashtag* #GolpismoDaMídia tenha sido, posteriormente, utilizada com frequência por perfis diversos do Twitter, depois do tuitaço em 5 de maio e até o dia 1º de agosto de 2016 não houve mais tuítes do MST com a referida *hashtag*.

enquadradas de terceiros, foram 20 enunciados produzidos pelo Movimento na sua atuação no tuitaço #GolpismoDaMídia.

O enquadramento teve como intuito reforçar significados em defesa da luta ali empregada, qual seja a de denunciar como golpista a postura dos meios de comunicação empresariais que deram eco ao processo de impeachment da então presidenta Dilma Rousseff. Esta pesquisa tem como objetivo geral analisar e compreender como o MST constrói um contradiscurso ao da mídia hegemônica. Pelo tuitaço em questão constatamos que o Movimento MST construiu seu discurso sobre a mídia – classificando-a de “golpista” - tanto com enunciados de sua própria autoria como assumindo (enquadrando) enunciados de autoria de terceiros.

Ainda no tuitaço #GolpismoDaMídia, o MST se enunciou de forma multissemiótica, não se restringindo a se expressar apenas pelo texto verbal escrito. Vale sublinhar que, especificamente no caso de enunciações sincréticas com a ocorrência de linguagem audiovisual, trataram-se unicamente de tuítes de terceiros, isto é, do enquadramento de enunciados de outros interlocutores. Nesses casos, no processo de enquadramento o MST agregou texto verbal escrito próprio – como que legendando o tuíte terceiro incorporado. O enunciado de terceiro foi, pois, intercalado e reenquadrado pelo MST, que passou, assim, a construir uma nova enunciação baseada em enunciação de outrem, já manifesta. Reproduzimos duas situações nesse sentido, nas figuras 13 e 14.



Figura 13: Vídeo de terceiro interlocutor (Intervezes) reenquadrado. Fonte: twitter.com/MST_Oficial



Figura 14: Sobre o "Manchetômetro". Fonte: twitter.com/MST_Oficial

Ao incluir, num enunciado, o vídeo do coletivo “Intervozes” (figura 13), e no outro, entrevista com um especialista em Comunicação Social (Laurindo Leal Filho, figura 14), o MST inicialmente reforça, a partir da intercalação de outras vozes, o discurso que está a construir – como se essas vozes referendassem, fossem a chancela do discurso em construção. Observamos também nas duas enunciações reproduzidas um reenquadramento que acentua a entonação valorativa do enunciado primeiro. Na figura 13, vemos o MST “convocando” seus seguidores a se somarem à luta contra o oligopólio midiático, ao repetir o “levante sua voz!” expresso na enunciação compartilhada. Mais uma vez, a “natureza convocatória” inerente a um produtor social (TORO A. e WERNECK, 1997) sendo verificada no enunciar-se desse produtor.

Por seu turno, a enunciação da figura 14 é significativa sobre a participação do MST no tuitaço em questão porque busca mostrar - enquadrando um discurso terceiro, de um enunciadador tido como detentor de autoridade para se manifestar⁴⁸ - não haver dúvidas sobre o golpismo das empresas de comunicação. O enunciado reenquadrado traz um vídeo que explica um projeto de pesquisadores, denominado “Manchetômetro”, o qual por meio de estatísticas “desmascara” (opção lexical do MST) a parcialidade dos veículos de comunicação. Ao mobilizar/reenquadrar essa voz e não outra, o enunciado do MST se reveste de uma maior credibilidade, pois não se trata apenas de uma “denúncia” sem fundamento do MST sobre o comportamento golpista da mídia; “os números provam” esse viés – é o discurso

48 Trata-se de Laurindo Leal Filho, ou Lalo, como é conhecido; doutor em Comunicação Social, é referência em análise da mídia brasileira. Entre outras produções, apresentava à época um programa de televisão, “Ver TV”, em que discutia a programação da televisão brasileira.

expresso pelo Movimento nesse enunciado representativo. Além de enquadrar o discurso do outro (a saber, uma pesquisa) o enunciador usa o verbo “desmascarar”. Assim, o MST **reacentua o discurso enquadrado por meio de uma acentuação valorativa**. Em outros termos, ele traz a voz do outro e a reacentua com tonalidades próprias, conferindo a essa voz novas matizes ideológicas a fim de cumprir o seu projeto de dizer: opor-se à “grande mídia”. Como afirmam Bakhtin/Volochínov (2006 [1929], p. 67), “a palavra revela-se, no momento de sua expressão, como produto da interação viva das forças sociais”.

Dentro do limite de 140 caracteres que marca o microblog *twitter*, o MST consegue enunciar exatamente o que considera que necessita de ser dito sobre a “mídia burguesa”: que ela não é neutra; que ela mascara essa neutralidade; e que isso pode ser provado estatisticamente (pelo “manchetômetro”). Nota-se que o Movimento logra êxito no seu intento de tornar o gênero discursivo “tuíte” (enunciado/postagem no *twitter*) em um **gênero retórico**, aquele que, segundo Bakhtin (2014 [1920-1970], p. 152), conhece “as formas mais variadas de transmissão do discurso de outrem e, na maioria dos casos, fortemente dialogizadas”. É da retórica recorrer a **reacentuações de palavras transmitidas** (BAKHTIN (2014 [1920-1970])), como apontado nas duas enunciações discutidas anteriormente. Servem elas como a obra que é réplica do diálogo, “disposta para a resposta do outro (...), que pode assumir influência educativa sobre os leitores, suas convicções, respostas críticas, *influência sobre seguidores e continuadores*” (BAKHTIN, 2016 [1952-1958], p. 34, grifo nosso).

As demais postagens do MST no tuitaço *#GolpismoDaMídia* alertam para o oligopólio da área de comunicações no Brasil, e apontam para esse oligopólio como a força que sustenta o “golpismo”. Ou seja, embora o objetivo principal do tuitaço tenha sido associar o impeachment (na época prestes a ter aceitabilidade votada pelo Senado da República) como resultado de uma campanha promovida pelos veículos de comunicação com o intuito de desgastar o governo de Dilma Rousseff e criar um ambiente favorável para o afastamento da presidenta, o MST preferiu se expressar indo à raiz do problema. Isto é, o MST denuncia que a origem desse vício está na falta de pluralidade nos meios decorrente da concentração das grandes empresas de comunicação nas mãos de poucos mas poderosos grupos. Reiteramos a afirmação de Intervezes (2015), a qual aponta estarem os meios de comunicação tradicionais do país (rádio, televisão aberta, jornais e revistas), de maior alcance, audiência e/ou tiragem, sob oligopólio de sete famílias - Marinho (Organizações Globo), Abravanel (SBT), Saad (Rede Bandeirantes), Sirotsky (RBS), Civita (Editora Abril), Frias (Folha de S. Paulo), Mesquita (O Estado de São Paulo) - e ainda de duas grandes organizações religiosas - a

Universal do Reino de Deus (Record) e a Igreja Católica (Rede Vida). E, segundo Lima (2004), esse oligopólio tem raiz no modelo de concessão dos canais de televisão e rádio, o qual privilegiou a atuação de empresas privadas, não de emissoras públicas, estatais ou educativas, embora a Constituição da República proíba o monopólio/oligopólio e estabeleça o princípio da complementaridade do sistema de radiodifusão aberta⁴⁹.

O Movimento frisou ainda, em enunciações construídas no tuitaço, que o rechaço a essa concentração deve fazer parte da luta dos movimentos sociais, inclusive enquanto defesa de suas bandeiras finalísticas. Unimos três enunciados nesse sentido, reproduzidos na figura 15:



Figura 15: Contro o discurso da mídia hegemônica sobre os sem terra. Fonte: twitter.com/MST_Oficial

49 No Título VII, Capítulo V, os artigos 220 a 224 tratam da Comunicação Social e fixam os princípios constitucionais para a área.

Todos os três enunciados listados carregam em seus planos de expressão mensagens que comunicam aos interlocutores do MST que a luta original do Movimento – a defesa dos trabalhadores sem terra, dos camponeses – não é frutífera se não for promovida também uma luta pela democratização das comunicações. Especificamente no primeiro enunciado da figura 15, o MST reforça ainda que os grandes veículos de comunicação empresariais são alinhados justamente do segmento que representa a resistência à reforma agrária, qual seja o agronegócio. Na terceira enunciação, por sua vez, uma analogia implícita do latifúndio da terra com o latifúndio midiático. Assim como no campo as relações de poder conseguem excluir os trabalhadores para assegurar o monopólio sobre grandes extensões de terra, na comunicação o camponeses também não têm vez. Destaque-se o retórico “Voz ao povo”, a iniciar o texto verbal escrito da enunciação, marcada também por uma imagem que traz a base do Movimento – dois trabalhadores rurais buscando exercer seu direito de comunicar.

Os planos de expressão multissemióticos, a reacentuação valorativa de palavras de outrem reenquadradas, a transformação do tuíte em gênero retórico são regularidades mencionadas, constatadas na análise dos tuitos em que o MST protagonizou, que mostram como o Movimento reproduz no ciberespaço o ato da praça pública, discursivamente.

A seguir, vem a análise de enunciados do MST que buscam realçar as lutas e o *modus operandi* do Movimento, contrapondo-se ao discurso predominante na mídia hegemônica. |

5.3 O MST: narrativas de resistência

A terceira cadeia enunciativa geradora de dados para análise nesta dissertação inclui enunciações que o MST produz com o intuito de legitimar sua atuação (suas lutas e *modus operandi*), em contraposição ao discurso predominante na mídia hegemônica de desqualificação dessa atuação. Começamos esta subseção dando continuidade à mobilização do MST nos tuitos, porque esse instrumento de enunciação tem sido utilizado pelo Movimento (também) na exposição de argumentos em defesa de sua forma de atuar.

5.3.1 Um tuitaço contra aquilo-de-que-já-se-falou

Trazemos para análise o tuitaço #CulturaDaReformaAgrária, marcado para às 15h de 21 de julho de 2016, convocado pelo MST por ocasião da Feira Nacional de Artes e Cultura da Reforma Agrária, promovida pelo Movimento entre os dias 20 a 24 de julho de 2016, em

Belo Horizonte (MG). Além da comercialização de produtos oriundos de assentamentos do MST, a feira contou com palestras, debates e apresentações artísticas.

Nesse caso, temos mais uma vez a exemplificação da concepção bakhtiniana de que os enunciados não surgem do vácuo social; são respostas ativas ao já dito. Afinal, exatamente em 2016 a Rede Globo colocava no ar a campanha “O agro é pop” - uma série de inserções publicitárias de valorização ao agronegócio. O portal de notícias G1, da própria Organizações Globo, noticiou o seguinte sobre a campanha⁵⁰: “A Campanha 'Agro é Tech, Agro é Pop, Agro é tudo' foi concebida pelas gerências de Marketing e de Comunicação da Rede Globo e vai até junho de 2018. A cada 15 dias, um novo tema é apresentado ao público. Até agora, os temas abordados foram frango, café, milho, arroz, laranja e flores [sic]. Todos importantes produtos do agronegócio do nosso país”. Vale lembrar que, como mencionamos no capítulo 2 desta dissertação, as ligações dos empresários de comunicação com o agronegócio são estreitas. A família Marinho, proprietária da Rede Globo, é dona de empreendimentos em agronegócio – Fazenda Bananal Agropecuária (Parati, RJ), Mangaba Cultivo de Coco (Cairu, BA) e Fazendas Guara Agropecuária (Rio de Janeiro, RJ) (INTERVOZES e FRONTEIRAS, 2017).

Ao definir a *hashtag* #CulturaDaReformaAgrária, pelas opções lexicais escolhidas constata-se a nítida demarcação de posição contrária à prática do agronegócio reverberada pela mídia hegemônica (por meio, na situação aqui em particular, do maior conglomerado dessa mídia, a Rede Globo). Não obstante, o tuitaço resultou em mais de uma centena de tuitadas⁵¹, dos mais diferentes perfis no *twitter* – pessoais e institucionais. O MST produziu 14 tuítes no momento do tuitaço, mas nos dias seguintes – durante a realização da feira – continuou a utilizar a referida *hashtag* em suas postagens sobre a Feira da Reforma Agrária.

Dos 14 tuítes do MST com a *hashtag* mencionada, 13 foram de autoria própria do perfil do Movimento na rede, e apenas um se tratou de enquadramento de enunciação de terceiros (o “retuíte”).

Foi reenquadrado uma enunciação do perfil da Central Única dos Trabalhadores (CUT; conta @CUT_Brasil), convocando seus seguidores para o tuitaço chamado pelo MST; o retuíte está reproduzido na figura 16, a seguir:

50 Extraído da matéria "Agronegócio é valorizado em campanha da Rede Globo". Disponível em <<http://g1.globo.com/economia/agronegocios/agro-a-industria-riqueza-do-brasil/noticia/2016/10/agronegocio-e-valorizado-em-campanha-da-rede-globo.html>> Acesso em 20/07/2017.

51 A quantidade de tuitadas no tuitaço referido, se comparado a outros, pode ser considerada pequena. Entretanto, como não é objeto deste estudo abordar a consistência de um tuitaço em si, mas como o MST participa dessa ação, o tamanho da repercussão tem, avaliamos, impacto mínimo na análise.



Figura 16: Convocação para tuitaço #CulturaDaReformaAgraria. Fonte: twitter.com/MST_Oficial

No enunciado da figura 16, temos a voz de uma instituição outra (CUT) sendo replicada pelo MST, o qual, ao fazê-lo, encampa tal voz. A voz primeira e a reenquadrada reforçam a convocação para o tuitaço. A fotografia que constitui o enunciado apresenta bancas de exposição de produtos agrícolas de assentamentos, com destaque para a bandeira do MST. Ou seja, é como se aproximasse o interlocutor ao cronotopo da Feira da Reforma Agrária, e com essa aproximação se nota um evidente esforço para aglutinar adeptos para a manifestação – migrada da praça pública física para a praça pública do tuitaço.

Planos de expressão sincretizados constituíram também as demais postagens do MST no tuitaço em questão. E essas enunciações salientaram a importância da reforma agrária não só para o desenvolvimento econômico e social do país, mas principalmente para a segurança alimentar da população. Entendemos ser esse um discurso de nítida contraposição ao discurso veiculado pela campanha “O agro é pop” da Globo, campanha essa que, por meio de peças publicitárias na televisão, credita ao agronegócio - e não à agricultura familiar - a função social de alimentar toda uma nação.

É recorrente ainda o uso do termo “alimentos saudáveis”, demarcando uma diferença essencial entre os dois modelos de agricultura: enquanto o agronegócio é caracterizado pela produção a partir do uso intensivo de agrotóxicos⁵², a agricultura familiar costuma prezar pela

52 De acordo com o Ministério do Meio Ambiente, a introdução dos agrotóxicos (então chamados “defensivos

produção orgânica, livre de venenos agrícolas. Também há escolhas lexicais que fazem referência ao manuseio da terra. Afinal, esse manuseio da terra na agricultura familiar, de assentamentos, é menos mecanizada, e feita em boa parte pelas mãos dos trabalhadores, que lidam com diversas culturas, ao passo que a agricultura de negócio é dominada por máquinas, que percorrem grandes extensões de áreas, geralmente dedicadas à monocultura. Algumas enunciações nesse sentido estão listadas no quadro 10:

- Alimentos saudáveis cultivados pela agricultura familiar. #CulturaDaReformaAgraria
- Na Reforma Agrária quem se beneficia é a população que terá para consumo alimentos mais saudáveis e sustentáveis. #CulturaDaReformaAgraria
- Somente uma terra cuidada pela agricultura familiar poderá garantir a segurança alimentar da população brasileira. #CulturaDaReformaAgraria
- O Brasil é hoje o maior consumidor de agrotóxicos do mundo #CulturaDaReformaAgraria
- Buscar romper com a cultura das terras devolutas e improdutivas, e trazer alimentos saudáveis na mesa do povo. #CulturaDaReformaAgraria

Quadro 10 - Alguns tuítes do MST no tuitaço #CulturaDaReformaAgrária. Fonte: twitter.com/MST_Oficial

Nos dias seguintes ao do tuitaço, durante o período de realização da Feira Nacional de Artes e Cultura da Reforma Agrária, as postagens do MST com a *hashtag* #CulturaDaReformaAgrária incluíram tuítes de divulgação da programação do evento. No entanto, o discurso passou a ter uma entonação mais informal, das **conversas cotidianas**. É como se as enunciações funcionassem como porta-voz das vozes que estavam frequentando o evento como visitante, e narrando, contando o que encontravam pela feira – as histórias dos expositores, os alimentos comercializados, as peculiaridades, as curiosidades. O contradiscurso ao agronegócio passou a ser menos explícito.

No lugar de opções lexicais que objetivamente demarcavam a contraposição (como “agricultura familiar”, “reforma agrária”, “terra bem cuidada” - entre outros termos expressos nos tuítes listados no quadro 10), emergiram palavras e imagens prioritariamente relacionadas

agrícolas” na agricultura se inicia na década de 1950, “com a revolução verde, quando o processo tradicional de produção agrícola sofreu drásticas mudanças, com a inserção de novas tecnologias, visando a produção extensiva de *commodities* agrícolas”. Disponível em <<http://www.mma.gov.br/seguranca-quimica/agrotoxicos>>. Acesso em 29/01/2018. Da década passada para cá, o uso dos agrotóxicos no Brasil se intensificou. Segundo o IBGE, entre 2002 e 2012, o consumo mais que dobrou (média de 2,7 kg/ha para 6,9 kg/ha). Disponível em <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2013-agencia-de-noticias/releases/10125-ibge-divulga-indicadores-de-desenvolvimento-sustentavel-ids-2015.html>>. Acesso em 29/01/2018.

ao evento pontual Feira da Reforma Agrária. Todavia, ao analisarmos a grande temporalidade das enunciações, o histórico de discursos **já-ditos** sobre o MST, sobre os assentamentos, sobre a luta contra o latifúndio, é indubitavelmente estabelecida uma relação dialógica com tais discursos já-ditos. E isso com o propósito de contestá-los, rechaçá-los – de descentralizar o discurso hegemônico por meio da construção de um discurso de resistência (forças centrífugas *versus* forças centrípetas novamente em ação). Observemos as figuras 17 e 18:



Figura 17: Expositoras na Feira da Reforma Agrária. Fonte: twitter.com/MST_Oficial



As fotografias que compõem o plano de expressão dos enunciados apontam para as *peessoas* que são o MST. Não há apenas o discurso do Movimento enquanto instituição; há um discurso que retrata quem são os sujeitos que formam a instituição. Portanto, à mecanização, à produção em larga escala do agronegócio, o MST se contrapõe apresentando os rostos de quem produz em pequenas proporções. A simplicidade da banca de exposição de produtos retratada na figura 17, mostrando a importância daquela atividade para a subsistência da família ali representada, contrasta com as imagens “já-ditas” de extensas lavouras do agronegócio dedicadas à exportação de *commodities*.

A simplicidade, a informalidade, a coloquialidade, tudo isso é manifesto não só na linguagem visual constituinte do enunciado, como nas opções de léxico para alguns textos verbais escritos também, na composição dos enunciados multissemióticos:



Figura 19: HMMMMMMMMMMMMMMMM E essa delícia? Fonte: twitter.com/MST_Oficial

Identificamos no enunciado reproduzido na figura 19 uma espécie de “enunciado de construção híbrida” (BAKHTIN, 2014 [1920-1970], p. 110), ou seja, aquele “pertencente a um único falante, mas onde, na realidade, estão confundidos dois enunciados, *dois modos de falar, dois estilos, duas linguagens, duas perspectivas semânticas e axiológicas*” (grifo nosso). É o MST, enquanto produtor social, institucionalmente, enunciando-se, porém incorporando ao texto verbal escrito a oralidade da fala; a linguagem informal, coloquial, ao dizer “HMMMMMMMMMMMMMMMM E ESSA DELÍCIA AQUI?”. Reparemos também que temos uma escrita em letras maiúsculas – estilo típico da linguagem em internet quando se pretende transmitir a impressão de surpresa, exclamação; quando se quer dar um volume (som) mais elevado a determinada fala.

A informalidade não está apenas na escolha lexical. A imagem igualmente está desprovida de maiores formalismos. A fotografia apresenta uma refeição que busca instigar o estômago do interlocutor; a viçozidade do alimento é ressaltada, porém dispensando o luxo – o pratinho e o talher descartáveis, sobre uma toalha de mesa xadrez. É o significado da

“cultura da reforma agrária”: o alimento saudável, caseiro; o cenário rústico, em contraste com os produtos processados e o luxo, a ostentação do *agrobusiness*. A enunciação reproduzida na figura 20, a seguir, também segue essa linha:



Figura 20: A moqueca. Fonte: twitter.com/MST_Oficial

O enunciado ilustrado na figura 20 exemplifica o que Bakhtin (2014 [1920-1970] p. 74) fala da “estratificação interna de uma língua nacional única”, que se dá

em dialetos sociais, maneirismos de grupos, jargões profissionais, linguagens de gêneros, fala das gerações, das idades, das tendências, das autoridades, dos círculos e **das modas passageiras, das linguagens de certos dias e mesmo certas horas** (cada dia tem sua palavra de ordem, seu vocabulário, seus acentos. (BAKHTIN, 2014 [1920-1970], p,74; grifo nosso)

Na enunciação, o enunciador (MST) recorreu a escolhas lexicais com entonação e acento bem peculiares para a época em que foi produzida. O “olha”, de “Olha essa moqueca” tem, para os tempos em que fez pronunciada, um significado muito mais abrangente do que apenas funcionar como imperativo do verbo “olhar”. Era “moda”, “tendência” na ocasião (e no momento em que esta pesquisa estava em produção) o uso do “olha” como o chamamento para algo especial, surpreendente, emocionante. Da mesma forma que o “sério”, de “Sério,

olha essa moqueca” ali verbalizado não tem o intuito apenas de confirmar a veracidade do que está se afirmando. O “sério” para tal época, com determinada entonação, significa dizer que o objeto daquela enunciação (a moqueca) era algo ímpar, imperdível, que merecia toda atenção, todo o reconhecimento. Semelhante a uma gíria. Tratam-se de significados da conversa cotidiana, da oralidade, de modos contemporâneos de acentuar determinada enunciação, que o MST trouxe para a cadeia enunciativa em que se pronunciou ressaltando a relevância da reforma agrária para diversos aspectos da vida social (entre eles, a alimentação saudável). Apelo e retórica semelhantes se observam na postagem reproduzida na figura 21, a seguir:



Figura 21: O acarajé da dona Maria. Fonte: twitter.com/MST_Oficial

Mais uma vez temos a personificação do institucional, por meio da expressão “dona Maria”; temos novamente um plano de expressão que valoriza a linguagem visual, por meio da qual transmite a mensagem do alimento saboroso e saudável. Há ainda uma convocatória indireta, com o “#QueriamesmoEra comer um acarajé (...)”.

Tanto neste tuitaço da #CulturaDaReformaAgrária como no abordado na seção anterior (#GolpismoDaMídia) confirmamos percepção inicial de que o cronotopo do twitter é utilizado pelo MST como recurso para dialogar, prioritariamente, com seus reeditores sociais

e, numa segunda instância, com a sociedade em geral, com o intuito de expor a esses interlocutores uma contrapalavra ao discurso predominante na mídia hegemônica. Ao reiteradamente optar por termos como “golpismo da mídia”, de “monopólio/oligopólio”, “democratização das comunicações” o MST constrói seu discurso sobre a mídia empresarial e se posiciona como movimento social militante na área de comunicação. Em outro momento, o MST ergue o contradiscurso ao discurso hegemônico da mídia conforme vai ressaltando as vantagens da produção agrícola oriunda da reforma agrária, ao enunciar esses produtos – como o acarajé feito com ingredientes da agricultura familiar -, ao apresentar esses produtores (a “dona Maria” do mesmo acarajé). Em contraposição ao agronegócio mecanizado, enaltecido pela mídia empresarial, o MST constrói um discurso de valorização da agricultura familiar.

5.3.2 As enunciações multissemióticas no *youtube*

A partir das duas cadeias enunciativas já abordadas até aqui, verificou-se que o reenquadramento de vozes se mostrou como regularidade do MST em suas enunciações por meio de tecnologias informacionais como *twitter* e *facebook*. Não se trata apenas de uma opção estilística. Afinal - tal qual Bakhtin [2014 (1920-1970), p. 73-74] que, ao analisar o discurso no romance, identifica esse gênero literário como inerentemente pluriestilístico, plurilíngue e plurivocal -, verificamos que as enunciações em tecnologias informacionais também têm inevitável diversidade de estilos, e mobilizam vários discursos.

Em um espaço em que linguagens sincréticas⁵³ se materializam em conteúdos audiovisuais, como o *youtube*, percebemos que o MST estrategicamente também reenquadra discursos, vozes outras, não simplesmente por questões de estilo, mas para alcançar seu projeto de dizer. No caso, para construir um discurso de enaltecimento, para validação, reconhecimento social, de sua luta. No *youtube*, identificamos enunciações do MST que compõem a terceira cadeia enunciativa estabelecida como critério para geração de dados; trata-se da cadeia enunciativa constituída de enunciados em que o Movimento discursa sobre a vida social, falando de si, de seus temas, suas lutas, sua orientação ideológica, seu *modus operandi*.

53 Ao mencionarmos “linguagens sincréticas” nos referimos a enunciações multissemióticas. Optamos por esse termo específico – linguagens sincréticas – para tratar de discursos em produção audiovisual, baseando-nos em Fachine (2009)

De acordo com informações disponíveis na página do MST no *youtube*⁵⁴, o Movimento está inscrito no canal desde 14 de julho de 2010. Desde então e até fevereiro de 2017, o canal acumulava 1.738 inscritos e 482.910 visualizações. É uma média baixa de inscrição – uma a cada 1,4 dia de existência do canal, e também pouca expressiva de visualizações (201 por dia). Nas outras duas redes de comunicação interativa em que o MST está presente e que são o cronotopo de análise deste estudo, a adesão se mostrava mais significativa. No *twitter*, no mesmo período, eram 73,3 mil seguidores (conta aberta em fevereiro de 2009). Já a página do movimento no *facebook* registrava em fevereiro de 2017 aproximadamente 311 mil curtidas.

Até 10 de fevereiro de 2017, o canal do MST no *youtube* contabilizava 266 vídeos postados. Encontramos vídeos com depoimentos de lideranças do próprio MST – João Pedro Stedile, principal referência do MST, é o mais presente em tais enunciados – e sobretudo de simpatizantes que sejam figuras públicas. Políticos, como a então presidenta Dilma Rousseff, ou o ex-deputado federal Brizola Neto, e ainda o ex-senador Eduardo Suplicy, dentre outros; artistas, como os atores Wagner Moura e Danny Glover, o cantor Chico César; pesquisadores e pensadores, como o geógrafo britânico David Harvey, a ativista Renée de Carvalho e o teólogo Leonardo Boff; e ainda lideranças internacionais, como o ex-presidente do Uruguai José Pepe Mujica e o Papa Francisco aparecem em vídeos postados pelo MST, fazendo declarações em favor do movimento, ou de sua luta.

São recorrentes também vídeos sobre eventos e atividades promovidas pelo MST – congressos, feiras, debates, palestras. Sobretudo nessas produções audiovisuais postadas é que aparecem rostos e vozes dos integrantes do Movimento: acampados e, mais frequentemente, assentados (agricultores familiares que produzem alimentos e participam de encontros, exposições, feiras e iniciativas similares, relacionadas à reforma agrária). Mas há também, como citamos, a presença de figuras públicas representativas para o campo de atuação do MST.

Além de enunciações sobre as quais o MST fala da vida social, de si, de suas lutas, orientação ideológica, outro critério para a seleção de enunciados na tecnologia informacional *youtube* foi a quantidade de visualizações dos vídeos (maior número absoluto⁵⁵). Definimos esse critério por entendermos que foram as enunciações, nessa plataforma tecnológica, de maior alcance, que mais reverberaram, ao menos *a priori*. Começamos, pois, com o vídeo

54 O endereço da página é o <<https://www.youtube.com/user/videosmst>>. Acesso em 10/02/2017.

55 Disponíveis em <<https://www.youtube.com/user/videosmst/videos?view=0&flow=grid&sort=p>>. Acesso em 10/02/2017.

mais assistido.

5.3.2.1 A “voz” de Chico Buarque: enquadramento e valoração

Iniciamos a análise discursiva multissemiótica de enunciados do MST no *youtube* pelo vídeo com maior quantidade de visualizações. Trata-se de uma espécie de reportagem, feita pelo próprio MST, sobre a participação de Chico Buarque⁵⁶ em um amistoso de futebol com integrantes do MST. A postagem no *youtube* desse vídeo está reproduzida na figura 22:



Figura 22: Postagem do vídeo com Chico Buarque. Fonte: youtube.com/user/videosmst

Bakhtin (2015 [1934-1936], p. 21) afirma que a análise do discurso precisa de considerar forma e conteúdo ao mesmo tempo, porque ambos (forma e conteúdo) “são indivisíveis no discurso concebido como fenômeno social”. Dessa forma, a análise que segue leva em conta o discurso verbalizado no decorrer do vídeo, ao mesmo tempo em que considera aspectos da linguagem audiovisual empregada: enredo, sequência narrativa, roteiro, fotografia e sons constituintes da enunciação em questão (o sincretismo de que trata Fechine ([2009])). Importante, antes de tudo, contextualizar o cronotopo da enunciação: temos um vídeo publicado no canal do MST no *youtube* em 15 de setembro de 2015, sobre uma partida de futebol entre o time de Chico Buarque e uma equipe formada principalmente por integrantes da Federação Única dos Petroleiros (FUP) e do MST.

O vídeo se inicia com Chico Buarque chegando ao campo e sendo recebido por João Stedile, uma das lideranças do MST. Em seguida, vêm imagens dos times se aquecendo. Aos 28 segundos, tem início uma entrevista de Stedile com Chico Buarque. Em plano médio, aparece à esquerda da tela Stedile, com microfone em punho, e Chico ao lado, vestido com

⁵⁶ Compositor e cantor, reconhecido nacional e internacionalmente pelas suas canções de protesto contra a ditadura militar (1964-1985), por exemplo, Chico Buarque tem se notabilizado nestes recentes anos de polarização político-partidária-ideológica por se posicionar publicamente sobre pautas defendidas por movimentos sociais e pela esquerda.

um boné do MST. Stedile indaga o cantor e compositor sobre a Escola Nacional Florestan Fernandes, construída pelo Movimento em Guararema, interior de São Paulo, referência para a luta camponesa de todo o mundo, e que estava a completar dez anos na ocasião daquele amistoso.

Chico Buarque lembra que já tinha contribuído com o MST compondo duas músicas para o projeto “Terra”, constituído de livro com fotografias de Sebastião Salgado, texto de José Saramago e disco com canções de sua autoria. Chico pondera não conhecer a Escola Florestan Fernandes (diz ele, enquanto manuseia um material impresso: “*só conheço assim, de fotos*”), mas afirma saber que a instituição “*deu frutos*”. Continua ele: “*Ouçó falar maravilhas, pela possibilidade da formação de quadros, de instrução política; e não só isso - tem música, curso de literatura, tem arte*”. Acrescenta que a Escola atende movimentos da América Latina e “*promove uma integração, que é sempre bem vinda, entre os nossos povos irmãos*”.

Essa fala inicial dura pouco mais de um minuto e, em seguida, o vídeo apresenta 20 segundos de momentos de conagração entre os participantes do jogo, e lances da partida de futebol em si, para na sequência continuar a dar voz a Chico Buarque. Volta a aparecer Stedile ao lado de Chico; a liderança do MST conta a Chico que, depois de o Movimento “*consultar as bases*”, decidiu por batizar de Sócrates Brasileiro⁵⁷ um campo de futebol que o MST estaria para inaugurar, “bonito como este teu aqui” (a partida se dá na cancha do Politeama, equipe do cantor e compositor). Chico afirma que a escolha “*tem tudo a ver*”, porque se estivesse vivo, Sócrates certamente estaria apoiando “*a Escola [Florestan Fernandes], o MST; [Sócrates] participou de todas as lutas pela democracia*”. Depois Stedile e Chico dialogam sobre Sócrates (lembanças, o fato de o jogador ter participado de partidas com Chico Buarque, de bate papos, causos em geral). Essa segunda parte da entrevista dura praticamente dois minutos; ao término dela voltam a ser exibidas imagens do amistoso entre o time do cantor e compositor e o time do MST e dos petroleiros. Uma terceira parte da entrevista aborda ameaças à entrega do petróleo do pré-sal à exploração de companhias

57 Jogador de futebol nascido em Belém (19/02/1954), revelado pelo Botafogo de Ribeirão Preto (SP), disputou duas Copas do Mundo pela seleção brasileira (1982 e 1986), e que jogou também por Corinthians, Fiorentina (Itália), Flamengo e Santos. Quando defendeu o Corinthians, nos anos 1980, liderou o movimento “Democracia Corinthiana”, que pleiteava maior participação dos atletas nas decisões do clube, e participou ativamente do movimento “Diretas Já”, em 1984, o qual pedia eleições diretas para a presidente da República. Sócrates, que se formou em Medicina e por isso era chamado também de “Doutor Sócrates” (e de “Magrão”) morreu 4 de dezembro de 2011. Segundo noticiou o MST em seu site, em 18 de julho de 2017, o campo estava previsto para ser inaugurado em setembro desse mesmo ano, na Escola Nacional Florestan Fernandes.

estrangeiras. Chico Buarque responde lembrando que “*o petróleo é nosso - um velho lema, que deve ser lembrado sempre, porque há uma cobiça permanente em torno da Petrobrás*”, e diz não acreditar que a sociedade deixaria que essa entrega se concretizasse. Terminado o assunto, mais lances do amistoso são apresentados, há também a entrega de um uniforme de petroleiro a Chico, feito por integrante da FUP; depois Stedile entrega uma cesta possivelmente com produtos da reforma agrária, dizendo ao cantor que nela tem uma “*cachaça da boa, orgânica*”. Na sequência, pede que o artista autografe três DVDs para enviar a “*amigos da Venezuela*”. O vídeo termina com mais lances da partida.

Constatamos que o **reenquadramento** da **voz** de Chico Buarque feito pelo MST em favor do Movimento e de causas ligadas aos movimentos sociais (como a defesa da nacionalização do petróleo da camada pré-sal) acentua valorativamente a enunciação, o discurso. Claro que, como propõe Bakhtin (2014 [1920-1970], p. 141), “para adivinhar o significado verdadeiro das palavras de outrem pode ser decisivo saber-se quem fala e em que precisas circunstâncias”. Essa acentuação valorativa de que falamos – uma assinatura que legitima, dá credibilidade ao discurso - será de fato percebida se o interlocutor tiver conhecimento da representatividade da figura de Chico Buarque; inferir que a palavra dele é uma palavra de credibilidade, de “autoridade” para determinado auditório social. Apostando nesse conhecimento partilhado de seu auditório social, o MST reenquadra a voz do artista, assinala a relevância da “circunstância” - “um amistoso”, isto é, um futebol entre amigos, companheiros.

Podemos inferir também que o vídeo em questão é um enunciado que responde à narrativa predominante nos grandes veículos de comunicação que associa o MST “à baderna” (INTERVOZES, 2011). É um enunciado com um intuito de construir um contradiscurso a essa narrativa – ou em outras palavras, de desconstruir esse discurso hegemônico de criminalização do Movimento. Afinal, se o MST fosse um promotor de “baderna, de violência”, como receberia o apoio de um artista, de um intelectual da envergadura de Chico Buarque, ainda mais num “amistoso”?

A referência ao jogador Sócrates pode ser entendida também como uma forma de trazer uma outra voz ao enunciado sendo construído naquela entrevista, que depois de gravada seria reenquadrada (cortada, editada, tratada esteticamente – som, imagem, montagem). Ao anunciar que as bases do MST decidiram homenagear o atleta e ao ouvir de Chico Buarque que Sócrates seguramente, vivo fosse, estaria ao lado das lutas do MST, a enunciação traz em seu discurso, indiretamente, o discurso do jogador que foi craque em sua atividade e

referência como cidadão, como figura pública, como um produtor social que transferiu seu prestígio esportivo para reforçar a luta pela democracia no país. Um movimento “baderneiro” teria como referência e teria o apoio de um lutador pacifista como o “Doutor Sócrates”? É, no mínimo, a dúvida que ficaria no interlocutor do MST que se pusesse a refletir (e está mais uma vez aí o dialogismo inerente à linguagem) diante de dois discursos - o da mídia hegemônica e o do MST propriamente dito⁵⁸.

Interessante sublinhar também que o próprio Chico Buarque, em sua fala, enquadra um discurso de outrem - “o petróleo é nosso”, slogan da campanha de criação e defesa da Petrobrás posta em marcha pelo governo de Getúlio Vargas, nos anos 1950. É ainda Bakhtin (2014 [1920-1970], p. 140) que observa: “no discurso de qualquer pessoa que vive em sociedade, (em média) pelo menos metade de todas as palavras são de outrem reconhecidas como tais, transmissíveis em todos os graus possíveis de exatidão e imparcialidade (mais exatamente, de parcialidade)”. A enunciação de Chico Buarque, reenquadrada pelo MST em seu enunciado, se dá em um **cronotopo de encontro** – de encontro de lutas e causas comuns entre o instante daquela enunciação e ao de lutas e causas remotas à origem do enunciado primeiro (a origem de “o petróleo é nosso”). E, desse encontro, o ingrediente do contradiscurso engendrado ali, pelo MST.

Da lista dos 20 vídeos mais visualizados no canal do MST no *youtube*, e com base especificamente nesse que reenquadra a voz de Chico Buarque, consideramos que nessa rede de comunicação interativa em linguagem audiovisual o MST opta com regularidade por mobilizar vozes outras, reenquadrá-las e acentuá-las valorativamente, para construir seu discurso de oposição ao da mídia hegemônica. No acabamento do enunciado enquadrado – a montagem, edição e finalização do vídeo; o texto verbal escrito que emoldura o vídeo (título da postagem) – aí sim temos a autoria institucional do MST. Atuando como o editor social definido por Toro A. e Werneck (1997), o MST dialoga com seu público, enunciando-se de modo a expor um contradiscurso àquele predominante nos meios de comunicação de massa tradicionais.

5.3.2.2 Por vozes outras: a exotopia do MST

58 Ressalve-se que, na conjuntura de extrema polarização político-partidária em que se produziu a enunciação analisada, para determinados auditórios sociais Chico Buarque e Sócrates não são vozes representativas (ao contrário, são desqualificadas); para o auditório social com o qual o MST busca manter interlocução, são, aí sim, figuras que avalizam a luta, o *modus operandi*, a orientação ideológica do Movimento.

O MST se posiciona como um editor social, enunciando-se em seu canal no *youtube* sobre sua versão acerca dos fatos da vida nacional. Essa enunciação se dá por vezes outras que não basicamente a voz institucional do Movimento, conforme observamos com o vídeo de Chico Buarque e outros listados entre os mais visualizados do canal. A matéria-prima do discurso engendrado pelo MST nessa arena discursiva do ciberespaço (o *youtube*) vem da voz – das vozes – de outrem, seja de figuras públicas representativas, como Chico Buarque, seja de próprios integrantes do Movimento, como se pode observar na relação dos 20 vídeos mais populares, listados no quadro 11:

TÍTULO	DATA	VISUALIZAÇÕES	DURAÇÃO	DO QUE TRATA O VÍDEO
1. Chico Buarque em amistoso com o MST	15/09/2015	62.514	6'39"	Entrevista com o cantor e compositor Chico Buarque, feita em futebol de confraternização com o MST, do qual o artista participou.
2. Rage Against the Machine dedica música ao MST	09/10/2010	56.051	3'07"	Em show no Festival SWU, banda dedica música ao MST.
3. Agrotóxico no leite materno e opinião da senadora Kátia Abreu	10/08/2014	29.982	2'33"	Trecho do documentário “O veneno está na mesa”.
4. Chávez vive no coração do Brasil	04/03/2015	25.379	16'37"	Documentário sobre o legado de Hugo Chávez.
5. Mulheres contra o eucalipto transgênico	05/03/2015	21.640	2'35"	Ocupação da fábrica da Suzano (papel e celulose), em Itapetininga/SP.
6. Tucuruí – A saga de um povo	15/12/2010	17.486	16'42"	Documentário sobre a barragem da usina, no Pará.
7. Eu apoio o MST – Zack de la Rocha	13/09/2010	14.023	1'27"	Declaração de apoio do vocalista da banda Rage Against the Machine ao MST.
8. Eu apoio o MST – Benício del Toro	17/09/2010	11.678	3'07"	Declaração de apoio do ator, em visita que fez à Escola Nacional Florestan Fernandes.
9. Ocupação dos sem terrinha no MEC	13/02/2014	8.878	4'05"	Imagens do ato, realizado durante o VI Congresso Nacional do MST.
10. Papa apoia luta pela terra	16/12/2013	8.668	1'05"	Depois de receber camponeses de todo o mundo, Papa Francisco declara apoio à luta dos movimentos pela terra.
11. João Pedro Stedile apoia Plebiscito Constituinte	05/09/2014	8.393	1'34"	Declara apoio ao plebiscito promovido por movimentos sociais sobre a eleição para uma Assembleia Constituinte.
12. Lutar, construir Reforma Agrária Popular	11/12/2014	8.056	29'18"	Documental resumindo o 6º Congresso Nacional do MST.

13. Quem somos? MST	15/01/2015	8.007	2'53"	Institucional sobre o MST.
14. MST marcha por Reforma Agrária	12/02/2014	6.474	3'40"	Marcha em Brasília, durante o 6º Congresso Nacional do MST.
15. Antônio Cândido faz homenagem a Florestan Fernandes	09/08/2010	6.423	5'31"	Participação do crítico literário em evento promovido pelo MST em sua Escola Nacional Florestan Fernandes.
16. Saudação do Presidente Mujica ao 6º Congresso Nacional do MST	14/02/2014	5.845	2'09"	Vídeo gravado pelo líder uruguaio, exibido no 6º Congresso Nacional do MST.
17. Massacre dos Carajás – a impunidade continua	16/04/2012	5.509	4'30"	Denuncia a falta de punição aos responsáveis pelo Massacre de Eldorado dos Carajás.
18. Lutas.doc – Guerra Cotidiana	14/07/2010	4.584	3'43"	Trecho do documentário Lutas.doc.
19. OPINIÃO: MST e blogueir@s progressistas	08/08/2012	3.978	2'46"	João Pedro Stédille defende luta dos blogueiros progressistas pela democratização das comunicações.
20. Eu apoio o MST: bispo Dom Pedro Casaldáliga	23/08/2010	3.685	2'56"	Religioso defende o movimento e sua luta.

Quadro 11 – Vídeos mais assistidos do canal do MST no *youtube* | Elaboração: O autor, 2017

Dos 20 enunciados, em oito – portanto em 40% deles – temos discursos proferidos não por lideranças, assentados, acampados ou integrantes de outra natureza, do MST. Temos, sim, depoimentos feitos por terceiros – simpatizantes, mas simpatizantes com papel de destaque na sociedade. Referimo-nos aos vídeos identificados no quadro 11 com os números 1, 2, 7, 8, 10, 15, 16 e 20. O próprio vídeo com maior visualização, o 1, corrobora essa constatação. Temos ali uma figura pública intelectual, do meio artístico (Chico Buarque), a demonstrar por suas palavras e atitudes exibidas no enunciado audiovisual, simpatia, apoio ao movimento, conforme vimos na análise apresentada.

Do termo “apoiar” vêm, inclusive, títulos de enunciados a tornarem mais explícita essa intenção de mostrar ao interlocutor que o MST (e sua história, sua trajetória, suas bandeiras, sua luta) tem a chancela de personalidades cujo campo de atuação ou representatividade social dão credibilidade ao “apoio” - e, por conseguinte, ao Movimento em si. Referimo-nos a vídeos intitulados com “*Eu apoio o MST*”, expressão seguida pelo nome da figura pública a declarar tal respaldo. São exemplos, nesse caso, os vídeos em que o ator Beníco del Toro, o cantor Zack de la Rocha e o bispo Dom Pedro Casaldáliga manifestam esse apoio.

Liderança mundial das mais populares, o Papa Francisco também é apresentado em enunciado do MST no *youtube* como figura respeitada a defender o movimento. A defesa,

nesse enunciado especificamente, dá-se de forma indireta. O Papa não diz, textualmente, apoiar o MST; apoia, sim, “a luta pela terra”, que vem a ser razão de ser do Movimento. Ou seja (é a mensagem implícita), se a luta pela terra é apontada pelo pontífice como justa, necessária, o MST, ao ser representante de destaque nessa luta, é, por tabela, um movimento indispensável, legítimo. Ao reenquadrar a voz do Papa, o MST se enuncia dialogando com sua própria **grande temporalidade**: o Movimento nasce com fortes vínculos com as igrejas cristãs, em especial a católica. É de 1975 a fundação, por exemplo, da Comissão Pastoral da Terra (CPT), da Igreja Católica, que contribuiu fundamentalmente para a formação do MST (POLETTO, 2010).

Em outro vídeo (número 16 do quadro 11), também temos uma voz de forte representatividade política e social a ter se discurso reenquadrado: o ex-presidente uruguaio Pepe Mujica. O reenquadramento feito pelo MST nesse caso foi de tal forma que há evidente revalorização do que diz originalmente Mujica e do peso que suas palavras assumem ao serem incorporadas ao perfil do Movimento no youtube. O título da postagem (“Saudação do Presidente Mujica ao 6º Congresso Nacional do MST”) procura transmitir ao interlocutor que a afeição de Mujica (que se tornou referência para as esquerdas em todo o planeta) é tamanha, que ele se empenhou em gravar, e transmitir, mais que mensagem de apoio – sim uma “saudação”, dirigida diretamente - sem porta-voz ou representante - aos próprios integrantes do MST, participantes do 6º Congresso Nacional do Movimento. Em síntese, o significado é o de “olhem só: Mujica, das maiores lideranças das esquerdas em todo o mundo, dispendeu seu tempo para estar junto do movimento, produzindo e enviando um pronunciamento”.

São vozes de outrem incorporadas ao próprio enunciado, num processo de **exotopia** - “o olhar do outro” sendo trazido para “olhar-se a si mesmo” (AMORIM, 2006). O vídeo 3, dentre os 20 listados, por exemplo, é apenas o trecho de um documentário do cineasta brasileiro Sílvio Tendler (“O veneno está na mesa”). É, entretanto, um trecho carregado de declarações em sintonia com o posicionamento do MST contra os agrotóxicos, recorrentes no plantio extensivo do agronegócio (em contraposição à agricultura orgânica das pequenas propriedades, familiares, de assentamentos). A produção audiovisual seguinte, a 4, também está entre os enunciados originalmente de terceiros: trata-se de um documentário sobre o legado de Hugo Chávez, legado esse que vai ao encontro daquilo que o MST defende como modo de vida em sociedade.

Logo, ao resgatar essas vozes, trazendo-as para esse ambiente no ciberespaço que é o *youtube*, o MST busca evidenciar que a sua voz é, de certa forma, ecoada, e encorpada de

credibilidade, porque coincide com a voz de políticos, organizações e intelectuais de significativo respeito social, mundial. Parece, igualmente, obter um **excedente de visão**: identificar como vozes, sujeitos outros se manifestam acerca de temas, acontecimentos afeitos diretamente ao próprio Movimento, de modo a colaborar para a constituição identitária institucional desse ator social, o MST.

E, evidentemente, todas essas vozes materializam discursos que se contrapõem àquele majoritariamente veiculado pela mídia hegemônica. Ao intitular uma postagem em vídeo como “Eu apoio o MST”, ou ainda “Papa apoia luta pela terra”, a organização responde ao que considera “demonização” dos movimentos sociais feita pelas grandes empresas de comunicação. Responde, pois, ao “aquilo-de-que-já-se-falou” do Movimento.

A esfera sociodiscursiva em que se situa o MST – a política, mais especificamente, a de movimentos sociais – faz-se representada em enunciações do MST na tecnologia informacional *youtube*. Dos 20 vídeos listados, temos pelo menos sete deles (números 4, 5, 6, 9, 12, 14 e 17) que reverberam as vozes, os rostos, os gestos, as ações dos próprios trabalhadores sem terra (e não de meros simpatizantes do Movimento, ou de figuras públicas em geral). Tais enunciações sincréticas em linguagem audiovisual apresentam, com imagens, áudio e texto escrito das postagens, detalhes de atividades como marchas, congressos, ocupações. Salientamos o vídeo 9 - “Ocupação dos Sem Terrinha no MEC [Ministério da Educação]” -, o qual apresenta a integração de filhos de assentados às atividades do MST.

Constata-se, nesses sete exemplos, que não se trata de um mero registro documental dos atos e eventos. Os vídeos em questão enfatizam falas e imagens de cartazes que demonstram posicionamentos bem marcados sobre defesa da reforma agrária, oposição aos transgênicos, isto é, sobre lutas e posicionamentos do MST acerca da vida social. Em especial no já citado vídeo que traz os sem terrinha, há uma tentativa evidente de mostrar o lado humano da luta e das ações do movimento. A ocupação do Ministério da Educação é registrada como uma atividade lúdica, em que as crianças aparecem como defensoras de seu futuro. Palavras de ordem, proferidas por vozes infantis, sensibilizam o interlocutor. Uma explícita contraposição a imagens que corriqueiramente são exibidas pelos telejornais da mídia hegemônica, quais sejam cenas de portas sendo derrubadas, de manifestantes mais exaltados, de bens materiais danificados, de “confronto” com forças policiais.

Observando os 20 vídeos “mais populares” do canal do MST no *youtube* verificamos que, nesses enunciados de maior repercussão, duas vertentes discursivas se destacaram. Uma dessas vertentes é aquela que incorpora ao discurso do movimento menções de apoio à

organização, à sua luta e a sua prática. É como se a veracidade de uma informação, de um fato ou da legitimidade de uma luta se desse efetivamente, no ciberespaço, só quando ecoando por várias vozes, como frisa Neves (2014):

(...) quanto mais pessoas afirmam/confirmam, mais ela [informação] tem poder de verdade [no ciberespaço]. O especialista, nesse caso, é deslocado, sai do centro e permite que outros sujeitos apareçam, deixando o lugar de meros espectadores da informação. Assim, a voz do subalterno no ciberespaço entra em evidencia (...) (NEVES, 2014, p. 65)

Outra vertente de discurso identificada como frequente é aquela com o intuito de dar voz à base do movimento. Nessa linha, estão vídeos em que assentados e militantes, participantes de grandes eventos promovidos pelo MST – como seu Congresso Nacional, marchas ou ocupações -, são o pronunciadores de mensagens em favor da reforma agrária, em rechaço a agrotóxicos e ao agronegócio, aos transgênicos e à violência no campo. Além de entrevistas ou declarações abertas desses integrantes, os vídeos são carregados de imagens que focalizam rostos e gestos de trabalhadores rurais, mulheres e crianças. Por meio desses vídeos, mais do que ser informado sobre as lutas do movimento, o interlocutor é apresentado a quem é, de fato, a cara, a face, a personificação do MST.

Vale sublinhar ainda que os enunciados audiovisuais também são instrumentos comunicacionais para o MST se posicionar diante de fatos que vão além da luta pela terra, contra o latifúndio agrário. Entre os 20 vídeos mais assistidos, em um deles a principal liderança do movimento, João Pedro Stedile, reitera apoio a um plebiscito extraoficial, promovido por diversas entidades sociais, que pede a eleição de uma Assembleia Constituinte para elaborar uma profunda reforma política no país; e em outro vídeo, o mesmo líder faz a defesa das democratizações das comunicações, ao mandar mensagem de apoio à rede de blogueiros e blogueiras progressistas. Ou seja, uma bandeira que o Movimento encampou a suas lutas - a da democratização das comunicações – integra esse processo de construção de um discurso de resistência, pela plataforma *youtube*. E todo esse discurso de resistência se constitui, como vimos, em um contradiscurso àquele da mídia hegemônica. Contrapõe-se às narrativas dessa mídia, ao histórico de já-ditos sobre o Movimento, nessa mídia. Mais ainda: a uma histórico de não-ditos por essa mídia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciamos este trabalho com o objetivo geral de analisar e compreender como, lançando mão das novas tecnologias informacionais, o MST constrói um contradiscurso àquele discurso manifesto pela mídia hegemônica. Observávamos pela nossa experiência empírica - e confirmamos isso na pesquisa - que a demonização, a criminalização eram marcas das narrativas e do discurso da mídia hegemônica acerca do MST ou dos fatos que de alguma forma envolvem o Movimento. E isso não é recorrência contemporânea. Desde sua fase embrionária, passando pelo momento da constituição formal do MST, nos anos 1980, e durante as décadas seguintes, a desqualificação das causas, das formas de atuação, e do MST como instituição e ator social, sempre esteve implícita ou explicitamente presente nas narrativas, no discurso da mídia hegemônica.

Vimos também que desde a origem o MST se deu conta de tal animosidade, e sempre encarou o desenvolvimento de ações em Comunicação Social como necessidade vital. As primeiras mobilizações contavam com boletim específico; a fundação do Movimento veio acompanhada da criação de um jornal impresso. Aos veículos de comunicação somaram-se ferramentas outras como encontros, congressos, atividades educativas, culturais, ações de formação... O MST encampou a função de produtor social de que tratam Toro A. e Werneck (1997), conforme mencionamos nesta dissertação.

Com o advento da internet e todo o horizonte de possibilidades comunicacionais que o ciberespaço apresentava, o MST identificou arenas discursivas outras a serem exploradas; constatou que o auditório social poderia ser expandido, ou que poderia adentrar a outros mais difíceis de serem penetrados. O MST começa o século XXI se estabelecendo em site próprio, e na sequência ocupando as emergentes redes sociais digitais. Essas novas mídias foram incorporadas como espaços privilegiados de enunciação. Para nós, dos Estudos de Linguagens, formou-se campo fértil para análises, trabalhos, pesquisas.

Constamos que sim, **o MST lança mão das novas tecnologias informacionais para se enunciar sobre si, sobre suas lutas. E se apropriou dessas novas mídias para se contrapor discursivamente à velha mídia** - e velha, como vimos, não por ser cronologicamente mais antiga, mas por ser controlada pelos poderosos, pela elite hegemônica de sempre.

O MST se assumiu como um movimento que tem como bandeira de luta essencial também a luta pela democratização das comunicações. Por tal luta encampada passa a

assunção de um discurso de denúncia de monopólios e oligopólios do setor, de denúncia da práxis antiética, amoral, ilegítima - quando não ilegal - desse oligopólio midiático. Sim, é isto: se alguém nos perguntar “o que é o MST?”, invariavelmente a resposta deverá contar: o MST é um movimento social brasileiro, de defesa da reforma agrária e de combate à mídia hegemônica.

E é pela Análise Dialógica do Discurso do MST um dos caminhos para se constatar essa nova frente de atuação do MST, e nos valem dessa análise para expormos aqui tal conclusão. O processo de geração de dados para esta pesquisa resultou num recorte inicial de 218 enunciações do MST em arenas discursivas como o *twitter*, o *facebook* e o *youtube*. Por vezes o Movimento é objetivo e direto: a luta por direitos outros como o da terra passa pela necessidade de se democratizar os meios de comunicação. As postagens do *facebook* que analisamos, entre as quais as que reproduzimos nesta dissertação, são enfáticas nesse sentido. Aliás, para a geração desses dados, observamos que pelo *facebook*, ao menos durante o período de desenvolvimento desta pesquisa (2016-2017), o MST se enunciou mais sobre a mídia hegemônica, contra o oligopólio desta ou em defesa da democratização dos meios, e menos sobre questões agrárias e fundiárias. Displícência com a bandeira que originou o Movimento? Não, não entendemos assim. Ao contrário. O discurso investigado aponta que, para fazer suas reivindicações por terra para os trabalhadores sem terra, **o MST recorre antes de tudo - ou ao mesmo tempo que tudo - enfrentando discursivamente o latifúndio da mídia.**

Em outros momentos, esse enfrentamento é menos explícito, ou menos óbvio, se não tivermos o entendimento do lugar, da ocasião de fala do Movimento. Verificamos essa outra **estratégia discursiva** ao analisar enunciações do MST em tuitaços - em particular o que exaltou a “cultura da reforma agrária”. É evidente que, ao enaltecer as práticas dos assentamentos, da agroecologia, da agricultura familiar, o MST está utilizando esse discurso para engrossar o coro em torno da sua bandeira original: o combate ao latifúndio da terra, a defesa da reforma agrária. Mas, como expusemos na análise, ao optar por léxicos os quais, combinados, formam a expressão “cultura da reforma agrária”, com essas palavras o MST se enuncia contra o discurso veiculado pela mídia hegemônica, que valoriza o agronegócio. Ou seja, com um discurso de combate ao latifúndio da terra ao mesmo tempo constrói um contradiscurso àquele dos meios de comunicação empresariais tradicionais. Com esse discurso ao mesmo tempo defende a reforma agrária e expressa oposição ao oligopólio midiático. Oposição ao latifúndio midiático.

Identificamos que pelo uso das novas tecnologias informacionais o MST se torna ele um veículo de mídia, jornalístico, a concorrer com os veículos de comunicação da mídia hegemônica. Ou seja, não é apenas um espaço de enunciações esporádicas, ou reagentes a enunciações outras. É um instrumento de construção de narrativas próprias em torno de eventos, fatos, episódios, e narrativas de explícita contraposição à narrativa da mídia hegemônica. O episódio na Escola Nacional Florestan Fernandes é um exemplo representativo. De um lado, tínhamos portais de notícias consolidados (Estadão, Folha, G1, Agência Brasil) trazendo suas versões sobre a operação policial. De outro, o MST imediata e intensivamente se dedicando a noticiar o mesmo fato, expondo suas próprias versões. Estas, por sinal, divergiam daquelas dos portais tradicionais. Pela contra-narrativa do MST é que ficamos sabendo que a operação, malfadada, culminara com uma invasão ilegal (porque sem ordem judicial) daquele espaço histórico, simbólico de formação que é a “Florestan Fernandes”. A palavra “invasão”, tão presente no discurso da mídia hegemônica quando noticia alguma ocupação de terra pelo MST, essa mesma palavra não apareceu ao relatar a entrada truculenta de agentes policiais, sem respaldo legal, em um ambiente de ensino e formação dos sem terra, como é a Florestan Fernandes.

Vimos que Kellner (2001) sublinha que a cultura da mídia é uma seara de disputa de poder, discursivo inclusive. Esse episódio na Escola Nacional Florestan Fernandes mostra um menor desequilíbrio entre as forças (as centrípetas e as periféricas, as centrífugas) nessa disputa. A mídia hegemônica agindo como força centrípeta, erguendo em uníssono uma narrativa que minimiza a violência de uma operação policial numa escola, cuidado esse nunca demonstrado quando se trata de noticiar uma ação de trabalhadores sem terra em latifúndios improdutivos. Do outro lado **o MST, se valendo de recursos da linguagem**, e de novos aparatos de tecnologias da informação, **descentralizando essa narrativa que conduz a um discurso dominante**.

É evidente que o MST não age só; outros atores sociais desempenham essa luta, e constatamos que com frequência **o MST recorre ao discurso desses outros atores para construir seu próprio projeto de dizer**, reenquadrando as enunciações primeiras. Trouxemos exemplos assim na análise da participação do Movimento nos tuitaços, e mesmo na contra-narrativa que construiu sobre o episódio na Escola Nacional Florestan Fernandes. Lideranças políticas do campo da esquerda, intelectuais, artistas - até a fala do Papa Francisco é reenquadrada pelo MST nesse trabalho de se contrapor ao discurso da mídia hegemônica, como citamos na análise de enunciações do Movimento no *youtube*. É o **discurso polifônico**

em evidência, com diversas vozes explicitamente identificadas, reenquadradas. Identificadas porque são vozes de intensa representatividade social, e quando essas vozes coincidem com o discurso que se engendra, é como se o MST buscasse cancelar o que vem falando a vida inteira; dar legitimidade ao seu (contra)discurso em construção.

Nesse discurso polifônico prevalecem vozes institucionais ou de sujeitos com representatividade pública (na política, nas artes, em vários segmentos). Menos recorrentes são as vozes da base do Movimento, dos sujeitos que formam, *que são* o Movimento: os acampados, os assentados. O discurso do MST nas novas tecnologias informacionais/comunicacionais se caracteriza pela **autoria institucional**. Nota-se mais a voz do MST enquanto instituição, organização social formal e legalmente constituída, do que as vozes dos trabalhadores rurais reverberadas.

As redes sociais mobilizadas pelo Movimento e estudadas aqui, por meio de seus enunciados, funcionam como meios de comunicação popular (porque mantidas por um movimento social, popular) e não como meios de comunicação comunitária (não é a comunidade quem produz e publica conteúdo; sim profissionais designados para exercerem a função de comunicadores, oficiais). Na entrevista com os responsáveis pelo Setor de Comunicação do MST em São Paulo, na observação *in loco* do espaço de produção de conteúdo, a autoria institucional ficou evidenciada. Embora, nas unidades regionais, nem todos os envolvidos com produção de conteúdo informativo/comunicacional sejam profissionais de Comunicação, eles executam essa tarefa imbuídos da função de comunicadores. Mesmo no *youtube*, mídia digital em que identificamos reverberação regular de vozes da base, as vozes são reenquadradas nas enunciações audiovisuais (por meio da pré-produção, produção, edição e finalização dos vídeos). Ressalvemos que estamos a constatar a autoria institucional e a prática de comunicação popular, e não comunitária, nas redes sociais verificadas (*twitter*, *facebook* e *youtube*). Conforme especificado no capítulo 4, o MST mobiliza diversas outras mídias – como as rádios, de caráter comunitário, pelas quais, segundo o Setor de Comunicação, a produção assume esse perfil comunitário propriamente dito.

Pela relevância do MST como ator social, fruto de décadas de mobilização e luta; por esse trânsito de discursos entre o Movimento e atores afins, é perceptível que, na prática enunciativa do MST, emergem expressões que têm a primazia de reverberarem, de serem apropriadas pelos demais interlocutores da arena discursiva. Como diz Bakhtin (2014 [1920-1970]),

toda manifestação verbal socialmente importante tem o poder, às vezes por longo tempo e amplo círculo, de contagiar com suas intenções os elementos da linguagem que estão integrados na sua orientação semântica expressiva, impondo-lhes nuances de sentido preciso e tons de valores definidos: deste modo, ela pode criar a palavra-slogan. (BAKHTIN (2014 [1920-1970], p. 97)

A opção pelo uso constante de "mídia burguesa" para se referir aos grandes meios de comunicação privados; a elaboração da *hashtag* "#CulturaDaReformaAgrária" para enaltecer a agricultura que pratica e se opor ao agronegócio valorizado no discurso midiático são exemplos que ilustram tal afirmação bakhtiniana.

Também da prática discursiva do MST confirmamos que as novas tecnologias informacionais expandiram possibilidades de enunciações e de participação de mais interlocutores. O discurso dos subalternos ecoa um pouco mais que em tempos anteriores, de monopólio absoluto dos meios de comunicação de massa. As ferramentas tecnológicas - o computador ou smartphone, a conexão à internet, os aplicativos e mídias digitais - estão gradativamente ao alcance de mais gente. E, como sublinhamos, é sobretudo no ciberespaço que têm se dado os mais renhidos debates sobre a vida nacional. Cornils (2016, p. 8) observa que “hoje, parte da disputa pela opinião pública se dá nesta esfera conectada e em publicações online independentes da grande mídia (...)”. É da mesma autora, porém, que extraímos uma indagação, a qual carregamos durante todo o decorrer da pesquisa ora finalizada: até que ponto nós subalternos estamos de fato sendo ouvidos, até que profundidade nosso contradiscurso penetra no auditório social ao qual nos apresentamos?

Continua dizendo Cornils (2016, p. 8) que “jornais, tevês e revistas da imprensa tradicional não têm mais o poder quase exclusivo de formar opiniões e são menos incontestáveis do que há duas décadas. Mas ainda são, na internet, responsáveis pelas notícias mais lidas e compartilhadas”. Ou seja, os atores sociais que discursivamente agem como forças centrífugas ainda o fazem reagindo ao que dizem as forças centrípetas. Carecem do poder necessário de transformar o contradiscurso como o ponto de partida para a discussão, e não como apenas réplica, resposta, a falas já enraizadas. Como diz Abramo (2007 [1988], p. 328), o “contraponto à imprensa burguesa” ainda não é feito com base naquilo que as forças centrífugas pautam; todavia é feito “a partir do que diz (ou omite) a grande imprensa”. Vale retomar a seguinte afirmação de Bakhtin (2014 [1920-1970], p. 89): “todo discurso é orientado para a resposta e ele não pode esquivar-se à influência profunda do discurso da resposta antecipada” e que “o discurso vivo e corrente está imediata e diretamente

determinado pelo discurso-resposta-futuro: ele é que provoca a resposta, presente-a e baseia-se nela”. Esse “discurso-resposta-futuro” ao qual se direciona uma enunciação do MST ainda soa, pelo poder de penetração do interlocutor (a mídia hegemônica), como tréplica definitiva, hegemônica.

Ademais, observamos também que o MST se enuncia pelas novas tecnologias informacionais privilegiadamente com os reeditores sociais definidos por Toro A. e Werneck (1997). A fala do MST no *twitter*, no *facebook*, no *youtube* é menos diretamente dirigida para o acampado e o assentado, e mais para jornalistas, veículos de comunicação, lideranças políticas, intelectuais, analistas. Trouxemos dados (postagens) que até apresentam quem são os que formam o MST – o vídeo com os sem terrinha no *youtube*, as fotos dos assentados que expõem seus produtos na Feira da Reforma Agrária... Mas quantos deles se leem, se ouvem, se veem pelas mídias do próprio MST?

Para Giannotti (2009 [2004], p. 135), a linguagem a ser empregada por aqueles que se propõem a atuarem como mídia alternativa é recurso essencial para que nessa arena discursiva consigam ser entendidos. Afinal, diz, “para quem atua (...) numa perspectiva político-popular, falar ou escrever numa linguagem excludente representa uma contradição total em relação ao seu objetivo que é, justamente, o de convencer o máximo de pessoas”. Como "linguagem excludente" o autor define o uso de opções lexicais de difícil compreensão para a maior parte dos interlocutores; opções semânticas e estéticas complexas e rebuscadas, que prejudiquem o entendimento da fala à grande parte desses interlocutores. Não esteve - nem está - no objetivo desta pesquisa encaminhar uma Análise Dialógica do Discurso para esse fim; no entanto, se esta pesquisa se propõe a minimamente deixar suas contribuições para a prática discursiva dos subalternos, consideramos importante lançar essa reflexão.

Se também relacionamos linguagem com tecnologia, além de nos centrarmos nos estudos de linguagem propriamente dita, cremos ser necessário registrar ponderações quanto ao papel dela, a tecnologia. Primeiro, convergimos para a relativização que Pinto (2005) faz para o que se convencionou chamar de “era tecnológica” esta em que vivemos a partir da virada do século XX para o XXI. Como assinala o autor, toda “era”, todo momento histórico tem os avanços tecnológicos que são possíveis de se ter. Avanços contemporâneos só se viabilizam porque estágios de evolução anteriores deram a base necessária para tal. Em seguida, relativizamos a entonação libertária reverberada quando se abordam as mídias digitais e redes sociais, em discursos que quase endeusam as novas tecnologias informacionais. Não ignoramos o quanto o advento e a massificação (ainda em curso) da

internet foram e têm sido fundamentais para democratizar as manifestações e o acesso a elas, nos mais diversos segmentos da vida social - política, artes, comunicação, saúde, educação, cidadania etc. Entretanto, a internet se tornou também um mercado, e campo de dominação do poder econômico.

No início desta dissertação expusemos que os negócios empresariais de tecnologias da informação figuram hoje entre as maiores companhias privadas do mundo. Superam conglomerados petrolíferos, fabricantes de produtos de alto valor agregado e avançado estágio tecnológico. *Facebook*, *youtube*, *twitter* são mais que meras redes sociais digitais. São produtos de multinacionais da informação que faturam fortunas astronômicas. São impérios econômicos. E expandem seus tentáculos pelo terreno em que atuam, o ciberespaço.

O oligopólio que se tem nos meios de comunicação de massa convencionais começa a ser verificado com fúria semelhante nas novas mídias. O grupo Facebook é proprietário da rede social homônima, que deu origem ao negócio, mas é dono também de aplicativos como o *instagram* e o *whatsapp*. Ou seja, domina as três mídias digitais mais populares entre os brasileiros, segundo pesquisa da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (BRASIL, 2014). O Facebook concorre diretamente com o Google, que além do buscador de mesmo nome mantém provedor de e-mail, e redes sociais como o *google+* e o já mencionado *youtube*. Ambos - Facebook e Google - estabelecem suas políticas de uso de seus meios de comunicação livres de qualquer regulamentação. Ampliam sua atuação, concentrando mercado, sem serem incomodados por governos. Pior ainda: exemplos aqui e acolá de cerceamento ao discurso dos subalternos, dos oprimidos se tornam cada vez mais recorrentes. É o que diz reportagem de Dalmon e Niemuth (2017, sem página): “Com a justificativa de combater 'fake news', mudança no sistema de busca [do Google] pode restringir o acesso a sites alternativos”. A reportagem continua: “Nos últimos três meses [junho a agosto de 2017], desde que o Google anunciou seus planos de não deixar que usuários acessem 'fake news' (notícias falsas), o tráfego global de um amplo leque de organizações de esquerda, progressistas, contra a guerra ou em favor dos direitos democráticos teve queda significativa.”

Esse latifúndio midiático no ciberespaço ainda não é, porém, objeto de discurso do MST, conforme constatamos nos enunciados analisados, e também confirmamos na entrevista com representantes do Setor de Comunicação do Movimento. Ao construir seu discurso de contraposição ao discurso midiático, e identificá-lo como produzido pela “mídia hegemônica”, o MST está a se referir à velha mídia, isto é, as empresas de comunicação

tradicionais - que estão na internet também, mas que têm sua origem na radiodifusão aberta (rádio e televisão) e/ou nos jornais e revistas impressos. Há citação direta recorrente à Rede Globo, maior conglomerado de mídia privado do Brasil. Não encontramos, entretanto, qualquer menção ao império do Facebook ou do Google, por exemplo. O latifúndio midiático de negócios do ciberespaço parece ainda não ser **ocupado discursivamente** pelo MST.

Não que o MST não tenha se dado conta desse outro cerco midiático que vai tomando forma. Os representantes do Setor de Comunicação da organização afirmaram, em entrevista para esta pesquisa, que encontrar alternativas ao oligopólio dos grandes grupos de mídia do ciberespaço tem sido objeto de preocupação do Movimento. Parece que lhe faltam ferramentas outras que permitam produzir um discurso de denúncia desse outro oligopólio. O Movimento, apesar de ter se apropriado desde logo de espaços nas mídias digitais à medida que estas foram surgindo, não se encontra presente nas redes sociais livres - aquelas desenvolvidas em software livre, por fundações e ativistas dos programas de código aberto. Embora os propósitos sejam convergentes - MST e movimento software livre militam pela democratização das comunicações - os itinerários até este momento não se cruzaram.

Caminhamos para o final deste texto tocados pela esperança transmitida por Santos (2015 [2000]). O geógrafo, ao refletir sobre o processo de globalização que marcava o final do século XX, apontava para a possibilidade de um outro mundo, mais humano, apesar da “fábula” prometida, todavia da “perversidade” oferecida (SANTOS, 2015 [2000], p. 17) pela tal globalização. Para o autor, as novas tecnologias da informação, embora a serviço do capital - e isso estamos a vivenciar quando verificamos como os detentores dessas ferramentas se tornaram conglomerados econômicos transnacionais - poderiam promover uma “mistura” entre pessoas e filosofias, em detrimento do pensamento único dos centros do capitalismo mundial. Diz ele: “O que verificamos é **a possibilidade de um novo discurso, de uma nova metanarrativa**, um novo grande relato” (idem, p. 20 e 21), que dê visibilidade às comunidades excluídas.

Nesse sentido, para Toro (2005),

(...) uma das principais responsabilidades é tornar possível a competição cultural, ou seja, criar condições para que as diferentes formas de ver, produzir e entender o mundo dos setores populares possam circular e competir, em igualdade de condições, assim como circulam os sentidos e símbolos dos setores dominantes. (TORO, 2005, p. 60)

E, a partir da concepção bakhtiniana de linguagem, com base na Análise Dialógica do

Discurso que desenvolvemos nesta pesquisa, entendemos que **é pela linguagem** e suas propriedades constituintes - o dialogismo, a ideologia, entre outras já explanadas - **que se dará essa disputa por igualdade e reconhecimento social**. A compreensão da linguagem, pois, vai muito além da compreensão de normas gramaticais, estruturas sintáticas, recursos semânticos e opções lexicais. É a compreensão de como a linguagem, dialógica, materializada em discursos, é o elemento essencial da luta de classes, da disputa de poder, da busca por reconhecimento – para a vida vivida dos indivíduos, da sociedade.

REFERÊNCIAS

AARS, Bas; BAUER, Martin W. **A construção do corpus: um princípio para a coleta de dados qualitativos**. In: BAUER, Martin W. e GASKELL, George (org.). Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som. Um manual prático. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Editora Vozes, 2015.

ABRAMO, Perseu. **Padrões de manipulação na grande imprensa**. 2ª ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2016 [1988].

_____. **Um trabalhador da notícia: textos de Perseu Abramo**. 1ª ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1997 [1960-1990].

ALARCÃO, Isabel. **Dilemas do jovem investigador. Dos dilemas aos problemas**. In: ANTÔNIO, Pedro Costa et. al. (org.). Investigação Qualitativa: inovação, dilemas e desafios. Portugal: Ludomedia, 2014.

ALCÂNTARA, Maria Socorro de; SANTOS, Josivaldo. **Acesso às redes sociais do MST em acampamento em Sergipe**. Entrevista concedida por telefone em 29 de setembro de 2017.

ALVES FILHO, Francisco. **A autoria institucional nos editoriais de jornais**. Alfa, São Paulo, v. 50 (1), p.77-89, 2006. Disponível em: <http://www.alfa.ibilce.unesp.br/download/v50/07_ALVESFILHO.pdf> Acesso em 19/07/2017.

ALVES, Márcia Nogueira; ANTONIUTTI, Cleide Luciane; FONTOURA, Mara. **Mídia e produção audiovisual: uma introdução**. Curitiba: Editora Ibipex, 2008.

ALSINA, Miguel Rodrigo. **La construcción de la noticia**. Barcelona: Paidós, 1989. Disponível em <<http://pt.scribd.com/doc/88474942/ALSINA-MIGUEL-RODRIGO-La-Constucional-de-la-noticia>>. Acesso em 10/10/2017

AMORIM, M. **Cronotopo e exotopia**. In: BRAIT, B. (org.). Bakhtin: Outros conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. **O pesquisador e seu outro: Bakhtin nas ciências humanas**. São Paulo: Musa Editora, 2004.

ANDRÉ, M. E. D. A. **Etnografia da prática escolar**. 16ª edição. São Paulo: Papirus, 2009.

ARAÚJO, Júlio. **Reelaborações de gêneros em redes sociais**. In: ARAÚJO, Júlio. LEFFA, Wilson. Redes sociais e ensinos de línguas: o que temos a aprender? São Paulo: Parábola Editorial, 2016.

ARBEX Jr., José. **O legado ético de Perseu Abramo e de Aloysio Biondi**. In: ABRAMO, Perseu. Padrões de manipulação na grande imprensa. 2ª ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2016 (2003).

ARROYO, Fabiana; ARROYO, Raquel Wohnrath. **Letramentos digitais e o estudo de links numa rede social**. In: ARAÚJO, Júlio; LEFFA, Wilson. Redes sociais e ensino de línguas: o que temos a aprender? São Paulo: Parábola Editorial, 2016.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. **Os gêneros do discurso**. Tradução de Paulo Bezerra São Paulo (sp): Editora 34, 2016 [1952-1953].

_____. **Teoria do romance I: A estilística**. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Editora, 34, 2015 [1929]

_____. **Questões de literatura e de estética: a teoria do romance**. 7ª ed. São Paulo: Hucitec Editora, 2014 [1924-1970]

_____. **Para uma filosofia do ato responsável**. Tradução de Miotello & Carlos Alberto Faraco. São Carlos (sp): Pedro & João Editores, 2010.

_____. **O problema do texto na linguística, na filologia e em outras ciências humanas**. In: BAKHTIN, M. M. Estética da criação verbal. 4ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2003 (publicação original: Moscou, 1979).

_____. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais**. Tradução de Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec; Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1993 [1965].

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch; VOLOCHÍNOV, Valentin N. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 12ª ed. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Editora Hucitec, 2006 [1929].

BARBOSA, Alexandre. **A Comunicação do MST: uma ação política contra-hegemônica**. 2013. 253 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências da Comunicação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

BARTON, David; LEE, Carmen. **A pesquisa da linguagem online**. In: BARTON, David; LEE, Carmen. Linguagem online: textos e práticas digitais. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

BORGES, Altamiro. BIANCHI, Felipe. **Blogueir@s, uni-vos! (mas nem tanto...)**. São Paulo: Centro de Estudos de Mídia Alternativa Barão de Itararé, 2014.

BRAIT, Beth. **Análise e teoria do discurso**. In: BRAIT, Beth. Bakhtin: outros conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2006.

BRASIL, Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. **Pesquisa brasileira de mídia 2015 : hábitos de consumo de mídia pela população brasileira**. Brasília: Secom, 2014.

BRIGGS, Asa. BURKE, Peter. **Uma história social da mídia: de Gutenberg à Internet**. Tradução de Maria Carmelita Pádua Dias. Rio de Janeiro> Jorge Zahar Editora, 2006.

BRIZOLA, Leonel. **Discurso entre anos 1980 e 1990**. In: BRIZOLA - Tempos de Luta. Direção de Tabajara Ruas. Realização de Walper Ruas. S.i.: Extensão Cultura, 2008. (92 min.), son., color.

_____. **Depoimento ao documentário Além do Cidadão Kane**. Reino Unido: BBC, 1993.

CALLEJA, Aleida. **Palestra proferida no 3º Encontro Nacional pelo Direito à Comunicação**. Org.: Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação. Brasília: Universidade de Brasília, 2017.

CANCLINI, Néstor García. **Diferentes, desiguais e desconectados**. Tradução de Luiz Sérgio Henrique. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.

CARTER, Miguel. **Desigualdade social, democracia e forma agrária no Brasil**. In: CARTER, Miguel (org.). Combatendo a desigualdade social - o MST e a reforma agrária no Brasil. Tradução de Cristina Yamagami. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança - movimentos sociais na era da internet**. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

_____. **Internet e sociedade**. In: MORAES, Dênis de (org). Por uma outra comunicação - mídia, mundialização, cultura e poder. 3ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2005 [2000].

_____. **A galáxia da internet - reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CHAUÍ, Marilena. **Simulacro e poder - uma análise da mídia**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 11ª edição. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 4ª edição. São Paulo: Cortez, 2000.

CORNILS, Patrícia. **Apresentação à Segunda Edição**. In: ABRAMO, Perseu. Padrões de manipulação na grande imprensa. 2ª ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2016 [2003].

DAMON, Andre. NIEMUTH, Niles. **Google estaria a caminho da 'censura política'?**. Tradução de Inês Castilho para o Outras Palavra. São Paulo: Rede Brasil Atual, 2017. Disponível em <<http://www.redebrasilatual.com.br/tecnologia/o-google-comeca-a-censurar-a-divergencia>>. Acesso em 03/08/2017.

DENZIN, Norman K. e LINCOLN, Yvonna S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Tradução de Sandra Regina Netz. Porto Alegre: Artmed, 2006.

ECO, Economia Online. **As dez maiores empresas do mundo são tecnológicas**. Portugal, 2017. Disponível em <<https://eco.pt/2017/09/22/as-dez-maiores-empresas-do-mundo-sao-tecnologicas/>>. Acesso em 24/10/2017.

EMERSON, Caryl. MORSON, Gary. **Criação de uma prosaística**. Tradução de Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: Editora USP, 2008.

ESTRADA, Osório Duque. **A abolição**. Brasília: Edições do Senado Federal, 2005 [1913-194].

FARACO, Carlos Alberto. **Linguagem & Diálogo - as ideias linguísticas do Círculo de Bakhtin**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

FECHINE, Yvana. **Contribuições para uma semiotização da montagem**. In: OLIVEIRA, Ana Cláudia de; TEIXEIRA, Lúcia (orgs.). *Linguagens na comunicação: desenvolvimento de semiótica*. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2009.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

FERNANDES, Bernardo Mançano. STEDILE, João Pedro. **Brava gente - A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. 3ª reimpressão. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005 [1999]

FRICITION, Bobby. **Cinco formas de evitar a armadilha de viver em sua própria 'bolha' no Facebook**. 2016. Publicado em BBC Brasil. Disponível em: <<http://www.bbc.com/portuguese/geral-38240858>>. Acesso em 20/09/2017.

GALLI, Fernanda Correa Silveira. **Linguagem da internet: um meio de comunicação global**. In: MARCHUSCHI, Luiz Antônio e XAVIER, Antônio Carlos (organizadores). *Hipertexto e gêneros digitais – novas formas de construção do sentido*. 3ª ed. São Paulo: Editora Cortez, 2010.

GIANNOTTI, Vito. **Muralhas da Linguagem**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Mauad, 2009 [2004].

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere, volume 5**. Tradução de Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002 [1910-1920].

GRYNSZPAN, Mario. **A questão agrária no governo Jango**. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/A_questao_agraria_no_governo_Jango>. Acesso em 07/07/2017.

INTERVOZES - COLETIVO BRASIL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (Brasil). **Caminhos para a luta pelo direito à comunicação no Brasil: Como combater as ilegalidades no rádio e na tv**. São Paulo: Intervezes, 2015. Disponível em: <<http://intervozes.org.br/arquivos/interman004cldcnb.pdf>>. Acesso em 06/03/2017.

_____. **Vozes silenciadas: a cobertura da mídia sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra durante a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito**. São Paulo: Intervezes, 2011. Disponível em <<http://www.intervezes.org.br/arquivos/interliv003vozmst.pdf>>. Acesso em 16/07/2017.

INTERVOZES; SEM FRONTEIRAS, Repórteres. **Quem controla a mídia no Brasil: Media Ownership Monitor**. 2017. Disponível em: <<http://brazil.mom-rsf.org/br/>>. Acesso em 31/10/2017.

KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia - estudos culturais: identidade e política sobre o moderno e o pós-moderno**. Tradução de Ivone Castilho Benedetti. Bauru (SP): Edusc, 2001.

KLEIMAN, A. B. **Letramento na contemporaneidade**. Revista Bakhtiniana. São Paulo. n. 9(2): 72-91, ago./dez. 2014.

KUCINSKI, Bernardo. **A síndrome da antena parabólica: ética no jornalismo brasileiro**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

LAROSE, Robert. STRAUBHAAR, Joseph. **Comunicação, mídia e tecnologia**. Tradução de José Antônio Lacerda Duarte. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

LEMOS, André. **Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea**. 7ª ed. Porto Alegre: Sulina, 2015.

_____. **Cibercultura, tecnologia e vida social na cultura contemporânea**. 3ª ed. Porto Alegre: Editora Sulina, 2002.

LÉVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência**. São Paulo: Editora 34, 1999.

LIMA, Venício A. de. **Mídia: crise política e poder no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

_____. **Mídia: teoria e política**. 2ª ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

LIRA, Rafael Soriano de Brito; SILVA, Maura. **Funcionamento do Setor de Comunicação do MST**. Entrevista concedida pessoalmente, em 8 de dezembro de 2017, na Secretaria Nacional do MST em São Paulo.

MANOVICH, Lev. **Novas mídias como tecnologia e ideia: dez definições**. In: LEÃO, Lúcia (org.). O chip e o caleidoscópio – reflexões sobre as novas mídias. São Paulo: Editora Senac, 2003.

MARQUES DE MELO, José. **A Metamorfose da Comunicação do Século XXI**. São Paulo: Intercom, 2011.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Globalização comunicacional e transformação cultural**. In: MORAES, Dênis de (org.). Por uma outra comunicação - mídia, mundialização cultural e poder. 3ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

_____. **Ofício de cartógrafo: travessias latino-americanas de comunicação na cultural**. Tradução de Fidelina Gonzáles. São Paulo: Loyola, 2004.

_____. **Dos meios às mediações**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2013.

MCQUAIL, Denis. **Teoria da Comunicação de Massa**. Tradução de Carlos de Jesus. Lisboa: Fundação Caloreste Gulbenkian, 2003.

MELO, Cristina Teixeira Vieira de. **A análise do discurso em contraponto à noção de acessibilidade ilimitada da internet**. In: MARCHUSCHI, Luiz Antônio e XAVIER, Antônio Carlos (organizadores). Hipertexto e gêneros digitais – novas formas de construção do sentido. 3ª ed. São Paulo: Editora Cortez, 2010.

MIELLI, Renata. **Palestra proferida no 3º Encontro Nacional pelo Direito à Comunicação**. Org.: Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação. Brasília: Universidade de Brasília, 2017

_____. **Facebook: 2 milhões de usuários e um projeto para dominar o mundo**. Mídia Ninja, 2017. Disponível em <<http://midianinja.org/renatamielli/facebook-2-bilhoes-de-usuarios-e-um-projeto-para-dominar-o-mundo/>>. Acesso em 24/10/2017

MIGUEL, Luiz Felipe. **A palavra "aperfeiçoada", o discurso do Partido dos Trabalhadores nas eleições de 2002**. In: BARBOSA, Marialva; BERGER, Christa; LEMOS, André. Narrativas midiáticas contemporâneas. Porto Alegre: Editora Sulina, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade**. Ciência saúde coletiva [online], 2012, vol. 17, nº 3. Disponível em <<http://www.scielo.org/pdf/csc/v17n3/v17n3a07>>. Acesso em 25/07/2016.

MIOTELLO, Valdemir. **A questão dos discursos hegemônicos**. In: PRIMEIRA VERSÃO. Porto Velho: Edufro, v. II, set. 2001. Disponível em: <http://www.primeiraversao.unir.br/atigos_pdf/numero019Miotello.pdf>. Acesso em 24/07/2017.

MST - MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (Ed.). **A luta pela Democratização da Comunicação é central contra o Golpe**. 2016. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2016/10/22/a-luta-pela-democratizacao-da-comunicacao-e-central-contra-o-golpe.html>>. Acesso em 22/10/2016.

NEVES, André de Jesus. **Cibercultura e Literatura: identidade e autoria em produções culturais participatórias e na literatura de fã**. Jundiaí: Paco Editorial, 2014.

PERUZZO, Cicilia M.K. **Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania**. São Paulo: Vozes, 1998.

PINTO, Álvaro Vieira. **O conceito de tecnologia**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

POE, Marshall. **A history of communications: media and society from the evolution of speech to the internet**. New York: Cambridge University Press, 2011.

POLETTO, Ivo. **A igreja, a CPT e a mobilização pela reforma agrária**. In: CARTER, Miguel (org.). Combatendo a desigualdade social - o MST e a reforma agrária no Brasil. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A questão agrária no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1979.

RAMONET, Ignácio. **O poder midiático**. In: MORAES, Dênis de (org.). Por uma outra comunicação - mídia, mundialização cultural e poder. 3ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet**. 2ª ed. Porto Alegre: Sulina, 2011.

RIBEIRO, Gustavo Lins. **Cultura e política no mundo contemporâneo - paisagens e passagens**. Brasília: Editora UnB, 2000.

ROHLING, Nívea. **A pesquisa qualitativa e a análise dialógica do discurso: caminhos possíveis**. Cadernos de Linguagem e Sociedade. 2014. Vol. 15(2). Disponível em <<http://periodicos.unb.br/index.php/les/article/view/11815/8799>>. Acesso em 25/07/2016.

_____. **O gênero entrevista pingue-pongue: renúnciação, enquadramento e valorização do discurso do outro**. São Carlos: Pedro e João Editores, 2009.

ROJO, Roxane. **Gêneros discursivos do Círculo de Bakhtin e multiletramentos**. In: ROJO, Roxane (org.). Escol@ conectada: os multiletramentos e as TICs. São Paulo: Parábola, 2013.

SAMPAIO, Plínio de Arruda. **O impacto do MST no Brasil de hoje**. In: CARTER, Miguel (org.). Combatendo a desigualdade social - o MST e a reforma agrária no Brasil. Tradução de Cristina Yamagami. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

SANTAELLA, Lucia. **Linguagens líquidas na era da mobilidade**. São Paulo: Paulus, 2007

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento crítico à consciência universal**. 24ª ed. São Paulo: Editora Record, 2015 (2000).

SCHLESENER, Anita Helena. **Hegemonia e cultura: Gramsci**. Curitiba: Editora UFPR, 1992.

SILVEIRA, Ana Paula Kuczmynda da; ROHLING, Nívea; RODRIGUES, Rosângela Hammes. **A análise dialógica dos gêneros do discurso e os estudos de letramento: glossário para leitores iniciantes**. Florianópolis: Diosec: 2012.

SOUZA, Maurini; SILVA, Uiara Chagas. **O MST no Jornal Hoje: uma análise discursiva**. Cadernos de Estudos Linguísticos, Campinas, v. 55, n. 2, p.177-191, dez. 2013. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8637297/5019>>. Acesso em 02/06/2017.

TAVARES, Elaine. **Em busca da utopia: os caminhos da reportagem no Brasil dos anos 50 aos anos 90**. Florianópolis: Pobres e Nojentas, 2011.

TEIXEIRA, Lúcia. **Para uma metodologia de análise de textos verbos visuais**. In: OLIVEIRA, Ana Cláudia de; TEIXEIRA, Lúcia (orgs.). Linguagens na comunicação: desenvolvimento de semiótica. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2009.

TEJERA, Marta H. **Democracia/Ciberdemocracia: relações com o campo da Comunicação Social**. In: BRITTES, Juçara (org.). *Saber militante: teoria e crítica nas políticas de comunicação do Brasil*. São Paulo: Intercom, 2013.

_____. **Ciberdemocracia e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: práticas comunicacionais no terreno da esfera pública virtual**. 2012. 230 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

TORO, José Bernardo. **A construção do público: cidadania, democracia e participação**. Rio de Janeiro: Editora Senac, 2005.

TORO A., José Bernardo. WERNECK, Nísia Maria Duarte. **Mobilização social: um modo de construir a democracia e a participação**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Amazônia Legal, Secretaria de Recursos Hídricos, Associação Brasileira de Ensino Agrícola Superior, Unicef: 1997.

VOLOCHÍNOV, Valentin Nikolaevich. **A construção da enunciação e outros ensaios**. Tradução de João Wanderley Geraldi. São Carlos (SP): Pedro & João Editores, 2013.

ANEXO

ANEXO A – Questionário de entrevista para representante do Setor de Comunicação do MST, enviado por e-mail

**“Ocupando latifúndios da comunicação:
como o MST constrói um contra discurso à mídia hegemônica”**

Dissertação

Autor: Wagner de Alcântara Aragão

Orientadora: Professora Doutora Nívea Rohling

ENTREVISTA COM

Setor de Comunicação do MST

- Entrevistado(a)/(s):

Questões:

1. Atualmente (outubro de 2017), onde funciona (está sediado) o Setor de Comunicação do MST, nacionalmente? Regionais do Movimento contam necessariamente com setor similar, ou não é regra?
2. Quais os veículos de comunicação, nas mais diferentes mídias e plataformas, mantidos pelo MST em 2017?
3. Quais as redes sociais de comunicação interativa (redes sociais digitais ou mídias digitais) em que o MST mantém perfil?
4. Quem faz a produção de conteúdo para as redes sociais do Movimento: profissionais de Comunicação? Militantes? É possível dimensionar o tamanho (número de trabalhadores) dessa equipe?
5. Já a gestão das redes – edição do material, textos das postagens, interação com o público, decisão de compartilhar ou não determinados conteúdos, e ainda a decisão de participar de mobilizações nas redes (como os tuitaços) - fica a cargo de quem: profissionais de Comunicação? Militantes? Exclusivamente pelo responsável pelo Setor de Comunicação?
6. Com que público, ou quais públicos, o MST busca dialogar, se comunicar prioritariamente por meio de suas redes sociais digitais?
7. Toro A. e Werneck (1997)⁵⁹ falam da figura do editor social e na figura do reeditor social. Em síntese, o editor social seriam pessoas ou instituições que assumem a função de comunicadores, de produtores de conteúdo informacional e comunicacional, como parte do processo de mobilização social. O reeditor social, por sua vez, seriam

59 TORO A., José Bernardo; WERNECK, Nísia Maria Duarte. Mobilização Social: um modo de construir a democracia e a participação. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Amazônia Legal, Secretaria de Recursos Hídricos, Abeas, Unicef, 1997.

aquelas pessoas que fariam a mediação do editor social com a base. É possível afirmar que o MST exerce essa função de editor social e que sua política de comunicação (ou seus veículos de comunicação, ou especificamente suas redes sociais digitais) é voltada, numa primeira instância, ou prioritariamente, a reeditores sociais?

8. A construção de um discurso de oposição à narrativa da mídia hegemônica, ou de um contradiscurso ao discurso recorrente nessa mídia, ou ainda a construção de um discurso de denúncia ao oligopólio da mídia, é algo estrategicamente definido e estabelecido na política comunicacional do MST, ou se desenvolve natural/espontaneamente, seguindo a agenda e o processo de mobilização e lutas do MST?
9. As redes sociais de comunicação interativa cada vez mais estão sendo objeto de oligopólios de grandes corporações de internet. O MST projeta a necessidade de diversificar sua atuação em redes sociais digitais, partindo inclusive para redes sociais em software livre, alternativas/genéricas (por exemplo: Telegram x Whatsapp; Diáspora x Facebook; Quiter x Twitter etc)?
10. Fique(m) à vontade para fazer observações outras que considerar(em) necessárias.